

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Agricultura Familiar e Migrações na Microrregião do Tabuleiro –SC (1980-2000)

Fabiano Rodolfo

Florianópolis, março de 2003.

Fabiano Rodolfo

Agricultura Familiar e Migrações na Microrregião do Tabuleiro (1980-2000)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Economia, pelo programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Co-orientador: Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Florianópolis, março de 2003.

Agricultura Familiar e Migrações na Microrregião do Tabuleiro (1980-2000)

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de mestre em Economia e aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-graduação em economia da Universidade Federal de Santa Catarina, em __/__/____.

Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cário

(coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia, da Universidade Federal de Santa Catarina)

Examinadores:

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins (presidente)

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei (membro)

Prof. Dr. Erni José Seibel (membro)

Aprovada em __/__/____.

Sumário

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS, MAPAS E GRÁFICOS

LISTA DE ANEXOS

RESUMO

ABSTRACT

FABIANO RODOLFO.....1

FABIANO RODOLFO.....2

Sumário.....4

MAPA 1 MICRORREGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....6

RESUMO7

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Evolução da população rural como % da população total -Santa Catarina e Brasil, 1970 a 2000

Tabela 2 População ocupada segundo a área censitária da amostra, situação de domicílio e ramo de atividade. PEA restrita, Santa Catarina, 1992-99 (por 1000 pessoas)

Tabela 3 População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais, segundo a área censitária da amostra. PEA restrita, Santa Catarina, 1992-99 (por 1000 pessoas)

Tabela 4 População Urbana nos municípios da Microrregião do Tabuleiro, 1970

Tabela 5 Municípios da Microrregião do Tabuleiro – distâncias rodoviárias até Florianópolis (em km)

Tabela 6 Microrregião do Tabuleiro: População total, rural e taxa de alfabetização (2000)

Tabela 7 Valor da Produção Agropecuária (em mil R\$) em 12/ 1995 – Municípios da Microrregião do Tabuleiro

Tabela 8 Área Colhida dos principais produtos da lavoura temporário (em ha) na microrregião do Tabuleiro – 1990,1995 e 2000

Tabela 9 Área Colhida dos principais produtos da lavoura permanente (em ha) na microrregião do Tabuleiro – 1990,1995 e 2000

Tabela 10 Quantidade produzida dos principais produtos da pecuária na microrregião do Tabuleiro – 1990,1995 e 2000

Tabela 11 Evolução da população nos municípios da Microrregião do Tabuleiro, Mesorregião de Florianópolis e Santa Catarina. 1980, 1991, 2000

Tabela 12 Estimativa do Saldo Migratório, por município, microrregião do Tabuleiro – 1980 – 1991

Tabela 13 População por faixa etária, como percentual da população total, por município, microrregião do Tabuleiro – 1980, 1991, 1996 (em %)

Tabela 14 População feminina residente como % da população total, por município, microrregião do Tabuleiro – 1980, 1991 e 1996

Tabela 15 Utilização das terras (ha), Microrregião do Tabuleiro - 1980, 1985, 1995

Tabela 16 Número de tratores e uso de defensivos, irrigação e fertilizantes nos municípios da Microrregião do Tabuleiro – 1980, 1995/96

Tabela 17 Uso de Insumos modernos na agropecuária em Santa Catarina e na Microrregião do Tabuleiro em 1995/96

Tabela 18 Rendimento por ha do tomate, cebola, batata e feijão na Microrregião do Tabuleiro e em Santa Catarina (1985 a 2000)

Tabela 19 Composição da mão-de-obra ocupada na Agropecuária, por município, microrregião do Tabuleiro – 1980, 1985, 1995

Lista de quadros, mapas e gráficos

Quadro 1 Comparação entre a Agricultura Familiar e a Patronal

Mapa 1 Microrregiões do estado de Santa Catarina

Mapa 2 Municípios da Microrregião do Tabuleiro

Gráfico 1 População urbana e rural no Brasil – 1920- 2000.

Gráfico 2 Produtividade (por ha) do Tomate na microrregião do Tabuleiro e em Santa Catarina (1985, 1992, 1994, 1996, 2000)

Gráfico 3 Produtividade (por ha) da Cebola na microrregião do Tabuleiro e em Santa Catarina (1985, 1992, 1994, 1996, 2000)

Lista de anexos

Anexo 1 Questionários utilizados na pesquisa de campo

Anexo 2 Relação dos principais núcleos de colonização alemã fundados no período de 1829 a 1900 no estado de Santa Catarina – Brasil

Anexo 3 Foto da sede do município de Alfredo Wagner

Anexo 4 Ocupados nos setores industrial, comercial e de serviços, por município, microrregião do Tabuleiro (1980, 1985 e 1996)

Anexo 5 Relação de equivalência entre perços pagos e recebidos pelo agricultor.

Resumo

O presente trabalho aborda a problemática das migrações na microrregião do Tabuleiro (Estado de Santa Catarina), no período compreendido entre as décadas de oitenta e noventa. O principal objetivo é apontar as razões que explicam as migrações a partir dessa microrregião em direção a outras áreas. A hipótese básica é que as migrações só podem ser entendidas se consideradas em relação às transformações sociais e econômicas observadas na economia capitalista, pois estas as explicam. Portanto, para entender as migrações é necessário primeiro identificar as transformações na economia capitalista mundial e seus efeitos na economia local. A agricultura em pequenas propriedades constitui a base da economia local, e tem sido fortemente afetada pela modernização da agricultura, intensa no Brasil desde a década de 70, o que repercutiu em exacerbação das migrações. O trabalho também considera o problema da evolução das atividades não-agrícolas no meio rural da microrregião. A literatura especializada que trata da questão do desenvolvimento rural no Brasil mostra a presença de um conjunto de transformações nesse meio, com impactos sobre o emprego rural, especialmente nas novas funções econômicas e na dinâmica do emprego rural. A pesquisa de campo realizada na microrregião do Tabuleiro sugere que a proliferação dessas novas ocupações certamente estimularia as famílias a permanecer na microrregião, inibindo a migração.

Abstract

This dissertation is concerned with migration from the micro-region of Tabuleiro (in the Santa Catarina State) during the 1980s and 1990s. Its main purpose is to indicate the reasons wich may explain these movements. The basic hypothesis is that migrations can only be understood if it is adequately associated with the social and economic changes occuring in the economy, as it is these changes that, in general terms, lead to people's departure. Therefore, it is necessary, in the first place, to identify the economic transformation going on, and try to perceive how these changes affect the local economy. The study shows that samll farming involving familiar agriculture satands as the basis of that economy, and that the related activities were deeply affected by agriculture modernization, as could be noetd since the 1970s in different areas of the brazilian territory. In the micro-region of Tabuleiro a direct result of modernization was the increased of out-migration. But the research also took into account the question relating to the rural development in Brazil allows one to observe that a whole set of changes has taken place in these areas, affecting rural employment both in its dynamic and in terms of the new occupations wich emerged. The field work undertaken in the micro-region of Tabuleiro suggest that, if disseminated, the new activities recently setablished would probably stimulate many families to stay in their areas, restraining migration.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1.2 OBJETIVOS	7
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	7
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	7
1.3 HIPÓTESES	7
1.4 METODOLOGIA	8
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	9
CAPÍTULO 2 – MIGRAÇÕES NO CAPITALISMO: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS ...	10
2.1 INTRODUÇÃO	10
2.2 MIGRAÇÕES NO CAPITALISMO : ASPECTOS TEÓRICOS	13
2.2.1 <i>O trabalho precursor</i>	13
2.2.2 <i>A abordagem neoclássica</i>	15
2.2.3 <i>Em busca de uma abordagem crítica</i>	18
2.3 MIGRAÇÕES NO CAPITALISMO : ASPECTOS HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS RECENTES NO BRASIL	24
CAPÍTULO 3 AGRICULTURA FAMILIAR: IMPASSES E POSSIBILIDADES NO LIMIAR DO SÉCULO XXI	32
3.1 INTRODUÇÃO	32
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR: EM BUSCA DE UM CONCEITO	34
3.2 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: IMPACTOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR E TENDÊNCIAS RECENTES	40
3.3 O NOVO RURAL BRASILEIRO : ALGUMAS NOTAS	49
CAPÍTULO 4 AS CARACTERÍSTICAS DA MICRORREGIÃO DO TABULEIRO: ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E A SÓCIO-ECONOMIA	54
4.1 INTRODUÇÃO	54
4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS	55
4.3 MICRORREGIÃO DO TABULEIRO : ASPECTOS GEOGRÁFICOS	62
4.4 – A SÓCIO -ECONOMIA DA MICRORREGIÃO DO TABULEIRO : CARACTERÍSTICAS BÁSICAS	65
CAPÍTULO 5 AS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA LOCAL E AS MIGRAÇÕES: 1980 A 2000	71
5.1 INTRODUÇÃO	71
5.2 AS MIGRAÇÕES A PARTIR DA MICRORREGIÃO DO TABULEIRO	73
5.3 AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA DA MICRORREGIÃO	80
5.3.1 <i>Estrutura fundiária</i>	80
5.3.2 <i>Uso das terras</i>	82
5.3.3 <i>Indicadores da modernização</i>	84
5.3.4 <i>Produtividade das principais culturas</i>	87
5.3.5 <i>Ocupados no setor agrícola e composição da mão-de-obra ocupada</i>	89
5.4 A TIVIDADES NÃO -AGRÍCOLAS : INDICADORES E EVIDÊNCIAS A PARTIR DE UM ESTUDO DE CAMPO NOS MUNICÍPIOS DE ALFREDO WAGNER E ÁGUAS MORNAS	91
5.4.1 <i>O ‘Novo Rural’ na microrregião: Algumas observações</i>	91
5.4.2 <i>Os resultados da pesquisa de campo</i>	93
CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
CAPÍTULO 7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXOS	119

Capítulo 1 – Introdução

A região da Grande Florianópolis é composta por vinte municípios e concentra 13,71% da população catarinense, com uma densidade demográfica de 95,81 habitantes por Km², a maior do estado. É a região mais urbanizada de Santa Catarina, com 89,69% da população vivendo em áreas urbanas. Apesar disso, dez dos vinte municípios da região ainda podem ser caracterizados como rurais, por possuírem a maior parte da população residindo em áreas rurais e se dedicando a atividades ligadas ao setor primário, em especial a agricultura.

Nos últimos vinte anos, a região tem apresentado taxas de crescimento populacional acima da média observada no estado, mas a situação em cada um dos municípios que compõem a região é muito diferenciada, com alguns apresentando crescimento e outros declínio populacional. Na cidade de Florianópolis e municípios vizinhos o crescimento é marcante. A partir da década de noventa, toma curso no estado o surgimento de diversas áreas metropolitanas, e a Região metropolitana de Florianópolis pode ser considerada, em termos populacionais, a mais importantes delas, reunindo, em uma área conurbada¹, os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, somando no ano 2000 uma população de quase setecentas mil pessoas. Os impactos negativos, sociais e ambientais, da metropolização em Florianópolis, naturalmente, são também cada vez mais visíveis. (Guerini, 2000)

Enquanto o Aglomerado Urbano de Florianópolis (AUF), que vem constituindo uma grande área metropolitana, apresenta taxas expressivas de crescimento populacional, alguns municípios menores da região tem apresentado taxas negativas de crescimento populacional e, até mesmo, perda de população urbana. Entre esses municípios, estão os que compõem a microrregião do Tabuleiro² que, nas últimas duas décadas, têm experimentado um expressivo saldo migratório negativo. Durante a década de oitenta verificou-se uma redução da população total em quatro dos cinco municípios

¹ O termo conurbação descreve o processo de juntamento das áreas urbanas de cidades diferentes, constituindo uma única malha urbana.

² Alfredo Wagner, Águas Mornas, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio.

da microrregião. Na década de noventa, embora um pouco mais lenta, a perda de população continuou, sendo que três dos cinco municípios apresentaram redução na população total. Se consideramos o saldo migratório³, que é uma medida mais precisa, observa-se perda de população para todos os municípios da microrregião, tanto entre 1980 e 1991 como no período compreendido entre 1991 e 2000. O caso do município de Anitápolis é ilustrativo, com a população total se reduzindo a metade do que seria esperado, com base no crescimento vegetativo, só entre 1980 e 1996.

Esse declínio populacional parece visivelmente associado a decadência da atividade agrícola, que é o carro-chefe da economia desses municípios. O setor, que é a principal fonte de ocupações em todos os municípios da microrregião, tem apresentado uma forte redução no número de ocupados, redução que não vem sendo compensada, nem de perto, pelo pequeno crescimento das ocupações nos outros setores da economia local, via de regra débeis.

É importante ressaltar que a atividade agrícola na microrregião se concentra predominantemente em pequenas propriedades, com os estabelecimentos com menos de cem hectares representando 95%, e os estabelecimentos com até dez hectares 36%, do total de estabelecimentos. Entre as várias dificuldades relacionadas a atividade agrícola em pequenas propriedades, pode-se destacar a precariedade das instituições de apoio, como assistência técnica; a limitação de recursos, ligada a escassez de terras, por exemplo; tecnologia disponível incompatível com o tamanho da propriedade, entre outras. O baixo uso de assistência técnica, por exemplo, merece destaque na microrregião. Em 1995 apenas 22 % dos estabelecimentos tiveram acesso ao uso desses serviços (Ibge, 1996).

A grande maioria dos estabelecimentos é caracterizado pela utilização de mão-de-obra familiar, que responde por cerca de 94% dos ocupados nos estabelecimentos agropecuários da região. Esse é um dado comum a todos os municípios da microrregião: a predominância da mão-de-obra familiar, que é superior a todas as demais formas de

³ O saldo migratório é obtido através da diferença entre a população esperada com base no crescimento vegetativo da população (natalidade menos mortalidade) e a população residente. No capítulo segundo explora-se com um pouco mais de detalhamento essa medida. No capítulo cinco faz-se o cálculo do saldo migratório para cada um dos municípios da microrregião do Tabuleiro.

ocupação agrícola. A redução no número total de ocupados tem impactado fortemente sobre a mão-de-obra familiar, reduzindo o número absoluto de membros da família ocupados, e também tem tido efeitos sobre as demais formas de ocupação. Os empregados permanentes, que representavam 3 % do total de ocupados em 1980, passaram a representar 2 % em 1995. Entre os empregados temporários a redução foi maior ainda, uma vez que eles respondiam por 6.9 % do total de ocupados em 1980, e essa participação foi de apenas 3.4 % em 1995. Também o número de ocupados classificados como parceiros sofreu uma redução absoluta no período.

As migrações parecem, portanto, num primeiro momento, vinculadas à incapacidade da economia local de absorver mão-de-obra. Uma consequência disso poderia ser que os primeiros a migrar são os mais jovens, no momento em que se dá a entrada no mercado de trabalho. Contudo essa proposta parece simplificar o entendimento do processo migratório. Sem dúvidas, as migrações são um processo social que pode ser associado a diversos fatores, econômicos, sociais, geográficos, etc. Por isso mesmo vem sendo estudado por uma grande variedade de disciplinas. As migrações podem ser as vezes entendidas como o resultado de guerras ou tragédias naturais. No campo das migrações internacionais, por exemplo, os refugiados representam hoje, talvez, a parcela mais significativa entre os migrantes. Contudo, no caso dos municípios da microrregião do Tabuleiro, recorrer as categorias de análise próprias da ciência econômica- e que, ademais são utilizadas por pesquisadores de várias disciplinas - , parece ser ainda um procedimento adequado. Nesse sentido, cabe aqui explicitar a principal hipótese que perpassa toda essa investigação: a de que há uma relação estreita entre a dinâmica econômica e o processo migratório.

A grande maioria dos estudos que tem tratado dos tema das migrações, se não pretende ficar apenas na descrição de trajetórias, referencia a ação de fatores de expulsão e atração. Nessa linha, Singer (1990) propõe o uso dos fatores de expulsão e atração para o entendimento dos fluxos migratórios. Os fatores de expulsão seriam de dois tipos: fatores de mudança e fatores de estagnação. Os fatores de mudança estariam ligados a implantação de relações capitalistas na área de origem dos fluxos, aumentando a produtividade e criando uma população sobrança que poderia ser deslocada para outras

áreas. Os fatores de estagnação se referem a escassez de recursos, como terra e capital, que geram a impossibilidade de se obter ganhos de produtividade. Os fluxos gerados por esses fatores, nas áreas de origem, seriam orientados pela ação de fatores de atração, que podem ser desde a estrutura de oferta de serviços públicos, opções de lazer, ou, o que é mais comum, demanda por força de trabalho. Ora, na maior parte dos estudos, tanto neoclássicos como marxistas tendem a observar as migrações como um processo resultante da ação de fatores de expulsão e de atração. Contudo, há uma diferença, sutil, mas decisiva: no caso dos autores marxistas, como Singer, os fatores de atração só exercem algum efeito na orientação dos fluxos, já criados através da ação de fatores de expulsão. Já para os neoclássicos os fatores de atração exercem uma influência crucial na decisão que o indivíduo toma, entre migrar ou não migrar. Uma discussão mais detalhada dos enfoques teóricos sobre as migrações será objeto do capítulo segundo.

Conforme proposto anteriormente, para análise do fenômeno migratório adota-se a hipótese de que a distribuição espacial da população reflete as transformações ocorridas na economia. Essa forma de entender as migrações conduz, no caso dos municípios em análise, à necessidade de uma reflexão sobre o setor agrícola, e, mais especificamente, sobre a agricultura familiar. Essa forma de produção, conforme referido anteriormente, constitui a base da economia local. No período recente, seu desempenho tem sido condicionado por uma série de transformações que tem se processado no meio rural. No contexto destas transformações, nos últimos anos, a pequena produção agrícola familiar tem sido forçada a readaptar-se, de forma a não ser excluída. Não para poucos o intento se viu – e se vê - fracassado, não restando outra opção senão abandonar o meio rural e deslocar-se para outras áreas. Como a agricultura familiar representa a mais importante fonte de ocupações na região, defini-la e discutir seu papel e suas perspectivas na sociedade capitalista é uma tarefa de especial relevância, e que ocupa o terceiro capítulo dessa dissertação.

Nos capítulos quatro e cinco procura-se descrever as características históricas, geográficas, sociais e econômicas dos municípios da região, partindo do processo de ocupação inicial, no século XIX, e os movimentos migratórios em curso na região no período recente. O capítulo quatro concentra-se numa tentativa de refletir sobre as características sócio-econômicas, ambientais e geográficas. que são os condicionantes da

dinâmica populacional na microrregião. O diferente desempenho do setor agrícola poderia explicar porque, em especial a partir dos anos noventa, municípios da microrregião, como Anitápolis e Alfredo Wagner continuaram perdendo população, enquanto outros, como Águas Mornas e Rancho Queimado, obtiveram taxas positivas de crescimento populacional. O crescimento das atividades olerícolas, por exemplo, ou dos cultivos agroecológicos poderiam estar mais concentrados nesses municípios. O segredo poderia ainda estar no sucesso na adoção de atividades não agrícolas.

A ascensão de atividades não agrícolas no meio rural brasileiro e catarinense em particular, tem merecido destaque na agenda de pesquisa de muitos pesquisadores (Tedesco, 1998; Graziano, 1997, 1999; Anjos, 1995; Mattei, 2000 entre outros). O processo, que se refere a um transbordamento de atividades que antes eram tipicamente urbanas sobre o meio rural parece ter ganhado importância no país em especial a partir dos anos oitenta. A partir de então, as pesquisas revelam que essas novas atividades tem ganhado importância crescente no meio rural brasileiro, passando a contribuir com uma parcela crescente da ocupação, o que faz com que a atividade agrícola perca a condição de atividade hegemônica no meio rural. Dessa forma, as atividades agropecuárias tomadas isoladamente não poderiam dar conta de explicar a dinâmica econômica do meio rural brasileiro. (Mattei, 2000) O campo, sempre associado a atividade agrícola, assumiu uma nova roupagem comportando, além das atividades tradicionais, outras que até então estavam reservadas aos espaços urbanos. (Graziano, 1997) O processo poderia assegurar a permanência da população no meio rural, reduzindo os fluxos migratórios em direção às cidades. Em Santa Catarina, o processo estaria em ascensão, ao menos na primeira metade dos anos 90. (Mattei, 1999a)

Os trabalhos de Mattei (1999a; 1999b) explicitam a contribuição cada vez maior das atividades não agrícolas no meio rural catarinense, que passam a responder por um percentual crescente do número de ocupados . Os dados, entre 1992 e 1997 ilustram a afirmação: enquanto a população rural ocupada em atividades não agrícolas cresceu 3,5% no período, o número de ocupados em atividades agrícolas, no mesmo período, sofreu um decréscimo de 4,5%. Entre as várias ocupações em ascensão, no estado, merecem destaque as ligadas aos ramos da indústria da transformação, prestação de serviços, indústria da construção e comércio de mercadorias. Essas tendências seguem de alguma

forma, um padrão observado no restante do país. O predomínio de ocupados na indústria da transformação está ligado a importância das agroindústrias no estado, e a ocupação em indústrias têxteis, vestuário, etc. No setor de turismo, a crescente importância no número de ocupados no meio rural resulta da expansão da procura pelo lazer, ganhando importância o agroturismo, os pesque-pague, etc. (Mattei, 1999)

Observar a importância que assumem as atividades não agrícolas nos municípios da região, portanto, poderia fornecer subsídios para o entendimento dos fluxos migratórios nos municípios que compõem a microrregião. No capítulo cinco, o objetivo é descrever a trajetória recente do fenômeno migratório na microrregião, suas características e seus principais efeitos, procurando descobrir e estabelecer nexos causais entre as migrações e os aspectos econômicos dos municípios da região. Isso porque se tem produzido uma continuidade dos fluxos em grande escala em alguns municípios enquanto em outros o processo parece ao menos ter sofrido um resfriamento na última década. Nesse sentido, cabe ressaltar que a preocupação desta investigação é, em especial, com as duas últimas décadas do século XX, e, portanto, esse levantamento concentra-se em especial nos anos oitenta e noventa.

O exacerbamento das migrações no estado de Santa Catarina nesse período tem assumido importância cada vez maior, fazendo parte da plataforma de campanha de muitos dos candidatos a cargos eletivos no estado nas eleições de 2002. As dificuldades produzidas pela crescente e rápida concentração populacional em alguns pontos do estado – em especial ao longo de uma faixa litorânea, que poderia incluir desde Joinville, passando por Itajaí (adentrando o vale até Blumenau), até Florianópolis – são cada vez mais visíveis.

Por outro lado, em algumas microrregiões, em que se destacam praticamente todas as que compõem a região Oeste do estado, alguns pesquisadores tem vislumbrado a possibilidade de um esvaziamento demográfico. (Icepa, 1998) Os dados indicam que, na microrregião do Tabuleiro, que faz parte da região da Grande Florianópolis, a perda de população, intensa na década de oitenta, tem continuado. Estudar essa realidade, que se desenha a nível local, para compreensão dos processos em curso poderia servir como uma

investigação preliminar no sentido de propor políticas que permitam um desenvolvimento mais equilibrado na região da Grande Florianópolis⁴.

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Analisar, descrevendo, interpretando e explicando, a problemática das migrações em municípios da microrregião do Tabuleiro, no período compreendido entre 1980 e 2000.

2.2 Objetivos Específicos

2.2.1 Abordar o tema das migrações, e do mundo rural, em termos históricos e no contexto brasileiro e catarinense;

2.2.2 Caracterizar a sócio-economia dos municípios rurais da microrregião do Tabuleiro, e os fatores econômicos condicionantes do fluxos migratórios nos municípios em análise;

2.2.3 Posicionar os municípios em análise como foco de emigrações, buscando evidenciar a existência de fluxos;

2.2.4 Observar em que medida o recurso às atividades não-agrícolas nos municípios em análise tem contribuído para que a população rural não migre em direção às cidades.

3 Hipóteses

3.1 A dinâmica migratória nos municípios em análise está fortemente condicionada pelas transformações econômicas ocorridas ao longo das duas últimas décadas.

⁴ Os municípios que propomos para fazer parte de nossa agenda de pesquisa são: Alfredo Wagner, Águas Mornas, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio. A escolha se explica pela homogeneidade em relação à atividade principal (agricultura) e estrutura populacional (todos municípios com menos de dez mil habitantes, com a maioria da população residindo em áreas rurais, etc.)

3.2 A crise na agricultura tem provocado o deslocamento de mão-de-obra ocupada em atividades agrícolas para outras atividades

3.3 A ascensão de atividades não agrícolas pode conter os fluxos migratórios em direção às cidades.

4 Metodologia

Para cumprimento dos objetivos propostos, faz-se necessário adotar os seguintes procedimentos:

O objetivo 2.2.1 será atingido através de revisão de bibliografia pertinente, com ênfase nos temas migração e mundo rural, no país e no estado de Santa Catarina.

O objetivo 2.2.2 será atingido através da análise de indicadores sociais e econômicos, como principais tipos de uso do solo, principais culturas, ocupados na atividade agrícola, estrutura fundiária, condição do produtor, evolução dos preços agrícolas, recurso à assistência técnica, emprego formal, indicadores de saúde e educação, trabalho infantil, entre outros, disponibilizados por: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através da Base de Informações Municipais (BIM), Censo Demográfico 2000, Censo Agropecuário 1996; NIPP – Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas/UFSC, em banco de dados do núcleo; PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento; Ministério do trabalho, com as bases RAIS - Relatório anual de informações sociais e CAGED – Cadastro geral de emprego e desemprego; PBDEE – Plano Básico de Desenvolvimento Econômico e Ecológico, do governo de Santa Catarina.

Para atingir o objetivo 2.2.3 procederemos a análise da evolução dos dados sobre população, por situação de domicílio, faixa etária, saldo migratório, etc. disponibilizados nas fontes supracitadas.

Para o objetivo 2.2.4, posta a inexistência de dados, a nível local, publicados nas estatísticas oficiais, será realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários padrão nos municípios em análise, escolhendo uma amostra que permita que se observe, no mínimo qualitativamente, alguns aspectos do universo pesquisado - no caso, as famílias rurais pluriativas.

5 Estrutura do trabalho

O trabalho é composto de seis capítulos, incluindo um capítulo introdutório. No capítulo dois trata-se, teoricamente e historicamente, do tema das migrações. O terceiro capítulo discute o papel e as perspectivas da agricultura familiar na atualidade. No capítulo quatro o objeto é a região, nele se busca caracterizar a sócio-economia dos municípios, tentando expor as possibilidades do desenvolvimento rural nos municípios estudados, considerando a questão do “novo rural”. A tentativa de revelar os processos que estão por trás da continuidade da perda de população na microrregião, ou da reversão dessa tendência, é objeto do quinto capítulo. Por fim, o capítulo seis é destinado a apresentação das considerações finais.

Capítulo 2 – Migrações no capitalismo: aspectos teóricos e históricos

2.1 Introdução

Uma das primeiras – e certamente uma das mais importantes -, etapas de um processo investigativo é a seleção de teorias e a definição de conceitos que sustentam e dão orientação à pesquisa. No caso das migrações, tema deste trabalho, essa etapa assume especial relevância. As dificuldades mais comuns dos trabalhos na área geralmente estão associadas à inadequada definição e seleção, tanto do procedimento de identificação do fenômeno migratório numa dada população, como das categorias explicativas do fenômeno. (Patarra e Renner, 1980)

Em um primeiro passo, portanto, cabe a tentativa de buscar um referencial teórico que possa oferecer confiança para a investida na temática. Esse será o objetivo deste capítulo, no qual pretende-se discutir os principais enfoques teóricos sobre o tema das migrações na ciência econômica. Nesse sentido, a primeira seção é destinada à apresentação e discussão dos pontos mais relevantes que compõem a análise neoclássica, que, ainda hoje, possui significativa força entre os economistas, orientando trabalhos sobre o tema, inclusive no Brasil. (Ramos & Araújo, 1999) Nesta mesma seção procura-se também identificar o que há de essencial na visão marxista sobre as migrações. Conforme se argumentará, o arcabouço teórico de base marxista parece o mais adequado para que se possa dar conta de compreender o papel e as formas que as migrações assumem num sistema econômico particular, o capitalismo. Essa seção, onde se efetua uma breve incursão teórica sobre o tema das migrações, precede uma outra, que finaliza o capítulo, onde procura-se ressaltar o papel das migrações na história do desenvolvimento do capitalismo.

Antes, porém, de iniciar essa discussão acerca do referencial teórico, deve-se esclarecer alguns conceitos-chave para essa investigação. Em primeiro lugar, deve ser considerada a definição de migração, que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (1967), constitui “uma forma de mobilidade entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência”. Obviamente, tal definição exclui, entre outras, as migrações sazonais, o que, não obstante, tem pouca importância para este

trabalho, já que o fenômeno das migrações sazonais não é central nas propostas deste estudo. É claro também que essa definição, junto com a opção por utilizar estatísticas oficiais, implica em estabelecer limites geográficos para a análise. De fato, é a ultrapassagem de tais limites, no ato da mudança de residência, que constitui migração. Os limites considerados referem-se, em geral, a unidades administrativas como um país, um estado ou um município.

Martins (2001) alerta para as dificuldades que podem advir dessa forma de se perceber o fenômeno migratório, onde os limites entre unidades administrativas cumprem papel importante. Segundo o autor, essa definição é pouco adequada e pode conduzir a um entendimento incorreto das migrações. Para ilustrar seu argumento, cita seu próprio caso, e de sua família, que podem ser considerados migrantes após uma mudança de 1,5 quilômetros, entre São Paulo e Osasco. Embora a observação de Martins seja interessante, o problema por ela apontado não parece constituir dificuldades para que se mantenha, neste trabalho, a definição de migrações conforme proposto anteriormente. Ora, tal como se indicou na introdução, o que se pretende destacar são os fluxos migratórios a partir de uma microrregião composta por cinco municípios, que têm características muito parecidas no que concerne à dinâmica econômica, revelando-se o desempenho da agricultura familiar em pequenas propriedades com importância decisiva para a economia regional. Essa homogeneidade econômica define e marca a microrregião, mais que qualquer limite territorial. Contudo, os limites definidos a partir de unidades municipais parecem ainda ser, nesse caso, adequados.

Um dos problemas que o pesquisador pode enfrentar é a ausência de estatísticas oficiais sobre as migrações. No Brasil, o IBGE calcula as migrações entre estados federados, mas não oferece estatísticas, em nível nacional, das migrações entre municípios ou microrregiões. Nesse caso, uma das formas mais utilizadas para estimar as migrações é a utilização do cálculo do saldo migratório, que é obtido residualmente a partir da expressão:

$$p_2 - p_1 = N - O + I - E$$

onde p_2 = população no período 2; p_1 = população no período 1; N = nascimentos; O = óbitos, I = imigrações; E = emigrações.

Rearranjando os termos, temos a expressão do saldo migratório, que é

$$I - E = p_2 - p_1 - N + O$$

Por vezes, a insuficiência de dados gera problemas para os quais não há solução, a menos que se realize pesquisa de campo. O recurso às pesquisas de campo é uma tarefa usual nas ciências sociais, e, no caso dessa pesquisa, necessário. Os dados publicados nas estatísticas oficiais não revelam quais são os elementos que poderiam ser arrolados como capazes de explicar a situação econômica que gera as migrações ou que permite a permanência da população na área estudada. Os questionários utilizados encontram-se descritos no anexo 1.

Por fim, cabe destacar ainda que o estudo de qualquer tipo de migração requer o uso de certos instrumentos específicos que permitam uma melhor compreensão do fenômeno, em todas suas particularidades. No caso das migrações internas, um trabalho pioneiro foi realizado por Ravenstein, para o Reino Unido do fim do século XIX. Apesar de datado, Singer (1990) defende que muito do que o autor inglês propôs permanece ainda válido para a análise das migrações internas em países latino americanos. Nessa linha, Singer define as migrações como um processo resultante da ação de fatores de expulsão, que originam os fluxos migratórios (fatores de expulsão se desdobram em fatores de mudança e fatores de estagnação), e de fatores de atração, que os orientam⁵.

Os pesquisadores de matriz teórica neoclássica, como os de matriz teórica marxista, tendem a observar as migrações como um processo resultante da ação de fatores de expulsão e de atração. Contudo, as abordagens são diferentes: para os autores

⁵ Os fatores de expulsão são de dois tipos: os fatores de estagnação, que se referem à pequena disponibilidade de terras, o que leva à pressão constante sobre os recursos e conseqüente perda de produtividade; e os fatores de mudança que estão relacionados às melhorias tecnológicas, tornando uma parcela da mão-de-obra desnecessária. Já os fatores de atração se referem à esperança de melhor remuneração, de oportunidade econômica, relacionada principalmente com a demanda por força de trabalho. (SINGER, 1990)

marxistas, como Singer, os fatores de atração só exercem algum efeito na orientação espacial dos fluxos, já criados por conta da ação de fatores de expulsão. Esses autores procuram afastar-se da idéia de que questões psicológicas, presentes ao nível individual, intervêm na deflagração dos fluxos. De outro modo, para os neoclássicos os fatores de atração exercem uma influência crucial na decisão individual de migrar, tomada com base em uma análise dos custos e benefícios da migração. Essas questões serão melhor abordadas na próxima seção, onde se retoma a discussão sobre os enfoques teóricos a respeito das migrações.

2.2 Migrações no capitalismo: aspectos teóricos

A ascensão do capitalismo como sistema social dominante trouxe consigo um atributo necessariamente a ele vinculado: a mobilidade dos fatores. Ao longo da história, os cientistas sociais não deixaram de perceber as migrações como um elemento indispensável ao progresso do capitalismo. Pesquisadores das mais diversas disciplinas tem se debruçado sobre a problemática das migrações, entre elas a geografia, a Sociologia, a demografia, a história. Contudo, mesmo que os estudos sejam já abundantes, não se pode ainda afirmar que existe uma teoria pronta das migrações.

2.2.1 O trabalho precursor

Ravenstein (1885) é considerado o precursor na tentativa de descobrir as regularidades do processo migratório sob o capitalismo. Em seu estudo intitulado “The Laws of Migration” o autor analisou os movimentos migratórios no interior do Reino Unido, entre Inglaterra, Escócia e Irlanda, no final do século XIX.. O autor enumerou uma série de generalizações, que poderiam ser encontradas em outras situações. Uma delas, por exemplo, diz respeito às distâncias percorridas, que, no geral, seriam pequenas, ao menos no que se refere aos fluxos que se dirigem para grandes centros comerciais ou industriais. Há ainda outras várias generalizações, que se referem desde ao diferencial por sexo, com as mulheres migrando mais nas pequenas distâncias, ou até à proposição de que as migrações ocorrem por etapas.

Para Everett Lee (1966), que é um importante economista na área das migrações, os trabalhos de Ravenstein, embora tenham sido submetidos a uma série de críticas, resistiram à prova do tempo, e continuam sendo o ponto de partida de diferentes trabalhos teóricos sobre o assunto, opinião esta também compartilhada por Singer (1990). Lee destaca ainda que, apesar das críticas e dos milhares de trabalhos publicados na área, nenhum outro chegou a representar uma incursão comparável à do demógrafo Ravenstein no terreno de uma teoria sobre as migrações.

Ravenstein inaugura uma forma de tratamento do fenômeno migratório que se tornou muito importante entre os pesquisadores das diversas disciplinas, que implica observar as migrações como o resultado de um balanço entre fatores de atração e repulsão (“pull” e “push”). O autor procurou ainda salientar que o motivo econômico é o principal motor das migrações. Para ele, embora leis mais ou menos opressivas, assim como a coerção através de tráfico de escravos ou de deportação de condenados para colônias penais, e também a tributação onerosa, o clima inadequado, entre outros, possam produzir migrações, nenhum elemento é mais importante do que o desejo, inerente à maioria dos homens, de melhorar de vida. (Lee, 1966). Essa pista passou a ser seguida, mais tarde, por economistas, como Lee (1966), e Sjaastad (1962), entre outros.

Contudo, entre os economistas, embora os estudos específicos sobre o tema das migrações tenham começado a tomar lugar especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, sua importância já apareceu de forma latente nas obras dos clássicos. Gaudemar (1977) afirma que o debate sobre migrações aparece inserido num debate mais amplo, sobre mobilidade da força de trabalho⁶, e já toma lugar, com maior ou menor grau de visibilidade, nas obras dos clássicos, em Smith, Ricardo e Marx. Frise-se que os

⁶ Quando se fala aqui de mobilidade da força de trabalho está-se aceitando a crítica de Peliano a Gaudemar, de que apenas pode-se falar em mobilidade da força de trabalho e não em mobilidade do trabalho. Uma vez que trabalho é processo, e força de trabalho é ação, só faz sentido falar em mobilidade da força de trabalho. O esclarecimento é importante para evitar um mergulho em confusões conceituais. Ao mesmo tempo, continua-se a tratar mobilidade da força de trabalho como quando Gaudemar se referia à mobilidade do trabalho.(PELIANO, apud CARLEIAL, 1994) A mobilidade da força de trabalho é um processo de pelo menos duas dimensões: uma social, que envolve o que se tem chamado de mobilidade social ou mobilidade ocupacional; outra espacial, normalmente designada pelo termo migrações. (Gaudemar, 1977)

trabalhos de Smith constituíram o eixo a partir do qual se desenvolveram as visões neoclássica e marxista, que, desde muito, constituem o principal referencial teórico para orientar os debates sobre as migrações.

2.2.2 A abordagem neoclássica

Entre os liberais, o que se destaca é a que as migrações representam, indiscutivelmente, a liberdade natural dos homens, que podem escolher em que local viver, que tipo de profissão exercer, etc. Ao suposto da liberdade natural dos homens junta-se o da racionalidade individual. Ambos os supostos efetivamente configurados, garantiriam que o indivíduo perceba as diferenças existentes entre as regiões e escolha em qual delas viver.

Assim, a visão neoclássica dá ênfase ao papel da migração como elemento que concorre para o equilíbrio econômico. A escassez de braços em algumas áreas conduziria a salários maiores, e isto seria o sinal que atrairia mão-de-obra de outras áreas, onde ela fosse abundante. O deslocamento se daria até o equilíbrio ser estabelecido, com oferta e demanda, no que concerne à força de trabalho, se igualando. A operação desse mecanismo de mercado seria perfeita, assegurando que todos os eventuais desajustes acabariam sendo dirimidos. A mobilidade perfeita da força de trabalho aparece, então, como o ideal que deve ser perseguido, pois quanto maior liberdade for conferida aos trabalhadores, maior será o desenvolvimento capitalista.

Esforços de investigação impregnados desse tipo de visão resultaram em uma série de modelos estatísticos, muito numerosos, que buscam associar a mobilidade – e quase sempre a mobilidade espacial, isto é, as migrações, a diversas variáveis explicativas, econômicas e extra-econômicas. Nesses modelos, o interesse básico é relacionar aos fluxos migratórios desde variáveis de educação, como anos de estudo ou nível de instrução, até mesmo níveis de temperatura.

Uma crítica que pode ser tecida em relação ao tipo de abordagem que esses modelos representam diz respeito aos resultados contraditórios obtidos pelos diferentes modelos. Por exemplo, enquanto alguns estudos associam a migração a um nível mais

elevado de instrução, outros procuram mostrar exatamente o contrário, ou seja, que as pessoas com menor nível de instrução migrariam mais⁷. (Gaudemar, 1977)

Contudo, na grande maioria desses modelos o principal elemento que intervém na mobilidade espacial da força de trabalho tem a ver com os diferenciais de salários entre regiões. Conforme propõe Klaassen (1964), o fenômeno migratório pode – deve, segundo esse autor – ser captado através da seguinte expressão:

$$M = \alpha (W - \bar{W})$$

onde M = fluxos migratórios; W = Salário médio na região considerada; \bar{W} = salário médio na região “externa”.

Segundo o modelo, diferenciais de salário em favor das regiões externas resultam em criação de fluxos migratórios a partir da região considerada, ou seja, a região externa atrairia mão-de-obra da região considerada. O coeficiente α representa a sensibilidade dos fluxos migratórios em relação aos diferenciais de salário. No limite, tem-se o caso de um coeficiente α infinitamente elástico, que significa uma mão-de-obra que reage fortemente a variações no diferencial de salários, de modo que a mobilidade da força de trabalho, nesse extremo, é perfeita. Assumir um coeficiente α com valor zero implica que há perfeita imobilidade, ou seja, que os migrantes não reagem de forma alguma aos diferenciais de salário, situação que se procuraria explicar a partir da localização de entraves extra econômicos à livre mobilidade, normalmente de ordem política ou institucional. Entre os dois extremos, localizam-se várias possibilidades de mobilidade imperfeita.

Uma das críticas mais contundentes a essa abordagem parte dos quadros da própria economia neoclássica. Assim, para Harris e Todaro (1980), esses modelos que consideram apenas diferenciais de salários entre regiões como variável determinante dos fluxos migratórios estão recheados de inconsistências internas. Uma delas, apontada

⁷ Gaudemar mostra que, enquanto alguns estudos propõem que quanto mais elevado o nível de instrução, menor a propensão a migrar, outros propõem que a instrução estimula a migração. (GAUDEMAR, 1977)

pelos autores, é que, se os únicos determinantes dos fluxos migratórios são as diferenças de salários, não há motivo para que, entre um país atrasado e um país desenvolvido não haja fluxos migratórios daquele para este até que toda a população do país atrasado tenha se deslocado para o país desenvolvido. A lógica dessa postulação é clara: o nível de salários em países atrasados nunca alcançará o nível dos países desenvolvidos.

O cerne da crítica de Harris e Todaro consiste em apontar que a falha dos modelos convencionais é escolher a variável errada. A alternativa, proposta pelos autores, preservando a forma de abordar o problema, é promover uma mudança na variável determinante, substituindo as variáveis diferenciais de salários por uma outra, chamada esperança de renda, que é calculada a partir de uma ponderação entre os níveis salariais e a taxa de desemprego. Dessa forma, os autores acreditavam lograr maior sucesso no tocante à descoberta dos fatores que determinam a escolha que o indivíduo faz quando se coloca frente à decisão de migrar ou não migrar.

Esse trabalho, ao que parece, foi bem aceito no meio acadêmico, e inspirou muitas novas pesquisas na temática. Embora datada da década de sessenta, recentemente ainda serviu como base para um trabalho que estudou os fluxos migratórios entre os estados brasileiros. (Ramos e Araújo, 1999) As conclusões a que esses autores chegaram, utilizando técnicas de análise estatística, parecem corroborar o que foi proposto inicialmente por Harris e Todaro. Os estados brasileiros em que a esperança de renda era mais alta foram os que atraíram o maior número de migrantes. Por outro lado, tendencialmente observou-se saldo migratório negativo nos estados para os quais a esperança de renda calculada era menor. Há algumas exceções à regra, como é de praxe em análise estatística, mas que não chegam a comprometer a significância do modelo. Os autores concluem que a inclusão da variável taxa de desemprego, em vez de utilizar apenas os níveis salariais, aumenta sensivelmente a capacidade explicativa dos modelos econométricos sobre migrações.

Em todos os modelos, porém, as migrações surgem como um fluxo de ajustamento de desequilíbrios entre diferentes regiões. A operação do mecanismo de mercado permitiria que se criassem diferenças (de salário, de emprego) entre regiões onde a mão-de-obra fosse abundante e outras, em que a mão-de-obra fosse escassa. Os indivíduos, buscando maximizar sua função utilidade, observariam essas diferenças e

decidiriam migrar - ou não migrar-, até que os desajustes no mercado de trabalho fossem eliminados.

Esses trabalhos tratam as migrações apenas como o resultado de uma análise, realizada pelo indivíduo, dos custos e benefícios envolvidos no processo migratório. Se os benefícios são superiores aos custos, o indivíduo, racionalmente, opta por migrar. Logicamente, as migrações continuam enquanto os benefícios de migrar superam os associados custos. Os estímulos externos, sejam eles o nível salarial ou a esperança de renda, atuam como condicionantes da escolha do indivíduo: é o indivíduo que determina quem vai migrar e quem não vai.

Não se pode duvidar que esses modelos trazem, no conjunto, uma série de resultados interessantes, no que se refere às observações sobre a relação entre migração e nível de instrução, por exemplo. Nessa linha, conforme cita Gaudemar (1977), o modelo Clark-Forastié permite uma grande síntese de diversas teses sobre imigração estrangeira, destacando-se o papel do imigrante no mercado de trabalho do país receptor. Contudo, a crítica que pode ser tecida em relação ao tipo de abordagem que todos esses modelos representam é a de que eles se restringem a descrição do fenômeno. Ora, o conjunto de variáveis utilizadas serve apenas para descrever a aparência do fenômeno migratório, que é, na verdade, apenas um fenômeno reflexo, cujas raízes só podem ser encontradas nos processos sociais a ele subjacentes. Mesmo assim, na análise das migrações de extração neoclássica, os processos de mudança social e a dimensão estrutural não são, via de regra, considerados.

2.2.3 Em busca de uma abordagem crítica

Todos os tipos de migrações internas ou internacionais, do rural para o urbano, do urbano para o rural, enfim, todos os fluxos populacionais entre os diferentes espaços não se explicam por si mesmos, como, aliás, pretendem muitos economistas neoclássicos, mas representam apenas a aparência de certos processos sociais típicos de uma sociedade capitalista.

Esta constatação impõe a necessidade de buscar um outro tipo de referencial teórico. Nesse sentido, Gaudemar(1977) propõe o entendimento das migrações, bem

como de todas as outras formas de mobilidade da força de trabalho, como um resultado das necessidades da acumulação capitalista. Na visão do autor, não há como entender as migrações enquanto produto de uma escolha de indivíduos racionais e livres. Evocando Marx, Gaudemar descreve as migrações como um elemento necessário da transformação da força de trabalho em mercadoria: a mobilidade e a sujeição ao capital configuram traços constitutivos da força de trabalho transformada em mercadoria. Mais do que isso, a mobilidade é um atributo indispensável dessa conversão da força de trabalho. Afinal, historicamente,

" (...) é o uso do força de trabalho como mercadoria que põe fim a imobilidade do trabalho imposta pela rigidez da estrutura feudal."(Gaudemar, 1977, p.209)

Naturalmente, o trabalhador precisa ser livre, podendo assim se deslocar até o mercado para vender a única mercadoria que possui: sua força de trabalho. A liberdade ao trabalhador aparece como um elemento do qual o capital não pode prescindir. Mas o trabalhador é livre não no sentido apologético, de um indivíduo emancipado, senhor de seu destino, mas sim num sentido duplo:

" Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho." (Marx, 1985, p. 140)

Como o trabalho está a serviço da acumulação de capital, não são os diferenciais de salários que provocam os deslocamentos populacionais. Na verdade os homens se deslocam sob o chamado das empresas em expansão. Como mostra Gaudemar, a redistribuição dos homens no espaço é provocada pela diferenciação das procuras por trabalho, que tem origem na diferenciação dos lucros retirados nesta ou naquela atividade. Respeitando e atendendo aos pedidos das empresas em expansão., são produzidos os movimentos de homens, e não só as migrações ou movimentos espaciais, mas todas as formas de mobilidade.

Dessa forma, deve-se reiterar, as migrações só podem ser entendidas se forem consideradas em relação aos interesses e às determinações da acumulação de capital. Entre outras, essa forma de considerar o assunto remete à reflexão sobre o papel das migrações no processo de formação de um exército industrial de reserva, cuja função parece ter importância decisiva para a continuidade da acumulação. Nesse sentido, a crítica marxista percebe o desequilíbrio no mercado de trabalho como uma situação que não é apenas transitória, mas que cumpre um papel importante na manutenção das taxas de acumulação. Não é a capacidade que o mercado possui de manter o equilíbrio, que prevalece no capitalismo. Na verdade, o que surge é a formação dos desequilíbrios como um motor da expansão da acumulação de capital.

Contribuições expressivas para o entendimento dos fluxos migratórios, concebidas sob inspiração do pensamento social crítico, foram também dadas por cientistas sociais latino-americanos. Partindo de uma postura crítica em relação aos modelos neoclássicos, esses autores procuraram analisar casos concretos de migrações nos países da América Latina, em especial na segunda metade do século XX. O acirramento dos problemas sociais nesses países, relacionados às intensas mudanças em curso naquele período, induziram à reflexão mais cuidadosa dos mecanismos e processos geradores de tal situação.

Singer (1990) foi quem parece ter dado a contribuição mais importante no campo das migrações. Ao se preocupar com o estudo das migrações internas, o autor procurou relacionar os motivos e as causas das migrações, e apontou os fatores de atração e expulsão como determinantes dos fluxos. Ao contrário dos autores neoclássicos, porém, Singer teve o cuidado de afastar qualquer fator psicológico da determinação dos fluxos migratórios, concentrando-se no entendimento das migrações como um processo de mudança social. Para isso, atribuiu aos fatores de atração somente o papel de orientar os fluxos migratórios, já criados a partir da ação dos fatores de expulsão, divididos em fatores de estagnação e de mudança. Esses, por sua vez, estariam relacionados às modalidades de inversão do capital e absorção de mão-de-obra. Assim, Singer distingue entre os motivos e as causas da migração. Os motivos são de natureza psicológica e individual, e às vezes subjetivos, e podem ser relacionados às características dos indivíduos. Por exemplo, os jovens têm maior propensão a migrar do que os mais velhos;

os solteiros migram mais que os casados; ou os mais instruídos migram mais que os menos instruídos. Por outro lado, as causas são de natureza estrutural, gerando o quadro geral de condições que induzem a migrar; e são a primeira determinação de quem migra e quem não migra.

As desigualdades regionais são consideradas por Singer como o principal motor das migrações internas. Partindo de uma análise que faz referência a Myrdal, aquele autor chama a atenção para as formas como as desigualdades são criadas no capitalismo, e para os seus efeitos sobre os fluxos migratórios. Para Myrdal (1968), à medida que o capitalismo se desenvolve, algumas áreas tendem a se tornar pólos receptores de recursos, enquanto outras se tornariam pólos emissores de recursos. Para explicar de que forma as diferenças se estabelecem e aumentam, Myrdal formula o conceito de causação circular acumulativa, segundo o qual as regiões adiantadas tendem a sugar os recursos das regiões atrasadas, através da ação de fatores regressivos, aumentando cada vez mais o fosso que as separa. Portanto, longe de conduzir à homogeneidade, o desenvolvimento capitalista conduz à ampliação das disparidades. Conforme acumulam mais vantagens, as regiões mais ricas se tornam cada vez mais atraentes, tanto para o capital como para os trabalhadores, que tendem a procurar trocar as regiões mais pobres pelas mais ricas. O resultado é que as regiões mais pobres podem sofrer processos de esvaziamento e declínio econômico.

Em relação às diferenças campo-cidade, a tendência é o seu aprofundamento, uma vez que o capitalismo industrial tem na cidade o seu *locus* privilegiado de expansão. É importante ressaltar, porém, que ao longo da história do capitalismo, a indústria teve momentos de maior florescimento no meio rural, para onde as atividades industriais se viram deslocadas. E até mesmo no período recente a indústria pode encontrar no meio rural um campo mais adequado para a valorização de capital. Isso tem sido associado, por alguns autores, à docilidade da mão-de-obra no meio rural, geralmente pouco exigente e não sindicalizada. Outro fator é que há a possibilidade de diminuição dos salários abaixo até mesmo do nível de subsistência, uma vez que esta passa a ser assegurada pelo trabalho nos campos. Nessas ocupações, os trabalhadores podem exercer uma dupla jornada, além de submeter suas famílias - mulheres, velhos, crianças, e ainda toda sorte

de inaptos para o trabalho na indústria - , ao trabalho agrícola extenuante que se torna necessário para a reprodução da família.

Wallerstein, no livro *Capitalismo Histórico* (1985), assinala com muita clareza que o recurso a este tipo de mão-de-obra, semi-proletária, é interessante para os capitalistas, permitindo um rebaixamento dos salários. Para compreender a importância que pode tomar o trabalho semi-proletário, é exemplar o caso da Ásia. Nessa região as grandes corporações japonesas reúnem, sob seu edifício organizacional, um sem número de pequenas empresas subcontratadas, que, por sua vez, incorporam a exploração do excedente de reservas de força de trabalho na região. Wallerstein (2001) mostra que, na Indonésia, isso significa invadir as áreas rurais, onde se localizam entre 75 e 80% da força de trabalho das manufaturas.

De qualquer forma, no desenvolvimento do capitalismo, a tendência mais marcante é a concentração de atividades produtivas e pessoas nas cidades, na medida em que a indústria se desenvolve. Essa concentração gera, ao mesmo tempo, importantes custos e benefícios. À empresa individual cabem, geralmente, os benefícios, uma vez que essa contará com vantagens advindas das economias de aglomeração (embora certas realidades autorizem falar de deseconomias de aglomeração). Os custos, contudo, provenientes das deseconomias causadas, entre outras coisas, pelo congestionamento, são suportados pelo conjunto da sociedade: tanto os custos da concentração urbana, tais como os gastos cada vez maiores em infra-estrutura, custos devidos à insuficiência de meios de consumo coletivo urbano⁸, como os custos relacionados ao enorme desperdício nas áreas que perdem recursos, não cairão sobre a empresa individual. Sem pagar o ônus criado pela aglomeração, e colhendo o bônus da concentração nas cidades, a livre empresa desejará uma concentração cada vez maior, tanto da população como do capital. Sendo a

⁸ Segundo Jaramillo(1986)a expressão meios de consumo coletivo urbano designa “uma série de valores de uso, que, por algumas de suas características são difíceis de ser providos pelo capital individual, sendo porém indispensáveis à acumulação de capital em geral. Esta circunstância não se deduz de algo essencial e absoluto destes valores de uso, mas se trata de uma característica de tipo histórico(...).Entre os ‘consumos coletivos’ mais importantes no nosso contexto histórico, assinalamos os serviços públicos sistema viário e os espaços coletivos, os serviços de saúde, de educação e habitação para setores populares, etc.” (1986, p. 19)

decisão de investir tomada em nível microeconômico, pela firma individual, e uma vez que nem todos os custos estão computados, a concentração estará sempre bem acima da exigida pelo progresso técnico.

Ao mesmo tempo em que faz das cidades o lugar privilegiado da acumulação de capital, o capitalismo processa também uma revolução no campo. A tecnologia agrícola é continuamente aperfeiçoada, e isso tem um efeito marcante sobre a agricultura, deslocando inicialmente os trabalhadores empregados no setor agrícola, uma vez que a crescente mecanização reduz a necessidade de utilização de mão-de-obra. As maiores quantidades produzidas a preços cada vez menores, por sua vez, terão efeitos sobre os pequenos produtores agrícolas, que, incapazes de competir com os grandes estabelecimentos, são os próximos a serem deslocados. Portanto, tende a ser observado um grande impacto sobre a produção de subsistência, que perde espaço para a agricultura especializada com produção voltada para o mercado. Assim, a utilização de máquinas no campo potencializa os fluxos migratórios, os quais normalmente se apresentam orientados para as regiões que se tornam pólos a partir da instalação de fábricas. Conforme já assinalado anteriormente, Singer (1990) observa essa relação campo-cidade a partir do uso de certas categorias analíticas, que permitem explicar a mobilidade espacial da população: fatores de expulsão e fatores de atração, que não serão novamente descritos.

*

*

*

A idéia de que as migrações são um fenômeno social profundamente condicionado historicamente é um outro aspecto sempre presente nas análises de corte marxista, ou de perfil crítico, de um modo geral. O fenômeno migratório, de fato, é profundamente condicionado historicamente. É isso o que se procura evidenciar na próxima seção, onde se revisam brevemente algumas das características dos movimentos migratórios ao longo da história do capitalismo.

2.3 Migrações no capitalismo: Aspectos históricos e tendências recentes no Brasil

As migrações não são um fenômeno social produzido pelo advento da sociedade capitalista. De fato, desde os primórdios da humanidade, as migrações constituem uma realidade no seio de diversas populações. Contudo, não há dúvidas de que tal fenômeno social adquire certos contornos específicos sob o capitalismo, passando a cumprir funções essenciais no desenvolvimento desse sistema, de acordo com o momento histórico e com o estágio do seu desenvolvimento.

A mobilidade da força de trabalho pode ser considerada uma das características mais marcantes do Modo de Produção Capitalista, o que aparece em profundo contraste com a imobilidade verificada nos modos de produção anteriores⁹. A mudança não deixou de ser percebida pelos estudiosos da época. Cedo, os clássicos do pensamento econômico perceberam a importância da mobilidade dos trabalhadores, e, conseqüentemente, a importância da promoção dessa mobilidade. Assim, Ricardo e Say passaram a alertar para a necessidade de serem suprimidos todos os entraves à mobilidade, que, quanto mais próxima da perfeição, mais adequada seria ao desenvolvimento do capitalismo. A mobilidade era vista como uma condição natural dos homens, como uma prova da liberdade dos indivíduos. Na obra de Marx, a mobilidade resulta também crucial, aparecendo como uma exigência no processo de transformação da força de trabalho em mercadoria: nessa condição, a força de trabalho precisa ser móvel e sujeitar-se ao capital. Note-se que tal mobilidade assume duas diferentes dimensões: uma social (referindo-se a formas verticais de mobilidade dentro das empresas), outra espacial (traduzida na movimentação espacial da força de trabalho). (GAUDEMAR, 1977)

Em Wallerstein (1980; 1984; 1985) a mobilidade dos fatores é considerada um elemento essencial na trajetória do capitalismo histórico, desde o seu início no século

⁹ No Modo de Produção feudal, por exemplo, os servos estavam presos à terra e ao seu senhor. No capitalismo, somem os entraves da servidão e da coerção corporativa dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, os direitos e as garantias que as instituições feudais lhes asseguravam. (GAUDEMAR, 1977) Polanyi (2000) mostra como os entraves legais à mobilidade da força de trabalho vão sendo progressivamente destruídos no alvorecer do capitalismo industrial, na Inglaterra do século XVIII. O *Act of Settlement*, por exemplo, que fixava os trabalhadores em suas paróquias de origem é abolido em 1775, iniciando a quebra de todos os entraves legais a mobilidade da força de trabalho. (POLANYI, 2000)

XV. Através de um vigoroso trabalho o autor mostra a sempre intensa migração de capital e de pessoas entre os diferentes espaços, no seio da economia mundo capitalista. Embora o fator móvel por excelência seja o capital, em alguns momentos evidenciaram-se também importantes deslocamentos de população, inclusive com grande amplitude geográfica. No século XVI, nos países centrais, como Inglaterra e Holanda, o que se observou foi o crescente deslocamento de pessoas para as cidades, ficando estas inchadas de vagabundos, que morriam em grandes quantidades, de modo que a acumulação só não se viu prejudicada porque os fluxos de imigração rumo às áreas urbanas continuaram em grande escala (WALLERSTEIN, 1980). Já em outros momentos, o autor destaca a importância dos deslocamentos do capital. A título de exemplo, no século XVII, período marcado pela estagnação econômica na economia-mundo européia, as indústrias passaram a deslocar-se para as áreas rurais em busca de salários menores, de modo que, no período, as únicas indústrias que prosperaram, a de cerveja e a de alimentos, estavam no meio rural. (WALLERSTEIN, 1984) Em se tratando da mobilidade espacial, em linhas gerais, pode-se dizer que, no desenvolvimento capitalista, a mobilidade dos trabalhadores se produziu, em maior ou menor escala, conforme o exigido para assegurar a continuidade da acumulação de capital.

O movimento normalmente aludido como altamente ilustrativo pelos que tratam do tema das migrações é o que tomou lugar na Inglaterra do século XVII, quando, na visão de alguns autores, o capitalismo industrial passou a consolidar suas bases na economia capitalista, culminando com um processo que a historiografia costuma designar como Revolução Industrial. No entanto, as bases desta revolução foram forjadas ao longo dos séculos que a precederam, tendo início, em especial, após os vários avanços nas práticas agrícolas, que aconteceram na Europa, já por volta do século XVI.

Descrito por Marx (1985) com riqueza de detalhamento, o processo de consolidação do capitalismo industrial envolveu na Inglaterra um grande deslocamento de populações das áreas rurais para as cidades, que se firmavam como pólos da economia industrial em gestação. Tal processo é indissociável do impulso dado à criação de ovelhas pelo crescimento da produção têxtil, que fez com que milhares de camponeses fossem expulsos de suas terras, sobre as quais tinham direitos com base em instituições feudais. A forma como esses deslocamentos foram promovidos, porém, nada tem que

envolva opções de ordem psicológica ou escolha individual. Na verdade, uma série de ações violentas de expropriação e roubo, assassinatos, queima de casas, etc. atuaram como “incentivos” através dos quais se promoveu a saída da grande massa de população dos campos britânicos para as cidades.

Nas cidades, essa mão-de-obra passou a ser destinada às ocupações industriais, mas não antes de passar por um necessário período de ajustamento, no qual se conformou uma legislação que punia fortemente, por exemplo, a vadiagem¹⁰, com o que se pretendia talhar trabalhadores mais aptos para as exigências do capitalismo industrial.

Embora o caso inglês seja ilustrativo do processo de expulsão da população dos campos e sua absorção pelas cidades em expansão, em outros países europeus alguns impeditivos institucionais e econômicos, entre outros, não permitiram que a população expulsa dos campos pudesse ser absorvida no interior do próprio país. (Patarra e Renner, 1980) Havia, portanto, a necessidade de exportar a mão-de-obra sobrando, o que se fez via migrações intercontinentais. Ressalte-se que, no período, países como a Alemanha e a Itália passavam por processos de unificação, o que estimulava a saída de migrantes.

Ao mesmo tempo, se travava ainda um jogo de forças no capitalismo mundial, com a Inglaterra buscando consolidar-se como a nova potência hegemônica, posto disputado com a França. A imposição da proibição ao tráfico de escravos, que já não era essencial à acumulação de capital, aconteceu em meados do século XIX. A partir de então, os barcos britânicos passaram a patrulhar os mares e a apreender os navios que

¹⁰ A população, recém separada dos meios de produção, precisava ser disciplinada e inserida na lógica capitalista. Então, conforme referido, toda uma legislação foi constituída, e serviu muito bem a esses propósitos. A expropriação dos camponeses havia criado uma enorme legião de desocupados que perambulava pelas cidades, muitos roubando ou mendigando. A manufatura não tinha ainda fôlego para absorver todos esse corpos, e havia, de outra parte, uma enorme dificuldade para os camponeses, acostumados ao antigo sistema, adequarem-se ao rígido salariedade. Uma dura legislação foi constituída objetivando combater a vagabundagem. O resultado de sua aplicação foi um autêntico massacre das vítimas. A legislação, executada a ferro e fogo, permitia que se fizesse a conversão de homens em trabalhadores que se vendem no mercado de trabalho e se sujeitam à disciplina exigida pelo sistema salarial. A apurada descrição que Marx faz dessas leis contra a vagabundagem aterroriza. Entre os castigos, havia o açoite, a mutilação para reincidentes, a marcação com ferro em brasa, o enforcamento, e toda sorte de punições inomináveis, concebidas e introduzidas para fazer os homens se converter, pela força, ao sistema salarial recém inaugurado.

estivessem transportando escravos. Caio Prado Júnior (1967) relata que, muitas vezes, ao perceberem a aproximação dos navios ingleses, os traficantes, antes de serem abordados, simplesmente se desfaziam da carga proibida que transportavam, ou seja, atiravam os escravos no mar, com pedras presas ao pescoço. Aos poucos, contudo, o tráfico foi suprimido.

A França se viu muito prejudicada com a “terrível” manobra inglesa de combater o tráfico de escravos, o que criava muitas dificuldades para a sobrevivência de suas colônias. (Wallerstein, 1984) Em algumas antigas colônias, como o Brasil, os escravos compunham ainda a base da exploração agrícola nas grandes plantações, e a proibição do tráfico criou um sério problema de mão-de-obra.

Para solucionar esse problema, a saída escolhida, no caso brasileiro, foi o estímulo à imigração estrangeira. Silva (1976) afirma, com efeito, que a proibição do tráfico de escravos¹¹ criou um problema de mão-de-obra para a economia cafeeira, que se tentou resolver através da imigração.

Os condicionantes históricos permitiram que os primeiros grandes fluxos migratórios em direção ao Brasil tomassem lugar a partir da segunda metade do século XIX, e envolvessem, em grande medida, os camponeses europeus. Os italianos, aos milhares, foram deslocados dos campos europeus rumo, inicialmente, às fazendas de café brasileiras. A disponibilidade de europeus dispostos a migrar e as políticas do governo brasileiro de incentivo a imigração tornaram a imigração para o Brasil massiva, especialmente entre 1880 e 1900.

O levante migratório a partir da Europa foi, sem dúvida, o maior observado na história da humanidade. Era um processo de dupla face: por um lado, envolvia a disponibilidade de mão-de-obra disposta a migrar na Europa; por outro, caracterizava-se por incentivos à imigração em países como o Brasil. Embora as estatísticas sejam precárias, estima-se que entre trinta e sessenta milhões de pessoas deixaram a Europa nas últimas décadas do século XIX (Paulilo, 1998) Às condições criadas para a migração,

¹¹ Conforme assinalado, a proibição do tráfico de escravos foi uma proibição feita pela Inglaterra, que se firmava então como potência hegemônica mundial, capitaneando a economia mundo capitalista após vencer a França. (WALLERSTEIN, 1984) No Brasil, a Lei Eusébio de Queiroz, de 1851, acabou, progressivamente, com o tráfico de escravos.(SILVA, 1976)

deve ser acrescentada ainda a sedução realizada pelas empresas que agenciavam as imigrações, que alardeavam as maravilhas do “novo mundo”.

Além das imigrações para as plantações de café, os europeus eram também atraídos para projetos de colonização em algumas regiões brasileiras, em especial a região sul. Nesse caso, porém, outros objetivos podem ser apontados, por certo como mais importantes do que a necessidade de mão-de-obra. O interesse de “branquear” a população parece ter sido um dos principais motes de tais projetos de colonização. Os mais importantes políticos e os mais respeitados educadores brasileiros defendiam que pouco se poderia esperar de uma população mestiça, negra e indígena. Ao lado dessa obsessão pelo branqueamento da população, a necessidade de povoar o território, com interesses militares, é outro fator que os autores consideram como importante no estímulo à adoção de políticas de atração de migrantes europeus no país (Paulilo, 1998). A forma como esses projetos de colonização foram conduzidos, na maior parte das vezes, significou a redução dos colonos à fome, pelo menos no início do processo. Desse modo, inicialmente as colônias, em especial no sul do país, provocaram, elas próprias, muitas migrações. (Piazza, 1983) Na região que é objeto desta investigação, a microrregião do Tabuleiro, composta por cinco municípios - Alfredo Wagner, Anitápolis, Águas Mornas, Rancho Queimado e São Bonifácio-, por exemplo, as primeiras colônias se tornaram um grande foco de emigrações. Por outro lado, alguns dos municípios dessa região tem sua constituição originária ligada a chegada de migrantes por conta de projetos de colonização malsucedidos.

No caso brasileiro, as migrações internacionais só passaram a perder importância ao longo do século XX. Contudo, a partir de 1930, o país começou a conhecer um novo levante migratório: o processo de industrialização tomou curso no país, e, deste período em diante, as migrações internas ganharam mais fôlego e passaram a ter, no Brasil, uma importância crescente, bem maior do que as migrações internacionais.

Os anos trinta podem ser identificados como um período no qual se operou uma dupla ruptura no país: uma ruptura política e outra ruptura econômica. A ruptura política tem a ver com a instalação de um estado de compromisso, desvincilhado do poder da plutocracia paulista. A ruptura econômica, diz respeito à internalização do centro dinâmico da economia brasileira (Fritsch, 1990). A partir dessa dupla ruptura passaram a

ser criadas as condições para que começasse a tomar corpo no Brasil um crescente processo de industrialização, que teve como uma de suas características mais visíveis um enorme reordenamento espacial da população. As cidades, que até então tinham pouca importância, em termos populacionais, passaram a concentrar um contingente cada vez maior da população, em detrimento das áreas rurais¹² (Gráfico I).

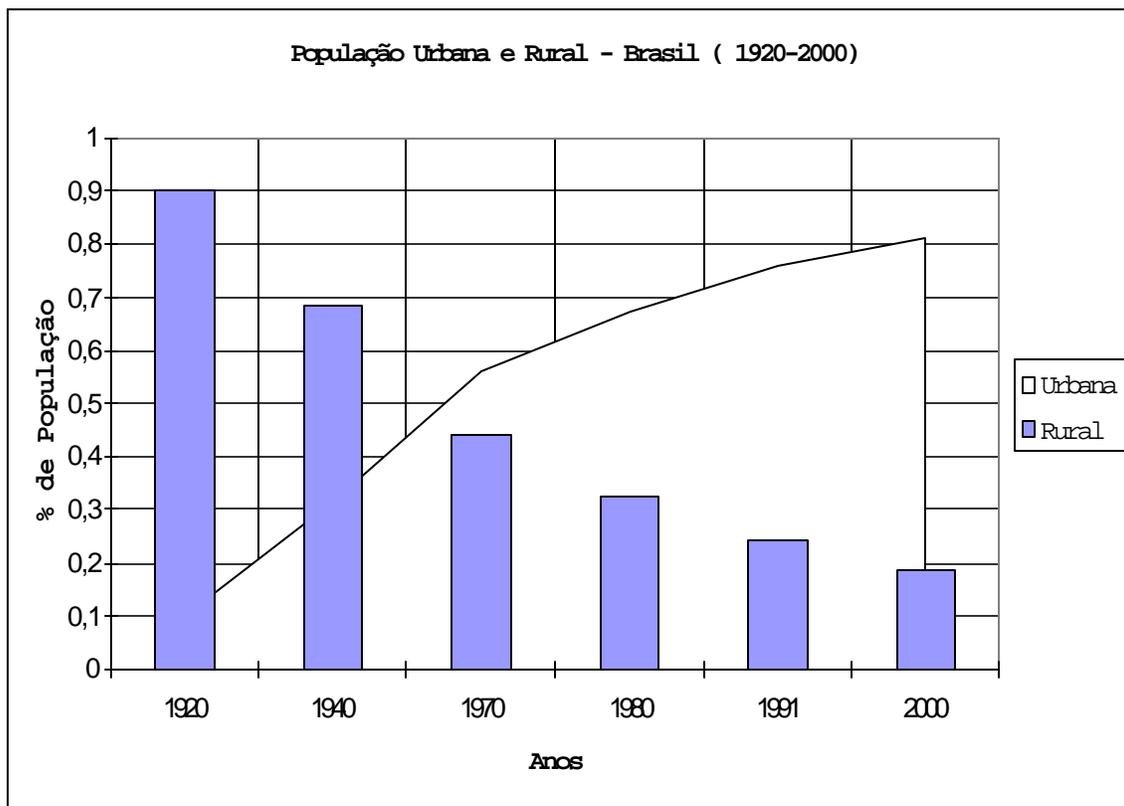
Esse rearranjo parece ter tido maior fôlego em determinados períodos, nos quais o dinamismo do setor industrial era maior. Assim, a segunda metade dos anos cinquenta (fase do Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitschek) e os anos setenta (sob impulso do ‘milagre’), são identificados como momentos em que a urbanização se viu acelerada.

Cabe assinalar que foi nos anos setenta que pousou no Brasil o pacote tecnológico para a agricultura, conhecido pela expressão “Revolução Verde”. A aplicação desse pacote, favoreceu a concentração fundiária e expulsou do meio rural milhões de pequenos produtores e assalariados agrícolas. A chamada modernização conservadora consistiu na importação de um conjunto de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas dos países avançados, que teve o efeito de alterar profundamente a base técnica da produção agrícola. O resultado foi a exclusão de um grande contingente de população rural, com aumento da concentração da posse da terra¹³. Para essa população expulsa das atividades agrícolas, não restava outra alternativa a não ser migrar para as áreas urbanas. Os dados de Martine (1994) mostram que, entre 1960 e 1980, cerca de 28,4 milhões de pessoas deixaram o meio rural brasileiro.

¹² Durhan (1984) apresenta dados que mostram que até 1920 apenas 10% da população vivia em áreas urbanas. Já em 1940 a população urbana representou 31.2% da população total, para, em 1970, esse percentual elevar-se para 56%. Martine (1994) chama a atenção para outro aspecto: a consolidação de grandes cidades, formando gigantescas áreas metropolitanas. Entre 1940 e 1970, o número de habitantes nas sete maiores cidades brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Recife) passou de 4,6 para 5,8 milhões, sendo 70,84% desse crescimento relacionado diretamente a migrações internas.

¹³ Sobre a chamada modernização conservadora no campo, veja-se Graziano (1999)

Gráfico I



Fonte: FIBGE. Censos demográfico. Elaborado pelo autor.

Esses movimentos migratórios, que tomaram curso no país entre as décadas de trinta e setenta, e que apareceram fortemente ligados ao dinamismo econômico de certas regiões, sofreram, segundo Martine (1994) uma mudança de tendência a partir dos anos oitenta, quando o Brasil passou por um período de grandes dificuldades econômicas. Para o autor, os fluxos, embora mais lentos, podem ter persistido, mas registraram novas características, como um raio menor para os deslocamentos e o direcionamento sobretudo para cidades médias, em detrimento das áreas metropolitanas.

Essas mudanças de tendência seriam reflexo da própria crise econômica, que afetou irremediavelmente as áreas mais industrializadas, como o Sudeste, que passaram a receber números declinantes de migrantes. Por outro lado, a maior atratividade das cidades médias poderia associar-se ao processo de desconcentração industrial observado no período. O fato das migrações terem um raio menor pode ser ligado à perda de dinamismo econômico, com as dificuldades colocadas, por exemplo, pelo alto custo de

viagens de maior distância. Há indícios de que essas mudanças tenham adentrado a década de noventa e se intensificado.

* * *

O referencial teórico histórico até aqui proposto permite avançar na análise das migrações na microrregião que é objeto desta investigação. Conforme se procurou explicitar, o entendimento do fenômeno migratório remete à reflexão sobre as transformações sócio-econômicas em curso, no período recente, que afetam diretamente a economia local e se refletem na dinâmica migratória. Assim sendo, no período histórico selecionado para realização desta análise, o aprofundamento da modernização da agricultura (que já ocorreu, no Brasil, a partir dos anos setenta) torna-se um elemento crucial, uma vez que tem tido amplos efeitos sobre o meio rural, e em particular sobre a agricultura familiar. Apenas isso permitiria uma análise que contemplasse algo mais que a descrição de trajetórias.

Singer(1990), propõe a utilização de certas categorias analíticas, já definidas aqui anteriormente, que certamente podem auxiliar na compreensão das migrações. Seguindo o que este autor propõe, reunindo elementos que permitam entender o fenômeno migratório a partir da microrregião, cabe uma tentativa de elencar os principais fatores de expulsão que poderiam estar atuando naquele espaço. Por outro lado, dada a proximidade de um aglomerado urbano de grandes proporções, em processo de metropolização, a partir dos anos noventa (Florianópolis), os fatores de atração devem também ser considerados.

Um primeiro passo na análise, compreenderá uma tentativa de captar os efeitos da modernização sobre a agricultura familiar em geral, e em específico no espaço estudado. Faz-se necessário que, em seguida, se busque posicionar a região como um foco de emigrações durante o período estudado. Além disso, é preciso tentar captar, a nível local e no campo da economia, possíveis respostas e alternativas à migração. Essa é a tarefa a ser cumprida nos próximos capítulos.

Capítulo 3 Agricultura familiar: Impasses e possibilidades no limiar do século XXI

3.1 Introdução

O referencial teórico proposto no capítulo precedente coloca a necessidade de uma análise das transformações na economia regional, que, por hipótese, estão relacionadas à continuidade ou estancamento dos fluxos migratórios a partir da microrregião do Tabuleiro. Conforme já assinalado no capítulo inicial, essa proposta implica na necessidade de empreender um estudo sobre o setor primário, e, mais especificamente, sobre as atividades agrícolas e não-agrícolas, desenvolvidas nas pequenas propriedades de agricultores familiares. Estas propriedades representam a maioria absoluta dos estabelecimentos agropecuários da microrregião e são, também, a mais importante fonte de ocupações para a população local. (ver quarto capítulo)

Estudos revelam que a agricultura familiar continua sendo extremamente importante também no meio rural brasileiro, respondendo por uma parte significativa da produção agrícola nacional e também como importante fonte de ocupações para a população rural. Segundo Teixeira (1997) havia, no Brasil, em 1996, 4,3 milhões de estabelecimentos familiares, o que representava 75% do total de estabelecimentos. Os estabelecimentos familiares respondiam ainda por 60% do total de ocupados no setor agropecuário brasileiro. Em algumas culturas o predomínio da agricultura familiar é mais expressivo, entre as quais se destacam o feijão, o milho, a mandioca e a cebola, por exemplo. Contudo, embora ocupe uma área três vezes menor que o estrato patronal, o segmento familiar tem participação semelhante ao patronal em termos de produção agrícola total.

Graziano da Silva (1999) procurou descrever uma série de características que seriam comuns à agricultura familiar brasileira:

- a) A pouca disponibilidade de terras . Os estabelecimentos de agricultura familiar geralmente são pequenos, menores do que cinquenta hectares¹⁴.
- b) A adversidade das condições ecológicas. Essa, segundo o autor, seria outra característica importante; os estabelecimentos familiares normalmente tem acesso apenas às piores terras, ou seja, as terras com fertilidade natural muito baixa, com o relevo mais acidentado, etc.
- c) A policultura. A rotação de culturas seria outro importante elemento da agricultura familiar, e se liga em especial à necessidade de ocupar a mão-de-obra familiar ao longo de todo o ano. No período recente, o recurso à especialização produtiva, à monocultura, tem liberado mão-de-obra, que vem sendo direcionada para outras atividades, entre elas as atividades não-agrícolas.
- d) A insuficiência dos meios de produção disponíveis.
- e) O uso de mão-de-obra familiar. Toda a família participa do trabalho; velhos crianças, etc.

A exploração de todas as forças da família, inclusive da força de crianças e velhos - que podem ser chamadas “forças marginais” -, constitui uma das características mais marcantes da agricultura familiar, aparecendo como um elemento indispensável à reprodução social da família. A exploração de mão-de-obra de crianças, velhos e mulheres pode ser entendida como um processo chave para a manutenção de uma categoria social constantemente ameaçada de desaparecimento. (Abramovay, 1999)

No caso do estado de Santa Catarina, Konzen (1986), no início dos anos oitenta, mostrou que esse tipo de exploração tinha uma série de características semelhantes, como dificuldades de acesso ao crédito, a insuficiência de terras, a evasão de mão-de-obra – resultado das migrações, em especial dos mais jovens - , baixa mecanização, ente outros. O cenário já parecia, aos olhos do autor, de grandes dificuldades nas mais diferentes regiões catarinenses. No entanto, apesar dessas similaridades vale ressaltar que, tanto no

¹⁴ Leite(1996) apresenta alguns aspectos da discussão sobre que tamanho de propriedade deve ser considerado pequeno estabelecimento. Para este trabalho, considera-se pequenos os estabelecimentos com área inferior a cinquenta hectares.

estado de Santa Catarina como no Brasil, é possível observar uma ampla diversidade de agricultores familiares; uns mais outros menos mecanizados, uns mais outros menos integrados ao mercado; etc. Essa diversidade é uma marca da agricultura familiar, e não apenas no Brasil. (Lamarche, 1997) Essa percepção de que a heterogeneidade é uma característica básica da agricultura familiar figurou como ponto de partida para a estruturação deste capítulo, cujo papel é contextualizar o estudo sobre a microrregião do Tabuleiro. O reconhecimento dessa diversidade colocou, em primeiro lugar, a necessidade de buscar um conceito de agricultura familiar. Tal tarefa é desenvolvida na próxima seção do capítulo.

As dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar no período recente estão ligadas, em especial, à intensificação do processo de modernização da agricultura, processo esse que, pode-se considerar preliminarmente, contribui para a própria diversificação desse segmento de atividade . Assim, a terceira seção procura identificar alguns dos efeitos mais importantes que o processo de modernização da agricultura brasileira, na forma como foi conduzido, causou na agricultura familiar.

De outra parte, a literatura indica que entre as formas que a agricultura familiar tem encontrado para sobreviver, no período recente, ganha proeminência o recurso à pluriatividade. De fato, o crescimento significativo de atividades não-agrícolas no meio rural teria adquirido importância ao longo dos anos oitenta, no Brasil, tanto assim que as mudanças processadas no correspondente meio têm permitido aos pesquisadores falarem de um “novo rural brasileiro”. Santa Catarina não configura exceção a isso: Mattei (1999; 2000) tem mostrado a contribuição cada vez maior das atividades não agrícolas no meio rural catarinense, respondendo por um percentual crescente dos ocupados. Dessa forma, uma discussão sobre o papel cada vez mais importante das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro e, em particular, no catarinense, é o objeto da quarta seção, que finaliza o capítulo.

3.2 Agricultura Familiar: em busca de um conceito

A agricultura familiar representa uma forma muito particular de produção. Uma de suas características mais marcantes é a significativa diversidade. Essa diversidade

reflete-se em formas completamente diferentes de agricultura familiar, mesmo dentro de um país ou de um estado. Essa é, segundo mencionado na introdução deste texto, uma característica da agricultura familiar brasileira, mas não apenas dela, de modo que pode ser encontrada nos mais diferentes países. Assim, Lamarche (1997), a partir de um estudo comparativo entre cinco países com sistemas econômicos diferenciados¹⁵, verificou que a agricultura familiar é amplamente diversificada, mesmo dentro de cada país.

Conforme se observa, portanto, há a necessidade de precisar o que se entende por agricultura familiar. Embora possam ser notados alguns pontos de vista comuns entre os pesquisadores da temática, há ainda muitas controvérsias. Um primeiro aspecto desse debate seria em relação a que termo utilizar. Segundo Lamarche (1997), embora termos como produtor, explorador agrícola e cultivador sejam termos genericamente neutros, o mesmo não ocorre com os termos camponês, agricultor, chefe de empreendimento, etc. O autor sugere que a exploração familiar muitas vezes acaba sendo confundida com a exploração camponesa. Em sua visão, nada seria mais incorreto: a agricultura camponesa é sempre familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa.

O que definiria uma exploração camponesa, segundo Abramovay (1999), seria um conjunto de características, como, por exemplo, a produção para auto-consumo, a auto-suficiência em relação ao mercado – o produtor pode sobreviver mesmo em caso de desligar-se do mercado – e a importância das relações de reciprocidade, entre outras. Ademais, é justamente por reunir essas características, que a agricultura camponesa parece fadada ao desaparecimento. Enquanto isso, porém, pode-se afirmar com segurança que as explorações familiares continuam assegurando uma parcela importante da produção agrícola em todos os países do mundo onde o mercado organiza as trocas. (Lamarche, 1997)

Parece haver consenso entre os pesquisadores do tema, de que há um traço comum entre as diferentes formas que a agricultura familiar pode assumir, desde as camponesas mais tradicionais até as mais modernas e integradas ao mercado: a agricultura familiar pode ser definida em termos de *unidades de produção em que*

¹⁵ Os países pesquisados pela equipe coordenada por Lamarche foram o Brasil, a Tunísia, a Polônia, o Canadá e a França.

propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. (por exemplo, FAO/INCRA, 1994; Lamarche (1997); Abramovay (1999); Carneiro (1999))

Embora tal definição seja claramente genérica e muito abrangente, cabe reconhecer que constitui uma primeira referência útil, um guia inicial para um esforço que objetive chegar a um conceito mais preciso. Com esse intuito, alguns autores têm proposto uma série de tipologias aparentemente úteis para descrever a diversidade da agricultura familiar. (Carneiro, 1999; Lamarche, 1998)

Lamarche (1998), por exemplo, propõe a definição de modelos teóricos de agricultura familiar, com base nas lógicas familiares e no grau de dependência das unidades produtivas (tecnológica, financeira, do mercado). Os estabelecimentos poderiam ser, a partir daí, classificados em quatro modelos de funcionamento: o “modelo empresa”, o “modelo empresa familiar”; o “modelo agricultura camponesa e de subsistência” e o “modelo agricultura familiar moderna”. Para o autor, é importante ressaltar que os casos observados na prática estariam sempre entre um ou outro extremo, e que, assim, os “modelos absolutos” não existem.

A partir da definição, de agricultura familiar, assinalada anteriormente – forma de agricultura em *unidades de produção em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família* - , a FAO e o INCRA (1994) definiram um quadro comparativo entre as duas principais formas de produção agropecuária (Quadro 1). Nos estudos desenvolvidos pela FAO/INCRA, aponta-se que a agricultura familiar apresenta um perfil essencialmente distributivo e possibilita maior equidade sócio-cultural, em contraste com a agricultura patronal, que contrata um número limitado de trabalhadores e se caracteriza por forte concentração de renda e exclusão social. Com efeito, enquanto na agricultura familiar cerca de nove hectares são suficientes para manter um emprego, na patronal são necessários sessenta hectares.

QUADRO 1 - Comparação entre a Agricultura Familiar e a Patronal

Modelo Patronal	Modelo familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada pelos proprietários

Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado como complementação

Fonte: FAO/INCRA, 1994

Os diferentes segmentos da agricultura familiar, que é heterogênea, poderiam ser agrupados, de acordo com o estudo da FAO/INCRA, em três categorias, estratificadas, principalmente, pelo nível de renda:

- **Agricultura familiar consolidada.** São aquelas que dispõem de mecanismos de comercialização agrícola regulares, e que garantem a reprodução da força de trabalho, mantidas as atuais condições, nos moldes das *family farms* dos Estados Unidos. Representariam 26,5% do total de estabelecimentos familiares no Brasil, ou 1,1 milhão de estabelecimentos.
- **Agricultura familiar em transição.** São aquelas que se caracterizam por estarem inseridas de forma frágil no mercado, estando sujeitas a desequilíbrios na renda familiar que levem ao abandono das atividades. Esses estabelecimentos representariam 23.5 % do total de estabelecimentos (algo em torno de 1 milhão de estabelecimentos).
- **Agricultura familiar periférica.** São aquelas caracterizadas por concentrarem-se no auto-consumo e na venda de mão-de-obra sazonal. Esse extrato compõem a categoria mais representativa, cerca de 2,2 milhões de estabelecimentos, que, pelos dados da FAO/INCRA, representam cerca de 50% do total de estabelecimentos familiares no país.

Os agricultores classificados como periféricos ou de subsistência tenderiam à dissolução, uma vez que se caracterizam pela falta de capacidade de se auto financiar, pela fraqueza das terras, pela pouca qualificação dos recursos humanos, etc. Essa dissolução se daria através da migração ou da pulverização fundiária, que gera estabelecimentos agropecuários inviáveis. Além dos ditos periféricos, os agricultores em transição estariam também cada vez mais ameaçados de exclusão. Nesse sentido, o

estudo FAO/INCRA propõe que as políticas públicas devem concentrar-se nos agricultores classificados como em transição. Os periféricos, uma vez que não poderiam alcançar a condição de viáveis, não deveriam ser o alvo prioritário do programa, embora não devessem ser excluídos.

O Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-, posto em prática pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em alguma medida foi elaborado a partir dessa perspectiva. Por certo, tal programa representou um avanço em relação às políticas anteriores, mas apresenta ainda uma série de falhas e limitações. Uma das mais sérias é em relação à definição do público alvo. O programa elege como alvo apenas os agricultores ditos viáveis, ou ‘em transição’. Os agricultores periféricos, ou em vias de extinção, não deveriam, porém, ser totalmente alijados dos benefícios do programa. Na prática, porém, tem se observado que os agricultores ditos periféricos dificilmente tem acesso a tais benefícios. Os excluídos, portanto, continuam excluídos. Um ponto a ser considerado é que a proposta do programa é concentrar-se no ‘verdadeiro agricultor’, que é o produtor que retira seus rendimentos unicamente da atividade agrícola. Isso, obviamente, constitui um sério erro, uma vez que exclui do grupo beneficiário do projeto os agricultores pluriativos, que hoje representam uma parcela importante e crescente dos ocupados no meio rural.¹⁶ (Carneiro, 1999)

Diante disso, Carneiro (1999) propõe a construção de uma tipologia que contemple toda a heterogeneidade da agricultura familiar, utilizando diferentes recortes. Num primeiro deles, a autora considera os agricultores familiares a partir dos princípios que orientam sua reprodução social, o que autorizaria considerar como possíveis três categorias de exploração familiar:

- **Família agrícola de caráter empresarial.** Nessa categoria estaria o verdadeiro agricultor, isso é, o produtor que se dedica única e exclusivamente à atividade agrícola. Esse é o agricultor que, conforme mencionado, é alvo do Pronaf. Para a família agrícola de caráter empresarial “ a lógica da reprodução social é determinada pela realização de uma produção orientada para o

¹⁶ Mattei (2001) ainda mostra que os benefícios do programa tem se concentrado em algumas regiões e em certos cultivos, curiosamente ligados às agroindústrias.

mercado, obedecendo à satisfação de índices de rentabilidade e produtividade crescentes(...) “ (Carneiro, 1999: 340);

- **Família camponesa.** O que caracterizaria esse tipo de produtor familiar é que a prioridade, mais do que a busca por produtividade e rentabilidade, é a manutenção da propriedade familiar e da exploração agrícola;
- **Família agrícola rurbana.** Para essas famílias a produção agrícola é mais orientada para a melhoria da qualidade de vida, sem deixar de considerar a realidade do mercado e a capacidade de retorno, em termos de rendimento. Diversificar a produção e as fontes de renda - recurso a pluriatividade, por exemplo - , é uma característica dessa agricultura familiar.

Além desses tipos de agricultores familiares, a autora reconhece a existência de outros tipos de famílias rurais, cujo trabalho não é familiar e nem pautado pela atividade agrícola. Seria o caso, por exemplo, do que a literatura vem designando pelo termo “neorurais”¹⁷.

Outro recorte proposto por Carneiro (1999) é baseado nas estratégias familiares, associadas a “graus diferenciados de comprometimento com a atividade agrícola e com o patrimônio familiar” (p. 341) Os agricultores familiares seriam divididos entre os que tendem e os que não tendem a secundarizar a atividade agrícola como fonte de renda familiar.

Cabe ressaltar que a proposta de Carneiro parece permitir uma visão mais adequada sobre a diversidade da agricultura familiar, tornando possível uma análise da agricultura familiar que considere as múltiplas possibilidades de reprodução da família. Não fica, portanto, restrita apenas a um ou outro aspecto da agricultura familiar. Desse modo, essa perspectiva vem de encontro aos objetivos desta investigação, anteriormente descritos na introdução do trabalho: entender que a adesão à pluriatividade pode ser uma forma dos agricultores familiares permanecerem no meio rural na microrregião.

¹⁷ O neoruralismo expressa a idéia de que um conjunto de valores do velho mundo rural, que se pensava estarem em vias de extinção, se revigoram e ganham a adesão de pessoas da cidade. (Mattei (1999b)

3.2 A modernização conservadora: impactos sobre a agricultura familiar e tendências recentes

A partir dos anos trinta o processo de industrialização se intensificou no país. Até esse período, a dinâmica da economia brasileira era determinada pelo desempenho, no mercado internacional, de certos produtos primários, como o algodão, a borracha e, em especial, o café. A partir de então, tem-se uma ruptura¹⁸, que acelera a transição para uma nova forma de acumulação, baseada na indústria. Já em 1956 a renda gerada pela indústria foi superior a gerada pela agricultura.

O setor agrícola, que antes era o determinante chave da dinâmica econômica, assumiu um novo papel. De fato, na transição para essa nova forma de acumulação, baseada na indústria, a agricultura continuou sendo um setor chave. Segundo Oliveira (1988), a agricultura precisou, em primeiro lugar, gerar superávits comerciais, que serviram à indústria das divisas necessárias à importação de bens de capital. Sem esses, é certo que o aprofundamento do processo de industrialização seria comprometido. Por outro lado, no plano interno, o setor agrícola atuou como fornecedor de alimentos, matérias-primas e mão-de-obra.

Nos anos do milagre econômico, ganhou fôlego, entre os economistas do governo militar, a idéia de que a agricultura não estava cumprindo o seu papel no desenvolvimento econômico brasileiro, qual seja, de fornecer alimentos e matérias-primas a preços baixos e criar mercado para as indústrias de máquinas, equipamentos e insumos modernos. O setor agrícola, baseado num sistema arcaico de produção e de propriedade, estaria obstaculizando os imprescindíveis aumentos de produtividade.

Para equacionar o problema, a saída escolhida foi o estímulo à modernização da agricultura. Essa modernização se fez, no Brasil, a partir da importação de um pacote tecnológico dos países de capitalismo avançado, denominado “Revolução Verde”.

O fundamental da “Revolução Verde” era a aplicação de um conjunto de tecnologias nas lavouras, com o objetivo de melhorar a produtividade agrícola. Para isso,

¹⁸ Para Fritsch (1990) essa ruptura pode ser considerada sob dois prismas: uma ruptura política, com o estabelecimento de um Estado de compromisso, desvencilhado da hegemonia da plutocracia paulista; e uma ruptura econômica, de uma economia primário exportadora para uma economia voltada para dentro.

era necessário alterar o sistema de cultivo tradicional e adotar práticas tecnológicas, como o emprego de variedades vegetais geneticamente melhoradas; o uso de fertilizantes químicos de alta solubilidade; o recurso a sistemas de irrigação; o uso de agrotóxicos mais poderosos; a intensificação da mecanização das atividades produtivas, etc.

Nos vários países em que foi adotado, este pacote tecnológico conduziu a um violento aumento da produtividade agrícola. Tal aumento representaria, segundo o agrônomo estadunidense Norman Borlaugh – “pai” da “Revolução Verde”, que chegou a ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz - , um grande passo em direção à solução do problema da fome, que assolava milhões de pessoas no planeta.

Assim para Borlaugh, os críticos da “Revolução Verde” assumiriam uma grave responsabilidade perante a história, ao condenarem, por conta de posturas contrárias, milhões de pessoas à morte por fome. No entanto, a aplicação do pacote não resolveu o problema da fome, mesmo porque a solução desse problema não se reduz ao aumento da oferta de alimentos - o que se conseguiu, de fato, com a “Revolução Verde”. Ao invés disso, o equacionamento de tal questão envolve, muito mais, garantir aos que passam fome a condição de adquirir ou produzir o seu sustento. (Sachs, 2000)

No Brasil, a adoção do pacote tecnológico da “Revolução Verde” produziu profundas mudanças no meio rural e teve expressivos efeitos sociais e ambientais nas últimas três décadas. A forma como se deu o processo levou muitos autores a designá-lo pela expressão “modernização conservadora”.(Graziano da Silva, 1999)

Embora alguns dos impactos da aplicação do pacote no Brasil, e especialmente a sua intensidade no período recente, sejam ainda muito discutidos, há convergências de análise que merecem ser destacadas.

Um dos pontos de consenso diz respeito ao caráter estratégico da intervenção estatal, que foi um elemento essencial na adoção do pacote tecnológico moderno. O programa de estímulo à intensificação da modernização foi concebido pelo governo militar, a partir da constatação do atraso na agricultura, julgada incapaz de auxiliar no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. A política do governo para o setor se concentrou na modernização, uma vez que a Reforma Agrária não era interessante. De fato, o próprio golpe militar pode ser, em alguma medida, associado a disposição de João Goulart em fazer reformas de base, entre as quais a reforma agrária. A resposta, violenta

e implacável, das forças conservadoras, se materializou no golpe de estado, e não permitiu que o presidente cumprisse seu intento.

Amparada pela intervenção estatal, a modernização intensificou-se, e a agricultura passou a obter expressivos e crescentes ganhos de produtividade.

O principal instrumento utilizado pelo governo brasileiro para modernizar o campo foi o crédito agrícola, concedido a partir da formação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural). O crédito era abundante e barato, e , em alguns casos, chegava a se caracterizar por taxas de juros reais negativas.

É claro que nem todos poderiam ter acesso ao novo padrão tecnológico. Apenas alguns: os mais preparados e os com mais posses. Milhões de pequenos produtores foram alijados do processo. Supostamente despreocupado com a posse da terra¹⁹, o programa do governo centrou seus estímulos na grande propriedade. A política de crédito, principal instrumento do programa de modernização, por exemplo, foi direcionada em especial à grande propriedade. Dados revelam que, enquanto as pequenas propriedades (até 30 ha.), que representavam 50% do total dos imóveis rurais, receberam 17% do crédito, as grandes (mais de 200 ha.) representavam 8% dos imóveis e 38% do crédito. (Manoel, 1986) Como resultado, a propriedade fundiária concentrou-se ainda mais no país.

Outro ponto de consenso é que, além de concentrar-se em grandes propriedades, a modernização ficou restrita a alguns produtos – os produtos ligados à agroindústria e os produtos de exportação-, e a algumas regiões – Sul, Sudeste, Centro-Oeste. O fato de que os agricultores familiares tiveram um acesso limitado aos benefícios da modernização é um outro ponto de consenso.

Para tentar avaliar o impacto da modernização sobre a agricultura familiar alguns aspectos devem ser considerados. Um deles é o perfil tecnológico da modernização, nos moldes da “Revolução Verde”. Graziano da Silva (1999) destaca que tal perfil tecnológico é inadequado para as necessidades da agricultura familiar. Isso acontece porque as características estruturais da agricultura familiar impedem ou dificultam o

¹⁹ Conforme Manoel (1986), no capítulo XVII do PAEG, que trata do setor agrícola, não há qualquer referência a posse ou uso da terra.

acesso às tecnologias modernas. Entre essas características, aqui já assinaladas - ver seção anterior -, pode-se destacar, por exemplo, a limitada disponibilidade de terras para o uso de máquinas; a adversidade das condições ecológicas – piores terras, com relevo mais acidentado, etc.; a mão-de-obra familiar numerosa – que poderia ser tornada sobrando após a adoção de técnicas mais modernas.

Além dessas dificuldades, que se relacionam à natureza da tecnologia, as ações de políticas públicas não se destinavam às pequenas propriedades. De fato, tanto a política de crédito do governo (SNCR), como a pesquisa e a extensão realizados por órgãos públicos – como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) – eram direcionadas à grande propriedade.

Alentejano (1997) sugere que outro aspecto importante a ser considerado se refere à capacidade da agricultura familiar de competir no mercado capitalista. No período recente, os agricultores familiares têm enfrentado um mercado de insumos fortemente oligopolizado – controlado por poucas grandes empresas produtoras -, o que aumenta os custos de produção. Por outro lado, ao tentarem vender seus produtos, os agricultores familiares encontram um mercado agroindustrial ou comercial oligopsonizado (controlado por poucas empresas compradoras), o que reduz os preços recebidos pelo agricultor familiar.

Pode-se considerar, ainda, o processo de valorização da terra, que normalmente acompanha o processo de modernização. Vale mencionar a expressiva valorização, resultante da busca por ativos reais, face aos altos índices de inflação observados no Brasil ao longo dos anos oitenta.

Como resultado desses, e de outros processos aqui não mencionados, que são fruto da modernização conservadora da agricultura, grande parte dos agricultores familiares foram - e têm sido- expulsos do meio rural.

Martine (1994) tentou captar os efeitos da “Revolução Verde” no que concerne aos movimentos migratórios. Segundo o autor, as migrações no sentido campo - cidade foram fortemente acelerados com a modernização da agricultura. Os primeiros deslocados teriam sido os assalariados agrícolas, empregados das grandes propriedades, liberados por conta do aumento da mecanização das lavouras. Em seguida, os efeitos se estenderam sobre um grande contingente de agricultores familiares, incapazes de fazer

frente aos avanços de produtividade obtidos pelos grandes estabelecimentos. Na década de sessenta e setenta algo em torno de 28,4 milhões de pessoas foram expulsas do meio rural, cerca de 16 milhões só na década de setenta.

O estado de Santa Catarina não esteve alheio a esse intenso processo de deslocamento espacial da população do meio rural para as áreas urbanas. A tabela 1 relaciona a percentagem que a população rural representa da população brasileira e catarinense, entre os anos de 1970 e 2000. Obviamente, transparece a continuidade da perda de população no meio rural, tanto no caso brasileiro como no catarinense.

Tabela 1 - Evolução da população rural como % da população total -Santa Catarina e Brasil, 1970 a 2000

	1970	1980	1991	2000
Santa Catarina	57.1%	40.6%	29.4%	21.3%
Brasil	44.08%	32.4%	24.4%	18.75%

Fonte: Censos demográficos, IBGE

Embora os anos setenta possam ser identificados como o auge do processo, a modernização parece ter continuado ao longo das décadas de oitenta e noventa.

Os últimos anos testemunharam uma série de eventos que, ao que parece, provocaram um sensível declínio da atividade agrícola, impactando fortemente sobre a dinâmica populacional no meio rural. As migrações campo-cidade continuaram, no período, a figurar como um processo de amplos efeitos espaciais, sociais e econômicos.

Nos anos noventa, teve continuidade a progressiva redução da intervenção estatal na agricultura, iniciada já nos anos oitenta. Essa redução na intervenção estatal se deu especialmente em relação as políticas de crédito e preços mínimos. Para Mattei (1998), a primeira metade dos anos noventa foi marcada por mudanças de caráter neoliberal nas políticas setorial e macroeconômica, o que teve forte impacto sobre o setor agropecuário.

De fato, o Estado retirou-se sistematicamente a intervenção no setor agrícola, e isso pode ser notado se são considerados alguns instrumentos tradicionais de política agrícola. Assim, em relação à política de crédito, pôde ser observado uma redução no crédito destinado à agricultura, principalmente àquele destinado a novos investimentos. Em relação à política de preços mínimos, na forma como foi conduzida teve poucos

resultados, de modo que os preços dos produtos agrícola reduziram-se, especialmente em relação aos preços dos insumos.

Ao mesmo tempo em que as políticas tradicionais eram conduzidas dessa forma, teve início um rápido processo de abertura comercial para o exterior. Ao lado de tarifas de importação menores, o financiamento da importação de produtos agrícolas passou a ser feito com taxas de juros menores e prazos de pagamento maiores. Como um resultado, as importações de produtos agrícolas aumentaram significativamente, e os preços caíram. Muitas outras culturas foram atingidas, como o arroz, o milho, a cebola e o alho.

A implantação do Mercosul, no início dos anos noventa, também teve impactos expressivos sobre algumas culturas, como a de cebola. Os produtores da Argentina passaram a ofertar um volume muito grande de cebola no mercado brasileiro, derrubando os preços e atingindo fortemente os produtores locais. (Guivant et all, 2001)

Segundo Graziano da Silva (1999b), a partir daí, e mesmo com a recuperação observada após a implantação do Plano Real, a agricultura continuou a enfrentar uma série de adversidades. Os condicionantes macroeconômicos e a política setorial tiveram, para o autor, “um forte impacto sobre a área cultivada e a renda da atividade agrícola.” (p. 82)Os preços de vários produtos - como a cebola, a soja, o algodão, o arroz, , a mandioca, o milho, entre outros - caíram, em média, 50% na década de noventa em relação a década anterior. Por outro lado, os custos de produção aumentaram significativamente. Como resultado, a rentabilidade das atividades agropecuárias tradicionais reduziu-se quase 40% em média, comparada à renda bruta obtida na primeira metade dos anos oitenta.

No novo cenário dos anos noventa, com estabilização monetária, redução na intervenção estatal e abertura comercial, Portugal e Contini (1997)- o primeiro deles, na ocasião, era presidente da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) -, sugerem que, aos pequenos agricultores familiares, não resta senão adequar-se ao desafio da competitividade.

Aos olhos de Portugal, a produção em larga escala seria uma exigência em uma economia estável e em segmentos de mercado competitivos. O fechamento de milhares de estabelecimentos apareceria como condição necessária para o país seguir em seu

caminho em direção aos ganhos de eficiência produtiva, com redução de custos e aumento de produtividade. O pequeno produtor, para o qual o mercado fecha as portas, deveria receber treinamento para migrar para as cidades, colocando-se no mercado de trabalho urbano, ou dedicar-se a explorar certos nichos de mercado, única forma de continuar no meio rural. Nesse imenso leque de opções postas pelo mercado, “a decisão cabe aos próprios pequenos produtores.”(Portugal e Contini, 1997:9) A ação do Estado deveria ser centrada na redução dos efeitos sociais da adequação às exigências do mercado, menos setorial e mais geral, privilegiando a estabilização econômica, os juros, o câmbio, deixando para o mercado escolher o que, onde e quanto plantar.

Nesse quadro, os agricultores familiares parecem ter sido os mais atingidos, embora não devamos subestimar sua capacidade de resistir a adversidades²⁰. Para muitos, de fato, não restaria opção senão migrar para as cidades. Outros, contudo, se adequam, e sobrevivem no meio rural, continuando a cumprir funções necessárias à continuidade da acumulação capitalista.

Alentejano (1997) aponta a existência de três importantes formas que a agricultura familiar tem encontrado para sobreviver: o recurso à pluriatividade, com o agricultor se submetendo à semi-proletarização; a articulação com o capital agro-industrial, situação na qual a agroindústria tem um grande poder na relação com um grande número de pequenos proprietários; a tecnificação, em que o agricultor se torna especialista no cultivo de determinados produtos, sujeitando-se ao mercado. Por certo, há outras tendências, entre as quais se destacaria a agroecologia, que, cada vez mais, ocupa lugar de destaque na agricultura familiar brasileira e, em particular, na catarinense.

Embora alguns autores defendam que o processo de tecnificação tem importância significativa na agricultura familiar brasileira, seu sucesso é discutível. Nos últimos anos,

²⁰ Enquanto John Stuart Mill louva a labuta incansável dos trabalhadores ligados a pequena propriedade (para ele uma virtude), Kautsky destaca que vê essa vocação “nata” para o trabalho como conversão de homens em animais de carga. A capacidade de sofrer é característica dos pequenos produtores. E mais: o pequeno produtor meteria o chicote não apenas em si mesmo, mas também em toda a sua família para “fazer trabalhar” Conforme aumenta a integração ao mercado, mais intensa fica a auto exploração do agricultor familiar. Além disso, uma outra vantagem da agricultura de base familiar seria a arte de passar fome. Subconsumo e auto exploração comporiam a estratégia de sobrevivência de muitos pequenos produtores familiares (Kautsky, 1980).

as propriedades familiares teriam recorrido à especialização e à mecanização crescentes como forma de se manterem inseridas no mercado. Se trataria de uma tentativa de adequar-se ao desafio da competitividade, nos termos de Portugal e Contini (1997). O aumento no número de propriedades familiares tecnificadas tem liberado mão-de-obra da família, que vem sendo direcionada para o exercício de outras atividades, entre as quais as não-agrícolas, de importância crescente no meio rural. Contudo, há limites muito claros - já descritos, anteriormente, nesta mesma seção - ao sucesso das propriedades familiares na adoção do processo de tecnificação. Nesse sentido, Lamarche (1997) mostra que os resultados obtidos por produtores familiares altamente tecnificados da Região de Ijuí, no Rio Grande do Sul, por exemplo, não são satisfatórios. Em comparação aos agricultores da região do Leme, em São Paulo, que utilizam técnicas tradicionais, os agricultores de Ijuí estariam em piores condições econômicas e sociais.

No caso do recurso à integração, o estado de Santa Catarina pode ser identificado como vitrine de tal processo em nível nacional. No sistema de integração, um conjunto de produtores é vinculado às empresas agro-industriais, e passa a produzir de acordo com as determinações e as normas estabelecidas pela agroindústria.

Nas últimas décadas, Santa Catarina foi palco de um crescimento significativo dos sistemas de integração entre produtores e agroindústria. A região Oeste do estado, em especial, concentra grande parte da produção agro-industrial brasileira.

Embora o sistema de integração represente a subordinação do produtor ao capital agro-industrial, ele poderia ser visto com bons olhos, uma vez que asseguraria a permanência dos pequenos produtores no meio rural. No período recente, porém, a reestruturação produtiva, em curso tardiamente no país, tem atingido fortemente o setor e, ao que parece, alterado os dados desse problema. Nas palavras de Mattei e Lins (2001),

“Na agroindústria, o que implica em primeiro lugar o grande oeste, as mudanças observadas dizem respeito ao sistema de integração entre proprietários rurais e empresas de beneficiamento de carnes de suínos e aves, carro-chefe dos complexos agroindustriais em Santa Catarina. O referido sistema de integração configura traço estrutural e histórico dessas atividades, e as alterações têm a forma de diminuição na quantidade de produtores rurais integrados a cada empresa, simultaneamente ao

aumento de capacidade dos contingentes que permaneçam vinculados às agroindústrias.” (Mattei e Lins, 2001: p. 9)

Além disso, outro problema apontado é a crescente migração de investimentos das empresas agro-industriais para fora do estado. Dessa forma, o estado perde capacidade produtiva que poderia atenuar, de certa forma, as dificuldades enfrentadas pela população rural no atual cenário.

Nos anos 90, portanto, as mudanças na produção agro-industrial em resposta aos novos desafios competitivos (que forçam a elevação de escalas de produção e dos níveis de competitividade), atingiram numerosos produtores familiares, que se tornam incapazes de continuar se reproduzindo como produtores agrícolas.

Os impactos tem sido mais expressivos na região Oeste de Santa Catarina, onde a expulsão de população do meio rural assumiu níveis preocupantes, a ponto de se vislumbrar um “esvaziamento demográfico”. Isso sinaliza dificuldades para o desenvolvimento regional, em especial porque os migrantes tem sido os mais jovens, entre 15 e 24 anos, quando está se dando o ingresso no mercado de trabalho. Além disso, o aumento da expulsão de pequenos produtores agrícolas nessa região tem engrossado as fileiras do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -, alimentando os conflitos pela posse da terra. (Icepa, 1998)

Por fim, resta considerar um último processo em ascensão. De acordo com trabalhos de pesquisa mais ou menos recentes, nos anos oitenta o rural se redesenhou, permitindo observar uma importância cada vez maior das atividades não-agrícolas. Ascendeu, desse modo, um “novo rural”, o que estaria redefinindo o espaço rural e retirando a condição de atividade hegemônica ostentada pela agricultura no correspondente meio.

A próxima seção dedica-se a uma discussão mais detalhada de algumas das características desse “novo rural”.

3.3 O novo rural brasileiro²¹: algumas notas

A partir dos anos oitenta são identificadas importantes mudanças no meio rural brasileiro. Neste período, a ascensão de atividades não-agrícolas no meio rural agregou novas características ao meio rural brasileiro. As mudanças sofridas pelo meio rural brasileiro nas últimas duas décadas tem merecido amplo destaque na agenda de pesquisa de um número crescente de investigadores. (por exemplo, Tedesco, 1998; Graziano, 1997, 1999; Anjos, 1995; Mattei, 2000 entre outros). Trata-se de um tema relativamente novo, e que tem se demonstrado um terreno fértil para investigações²².

As aludidas pesquisas revelam que , a partir dos anos oitenta, essas novas atividades tem ganhado importância crescente no meio rural brasileiro, passando a concentrar uma parcela crescente do número de trabalhadores ocupados. Em linhas gerais, o processo diz respeito a um transbordamento sobre o meio rural de atividades que antes eram tipicamente urbanas.

Para Mattei (1999a) podem ser identificados uma série de elementos nessa nova composição do rural. Em primeiro lugar, as empresas industriais. O crescimento de empresas industriais nas áreas rurais é observado na atualidade porque ali elas obtém, além de mão-de-obra barata e dócil, matérias-primas com custos menores. Além disso, instaladas em áreas rurais, essas empresas também podem fugir dos problemas do congestionamento urbano.

Mas o crescimento das empresas industriais no meio rural é apenas um dos elementos desse novo rural. Além disso, tem sido destacado outros fatores. Um deles é o rápido crescimento da procura por atividades de lazer. Com isso, são estimuladas uma

²¹ O termo “novo rural” é entendido conforme proposto por Graziano (1999b). Assim, esse “novo rural” compõe-se, basicamente de quatro grandes subconjuntos: “a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities(...); b) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra(...); c) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, lazer e as várias atividades industriais e de prestação de serviços; d) um conjunto de novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos de mercado.” (Graziano, 1999b: ix)

²² No Instituto de Economia da UNICAMP, é mantido o principal núcleo de investigação da temática no Brasil, que agrega pesquisadores responsáveis pela análise do tema em diferentes estados brasileiros.

informações sobre o projeto, designado projeto Rurbano, estão disponíveis no site

<<http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>>

série de atividades, e cresce rapidamente o número de pesque-pague, pousadas, sítios de lazer, restaurantes coloniais, etc.

O aumento da preocupação com o meio ambiente enseja também uma demanda cada vez maior pelos chamados “produtos limpos”, produzidos sem a utilização de agrotóxicos. Desse modo, se torna possível que alguns produtores se encaixem em nichos específicos de mercado.

Por fim, o espaço rural se converte em opção de moradia. Isso acontece em especial pela facilidade de acesso às cidades, por conta das melhorias observadas na condição dos meios de transporte, e da relativa proximidade. O meio rural torna-se, desse modo, opção de moradia tanto para os mais pobres como para os mais ricos. Isso pois, ao mesmo tempo em que os terrenos no meio rural são mais baratos, atraindo os mais pobres, tendem a ser mais tranquilos. E é a possibilidade de fugir dos problemas que fazem parte do cotidiano urbano - como a violência, o trânsito caótico, a poluição, etc. - , atraindo os mais ricos.

No conjunto, com esses novos elementos a atividade agrícola perde a condição de atividade hegemônica no meio rural. Em decorrência, a visão de que a dinâmica rural pode ser compreendida apenas a partir do estudo das atividades agrícolas passou a perder espaço, pois os processos em curso já não podem ser explicados exclusivamente a partir desse enfoque. De fato, as atividades agropecuárias, tomadas isoladamente, não poderiam dar conta de explicar a dinâmica econômica do meio rural brasileiro. (Mattei, 2000) O campo, sempre associado à atividade agrícola, assumiu uma nova roupagem e passou a comportar, além das atividades tradicionais, outras que até então estavam reservadas aos espaços urbanos. (Graziano, 1997)

No bojo dessas transformações, surgem as famílias pluriativas, que passam a combinar a condição de empregado e trabalhador por conta própria ao mesmo tempo, dentro ou fora da propriedade agrícola. A renda da família passa a ser provida com ingressos tanto da atividade agrícola como de outras atividades não-agrícolas, que podem ou não estar relacionadas com a agricultura. Essa situação, no entanto, não deve ser considerada apenas uma estratégia de sobrevivência das famílias de agricultores, nem uma estratégia de reprodução do capital. Conforme Mattei (1999a), deve-se entender a pluriatividade também como *“um resultado das inter-relações entre as dinâmicas das*

famílias, das explorações e do contexto sócio-econômico onde as famílias e as unidades de exploração se inserem.”(p. 13)

Em Santa Catarina, o processo não é tão novo. Na região nordeste do estado, por exemplo, Konzen (1986), em pesquisa que se referia a primeira metade da década de oitenta, já observava que o trabalho em empresas urbanas em algumas regiões aparecia como uma tentativa de sobrevivência dos agricultores no meio rural. Anjos (1995), em um trabalho executado na região norte de Santa Catarina, constatou a presença dos colonos-operários no município de Massaranduba. Os agricultores dali se ocupavam especialmente em indústrias têxteis da região, para onde se deslocavam diariamente, em ônibus e bicicletas, para cumprir jornadas de seis horas diárias. Essa atividade era compartilhada com o trabalho na agricultura, surgindo assim a figura do agricultor pluriativo, ou, nos termos de Anjos, do colono-operário.

No período recente, em várias ocasiões, Mattei (1999a; 1999b, 2001) tem conseguido mostrar a importância cada vez maior das atividades não-agrícolas no meio rural catarinense, que passam a responder por um percentual crescente do número de ocupados . Entre 1992 e 1999, enquanto a população rural ocupada em atividades não agrícolas cresceu 4,1%, o número de ocupados em atividades agrícolas, no mesmo período, sofreu um decréscimo de 4,4%. (Tabela 2)

Tabela 2 População ocupada segundo a área censitária da amostra, situação de domicílio e ramo de atividade. PEA restrita, Santa Catarina, 1992-99 (1000 pessoas)

Área Censitária/Situação de domicílio	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxas % aa	1992/99	1996/99 %aa
Total	2197	2219	2381	2318	2326	2343	2401	1.1***		1.1**
Urbano	1388	1427	1612	1546	1611	1648	1690	2.8***		2.9***
Agrícola	98	79	89	98	85	60	83	-3.0		-8.2
Não-agrícola	1290	1348	1522	1448	1526	1588	1607	3.1***		3.6***
Rural	809	792	769	772	715	695	711	0.2		-2.7
Agrícola	629	617	567	528	501	494	466	-4.4***		-3.8***
Não-agrícola	180	175	202	245	213	202	245	4.1***		-0.5

Fonte: Mattei (2001). Tabulações especiais do projeto rurano. Setembro de 2000. Os ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Há várias ocupações em ascensão no estado. A tabela 3 mostra quais são os ramos de atividade não-agrícola em que população rural catarinense tem se concentrado. Merecem destaque as ligadas aos ramos da indústria da transformação, prestação de serviços, indústria da construção e comércio de mercadorias.

Tabela 3 População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais, segundo a área censitária da amostra. PEA restrita, Santa Catarina, 1992-99 (por 1000 pessoas)

Área censitária / Ramos de atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % aa
Rural	180	175	202	245	213	202	245	4.1***
Indústria da transformação	75	70	85	89	94	83	101	4.3***
Indústria da construção	16	16	23	27	20	24	29	7.9***
Outras atividades industriais	3	7	6	-	7	6	-	
Comércio de mercadorias	22	22	11	23	18	17	19	-1.9
Prestação de serviços	37	32	43	56	39	40	51	4.5*
Serviços auxiliares	4	-	-	5	3	6	5	
Transporte ou comunicação	6	8	9	8	8	5	11	2.7
Serviços sociais	11	10	17	23	12	12	15	3.0
Administração pública	5	6	6	9	8	8	10	10.6***
Outras atividades	-	-	-	-	3	-	-	

Fonte: Mattei (2001). Tabulações especiais do projeto rurano. Setembro de 2000. Os ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

O predomínio de ocupados na indústria da transformação está ligado a importância das agroindústrias no estado, e a ocupação em indústrias têxteis, vestuário, etc. No setor de turismo, a crescente importância no número de ocupados no meio rural resulta da expansão da procura pelo lazer, ganhando importância o agroturismo, os pesque-pague, etc. (Mattei, 1999)

*

*

*

Até aqui afirmou-se que, na atualidade, a agricultura continua sofrendo os efeitos de um amplo processo de modernização, iniciado já nos anos setenta. A agricultura familiar brasileira foi – e tem sido – muito atingida pelo aprofundamento dessa modernização, concebida nos moldes da chamada “revolução verde”. Nas últimas décadas, foi muito grande o número de agricultores familiares excluídos da atividade agrícola e do meio rural. Como conseqüência esperada, as migrações do campo para as cidades aumentaram e atingiram níveis expressivos no período recente.

No entanto, embora esse movimento continue sendo bastante marcante no meio rural, nos anos noventa se verificou que as dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar na atividade agrícola podem não se traduzir em migração e abandono da área rural. Despontaram, com força, as atividades não-agrícolas, que passaram a assumir uma importância cada vez mais decisiva na manutenção das famílias de agricultores nas áreas rurais. Em alguns casos, até mesmo para a manutenção da atividade agrícola a atividade não-agrícola se tornou importante.

Essa situação está associada a uma característica da agricultura familiar, que é sua capacidade de buscar fontes alternativas de renda para sobreviver, mesmo fora da atividade agrícola. Portando essa visão, que é de decisiva importância nesta investigação, o capítulo final procura mostrar de que forma as famílias de agricultores podem obter fontes alternativas de renda na microrregião em análise, e como isso implica em manter o estabelecimento agrícola e permanecer no meio rural. Antes disso, porém, no próximo capítulo são descritas as principais características geográficas, históricas e sócio-econômicas da área estudada.

Capítulo 4 As características da Microrregião do Tabuleiro: aspectos históricos, geográficos e a sócio-economia

4.1 Introdução

Nos dois capítulos anteriores procurou-se fazer um levantamento do referencial teórico, conceitual e histórico que dá suporte a esse trabalho. Para uma tentativa de análise do fenômeno migratório e de seus determinantes na área de estudo, porém, faz-se ainda necessária uma descrição mais apurada das principais características geográficas, históricas e sócio-econômicas dos municípios que compõe a microrregião do Tabuleiro. Resumidamente, portanto, pode-se afirmar que o objetivo deste capítulo é conhecer melhor a área de estudo para, a partir daí, identificar os processos em curso que podem ser capazes de permitir uma compreensão dos movimentos migratórios a partir da microrregião. Só então pode-se tentar posicionar a microrregião como uma área de expulsão de população, e tentar explicar quais os mais importantes determinantes dessa situação.

Em uma análise como essa, as características geográficas – como o relevo, hidrografia, etc. - não podem deixar de ser consideradas, uma vez que são um importante condicionante da prática da agricultura, a mais importante atividade econômica da microrregião. Por outro lado, a proximidade do Aglomerado Urbano de Florianópolis (AUF), e a facilidade de deslocamento para esta cidade são outros elementos que também podem ser importantes. Assim, na terceira seção deste capítulo procura-se fazer um diagnóstico das principais características geográficas presentes na microrregião.

A microrregião do Tabuleiro é composta por cinco municípios de base rural. A agricultura é a principal atividade econômica em todos eles. Ali pode ser observado um amplo predomínio de agricultura de base familiar e em pequenas propriedades, que representa a mais importante fonte de ocupações na economia local.

Algumas dessas características podem ser associadas ao processo histórico de ocupação da região, intensificado no século XIX com a política de colonização do governo brasileiro. Os minifúndios constituíam a base desses projetos de colonização, e em Santa Catarina as marcas herdadas de tal processo permanecem ainda hoje, e o estado

pode ser apontado como um local onde há forte predomínio de pequenos produtores no meio rural. A forma como foram conduzidos os projetos de colonização no Brasil, e em particular em Santa Catarina produziram, desde cedo, importantes movimentos migratórios.

A microrregião do Tabuleiro recebeu três projetos de colonização, que se situaram as margens do caminho das tropas, entre a antiga Desterro e a Vila de Lages. Eles seguiam os mesmos moldes dos demais projetos de colonização do governo. Num deles, a Colônia Militar de Santa Tereza, o objetivo era explicitamente de proteger os tropeiros das investidas dos indígenas.

A seu tempo, cada um deles mostrou sua inviabilidade econômica, e passaram a enfrentar dificuldades ainda maiores com a parcial desativação do caminho, preterido por outro, que passava mais ao Sul do estado. Uma tentativa de descrição do processo de ocupação da região é apresentada, em linhas gerais, na segunda seção deste capítulo.

A seção que encerra o capítulo representa um levantamento de informações estatísticas relevantes sobre a população da microrregião, no que concerne a indicadores sociais, econômicos e populacionais.

4.2 Aspectos Históricos

As primeiras incursões pela região se deram ainda no século XVIII, com a abertura de uma picada por desbravadores em 1787. A partir daí a região se tornou passagem de tropeiros, sendo cortada pela estrada que ligava a Vila de Lages e Desterro. Rancho Queimado se tornou, junto com Barracão, em Alfredo Wagner, ponto de pouso para tais tropeiros. A ocupação, que começou a dar-se de maneira incipiente, explorou o filão aberto por essa condição, e surgiram na região algumas pousadas e casas de comércio. Apenas em 1840, contudo, é que Serafim Muniz de Moura se tornou o primeiro morador de Alfredo Wagner.

No século XIX, com a política de colonização do II Império, a ocupação se intensificou. Os objetivos básicos dos projetos de colonização – já mencionados na terceira seção do capítulo segundo -, eram o branqueamento da população e a ocupação do território. O interesse de “branquear” a população, era baseado na idéia da

superioridade nata da raça branca. Ao lado dessa obsessão pelo branqueamento da população, a necessidade de povoar o território, com interesses militares, é outro fator que pode ser considerado como importante no estímulo à adoção de políticas de atração de migrantes europeus no país (Paulilo, 1998)

Nesse caso, obviamente, a produção agrícola era um objetivo de importância muito pequena - se é que fosse sequer considerado. Assim, as terras serem ou não agricultáveis era pouco importante. Tratava-se de atrair imigrantes europeus. Após sua chegada, porém, eles passavam a sofrer com a falta de assistência do governo brasileiro, com a falta de estradas, escolas, financiamentos, etc²³. Além disso, eles eram colocados em propriedades pequenas, em média com 25 hectares, localizadas em terrenos nem sempre apropriados. Por isso mesmo, pelo menos no início, esses projetos de colonização, na maior parte das vezes, reduziram muitos dos colonos à fome. Assim sendo, inicialmente as colônias acabavam provocando, elas próprias, muitas migrações. (Piazza, 1983)

A região que é objeto desta investigação, a microrregião do Tabuleiro, recebeu três dos primeiros núcleos de colonização alemã em Santa Catarina. (ver anexo 2) Os alemães chegaram na microrregião já no início do século XIX. No período, localizaram-se ali as sedes das colônias de Santa Isabel (Rancho Queimado), de Terezópolis (Águas Mornas e São Bonifácio) e da Colônia Militar de Santa Tereza (Alfredo Wagner). Essas primeiras colônias se tornaram um grande foco de emigrações. Alguns dos municípios dessa região tem sua constituição originária ligada a chegada de migrantes por conta de projetos de colonização malsucedidos.

No geral, a colonização de todos os municípios da microrregião manteve muitas semelhanças. As imigrações européias, em grande quantidade, se dirigiram para a microrregião ao longo do século XIX. O colono europeu trouxe todo seu conhecimento de manejo e uso da terra que tinham sido aprendidos em seu país de origem. Não recebeu, porém, nenhuma orientação sobre as novas características que as terras ocupadas teriam. Assim, passou a aplicar com intensidade suas técnicas de lavoura temporária, acreditando

²³ Esse tipo de situação estimulou alguns países europeus – como a Alemanha -, a proibir as imigrações para o Brasil. A proibição, contudo não se manteve, uma vez que havia, nos países europeus, a necessidade de exportar excedentes populacionais.

que os recursos naturais seriam infinitos. Os minifúndios, com intensa exploração da propriedade rural, foram uma característica marcante na ocupação do território. Essa forma de ocupação deixou heranças muito marcadas na região, com algumas características que prevalecem ainda hoje. Uma delas se refere ao predomínio de pequenas propriedades, com base na utilização de mão-de-obra familiar, por exemplo.

O primeiro foco de povoamento na microrregião foi a Colônia de Santa Isabel, localizada em terras que hoje fazem parte do município de Rancho Queimado. Ali, em 1847, se estabeleceram 164 colonos alemães. Fundada em 1847 por imigrantes recém-chegados da Alemanha, a Colônia Santa Isabel foi composta, em sua maioria, por agricultores provenientes da região do Hunsrück, no atual estado da Renânia-Palatinado. (Jocken, s/d) A colônia foi instalada às margens do caminho das tropas, que ligava o litoral catarinense ao planalto serrano. A sede da colônia era localizada em um terreno de relevo fortemente acidentado, excessivamente montanhoso e impróprio para a agricultura. Assim, a partir daí foram fundadas e povoadas novas áreas, entre elas Taquaras e Rancho Queimado, que hoje é sede do município. Em 1860 a população se elevou a 420 habitantes, após a chegada de novo contingente de imigrantes. Três anos depois, em 1863 a colônia contava com mais de 1.000 habitantes.

Avé-Lallemant (1980), escritor alemão que visitou a região na segunda metade do século XIX, destacou o progresso que o povo alemão conseguiu na exploração dos férteis terrenos ali existentes. A fertilidade do solo se juntava, na colônia, uma de outro tipo, que o autor descreve ao constatar que fervilhavam crianças por toda parte. Impressionado com a capacidade do povo alemão, o autor constata que os colonos, embora no meio da 'selvageria da mata brasileira' e de 'botocudos canibais', prosperavam, com base na produção tipicamente de subsistência, que garantia uma vida farta.

No entanto, já em 1867 o estado da colônia era descrito com lamentável pelo comissário do governo imperial, Ignácio da Cunha Galvão. Jochem (s/d) reproduz as conclusões do representante do governo:

"Foi porém esta, como a colônia Teresópolis, uma tentativa malograda e o dinheiro ali gasto em pura perda. (...) Os colonos vivem todos, se pode dizer, na maior miséria... o

terreno inteiramente montanhoso e pouco produtivo, não fornece o necessário para o sustento; o serviço do governo nas estradas é um elemento que não podem dispensar para subsistir; vivem principalmente destes salários e da exportação de manteiga, prestando-se o terreno sofrivelmente para pastos. (...) Grande número tem abandonado seus lotes e procurado outras colônias... Nunca se deveria ter colocado colonos em semelhantes terras. (...) O diretor da colônia, cometendo a mesma falta do de Teresópolis, de estabelecê-los em más terras, nem ao menos, como aquele, a atenuou com os meios que estavam ao seu alcance. No extremo oposto à energia e força de vontade, deixou os colonos inteiramente entregues à sua imprevidência, moleza e desânimo... Com os maus terrenos que possui... pouca esperança nutro sobre os resultados diretos dos esforços e dinheiro que se continuarem a empregar nesta colônia e o seu abandono ao regime comum seria o remédio mais fácil, mas não o mais prudente e equitativo. Como disse... uma vez que se colocaram aqueles desgraçados nas más condições em que se acham, é dever do governo fazer sacrifícios para melhorar a sua sorte.(...) Cometido o erro da fundação da colônia Santa Isabel, é mister suportar as suas conseqüências, e considerando os colonos como recém-chegados, procurar-lhes uma melhor colocação, parecendo a mais conveniente a do Capivari(hoje São Bonifácio) e a colônia nacional Angelina". (p.1)

A partir daí a colônia foi emancipada, e a maioria de seus habitantes se deslocou para novas áreas. Hoje, na antiga sede, o único marco da colônia é um monumento, onde constam os nomes das famílias pioneiras no processo de ocupação.

Outro importante foco inicial de povoamento foi a Colônia de Teresópolis, a que o comissário do governo se refere. Tal colônia foi fundada em 1860, com 40 famílias de colonos alemães, onde hoje é o município de Águas Mornas. Em 1863 a colônia, que seria unificada administrativamente em 1865 com a colônia de Santa Isabel, já contava com cerca de 1.500 habitantes.

Com interesses especificamente militares, foi criada, em 1853, a Colônia Militar de Santa Tereza. Essa colônia passou a servir como um entreposto no caminho entre Desterro e o Planalto. A necessidade de uma colônia militar foi reclamada desde o final do século XVIII, posto o rigor da viagem— que então era realizada por picadas - e, talvez

mais que isso, a hostilidade que os indígenas que por ali viviam demonstravam em relação aos viajantes²⁴.

Inicialmente a Colônia Santa Tereza contou com dezenove soldados-colonos. Eles viviam, com suas famílias, em precárias casas de palha. Em 1855 a população atingiu 117 pessoas, sendo 47 soldados. Em 1883 a população total chegou a 590 habitantes. A maioria dos colonos ali estabelecidos era proveniente da Alemanha, e, morando nos entornos da Colônia Militar, produziam especialmente para subsistência.

Avé-Lallemant, ao passar pela Colônia Militar de Santa Tereza, em 1858, descreve com riqueza de detalhamento as venturas e desventuras de famílias de colonos ali estabelecidos. O que mais impressiona o viajante, embora ele não deixe de perceber a pobreza das casas, é a fartura de alimentos. Em suas palavras,

“ Ao lado da pobreza das pequenas habitações, salta aos olhos do viajante que desce de Lajes a fertilidade do solo. Em ambas as margens do sussurrante Itajaí, no meio do caos das árvores abatidas e meio carbonizadas, vicejam o feijão, o milho, as batatas e as abóboras. Além disso, prosperam excelentemente os porcos, as galinhas, os gansos, os patos; em resumo, tudo que é necessário a vida já se produz ali, e se produzirá cada vez mais a medida que a colônia se desenvolva e se adapte as condições naturais, pois, sem dúvida, a colônia é uma criação artificial”. (Avé-Lallemant, 1980, p. 108)

E descreve, mais adiante, ao visitar uma casa de colonos alemães,

²⁴ A possível hostilidade dos indígenas alimentava muito medo entre os primeiros colonizadores e os tropeiros. Avé-Lallemant (1980), escritor alemão que viajou pela região, reserva grande preconceito aos indígenas, por ele chamados de “bugres”. Para o autor, o bugre não teria nenhum direito, pois não conhece o direito, e nem poderia ser chamado de homem, por ser totalmente animalizado. Assim, toda violência contra os “bugres” seria plenamente justificada. Avé-Lallemant ainda ressalta que, na viagem que fez pela região, a figura dos bugres sempre aparecia atrás dele, como um fantasma, embora em nenhum momento ele tenha sido abordado, ou tenha sequer visto, um desses “bugres” em seu caminho. Talvez porque tivessem sido todos eliminados. Ou ainda, nas palavras de Paulilo, porque “ Em primeiro lugar, percorreu caminhos já abertos na mata, e esteve sempre acompanhado de homens e armas. Em segundo lugar, sua comitiva não estava ferindo direitos indígenas: tomando terras, mulheres, animais.” (Paulilo, 1998: 80)

“ Na casa, muitos produtos do campo, notadamente uma montanha de milho. Tomei ao acaso umas boas espigas; pareceram-me como as demais, consideravelmente grandes; contei os grãos e achei, numa espiga, mais de 500”. (Avé-Lallemant, 1980, p. 109)

Difícil duvidar que um observador tão cuidadoso deixasse escapar algum detalhe do que ali via. O presságio de que a colônia prosperaria, porém, não se confirmou. Mesmo com clima excelente e terras férteis, a colônia não se desenvolveu.

O fracasso da tentativa de colonização é atribuído a diversas causas, segundo os diferentes autores. Assim, para Silva (1954), no caso da colônia militar de Santa Tereza, a causa do fracasso esteve ligada à inabilidade dos soldados-colonos, que, segundo ele, eram incapazes de conhecer os segredos da agricultura.

Por outro lado, Piazza (1982) mostra que a posição geográfica é um importante elemento para compreender o crescimento insignificante da colônia. Essa colônia surgiu vinculada a condição de caminho para o Planalto, e, logo que esse caminho perdeu importância, as tentativas de ocupação perderam vigor.

A dificuldade de comunicação com outros centros foi um fator determinante do fracasso da tentativa de colonização, sendo a Colônia Militar de Santa Tereza emancipada em 1896. (Cabral, 1970)

Embora a contribuição de Silva pareça ficar circunscrita à Santa Tereza, não há dúvidas de que os elementos apontados por Piazza e Cabral se aplicam às outras colônias da região, e são importantes fatores capazes de auxiliar na explicação do fracasso dos projetos de colonização implantados na microrregião ao longo do século XIX.

Embora o fracasso fosse eminente, na avaliação - bastante otimista - do Presidente da Província de Santa Catarina, em 1852, Santa Isabel e Santa Tereza estavam entre as colônias que apresentavam os melhores resultados, sendo as mais prósperas. (Vidor, 1995)

Com o fracasso das tentativas de colonização, os colonos se espalharam pela região, criando novos núcleos. A mal sucedida colonização de São Pedro de Alcântara também liberou colonos que, abandonando aquele local, buscaram outros espaços. Muitos se deslocaram, a partir de 1864, para onde hoje se localiza o município de São Bonifácio. Da mesma forma, o município de Anitápolis também recebeu imigrantes

europeus, em sua grande maioria alemães, provenientes de tentativas frustradas de colonização em outras áreas.

A maioria dos núcleos iniciais de povoamento na região evoluiu apenas para vilas e distritos até o início do século XX. Assim, Santa Isabel se tornou um distrito de Rancho Queimado, enquanto a Colônia Militar de Santa Tereza, extinta em fins do século XIX, deu lugar ao Distrito de Catuíra, no município de Alfredo Wagner. Nesse último distrito, antes próspero, a perda de população e a decadência econômica são associadas, por parte da população, a uma “praga” que teria sido lançada por um antigo padre da paróquia local há algumas décadas, de que a comunidade só deveria “andar para trás”. Curiosamente, a praga do padre parece ainda, para muitos, a explicação mais convincente para as contínuas migrações a partir daquele local.

Os núcleos da região que passaram a absorver população dos projetos frustrados de colonização se tornaram sede de municípios na segunda metade do século XX²⁵. No entanto, cresceram de forma muito lenta, de modo que nenhum município assumiu a condição de pólo regional. De fato, conforme se observa na tabela 4, em 1970 apenas Alfredo Wagner contava com mais de 1.000 habitantes em sua área urbana.

Tabela 4 População Urbana nos municípios da Microrregião do Tabuleiro, 1970

Alfredo Wagner	1.277
Águas Mornas	95
Anitápolis	481
Rancho Queimado	312
São Bonifácio	350

Fonte: PIAZZA (1982)

²⁵ Apenas em 1961 o município de Alfredo Wagner se emancipou de Bom Retiro, a quem pertencia como distrito, com o nome de Barracão. Da mesma forma Águas Mornas, pertencente ao município de Palhoça, do qual fazia parte como distrito de Queçaba, se emancipou no mesmo ano. Rancho Queimado e São Bonifácio se emanciparam em 1962. Já Anitápolis se tornou município em 1961.

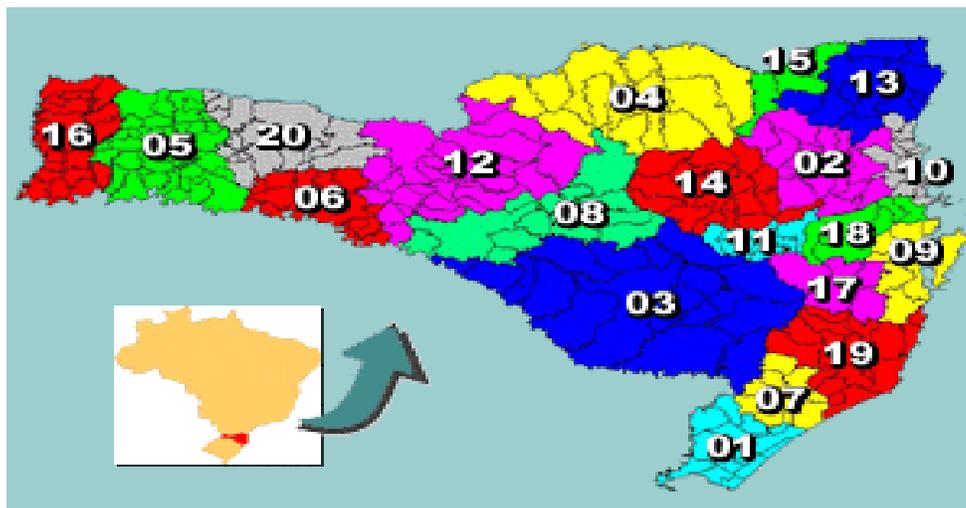
4.3 Microrregião do Tabuleiro: Aspectos Geográficos

A microrregião do Tabuleiro faz parte da mesorregião de Florianópolis, junto com as microrregiões de Florianópolis e Tijucas, que compõe ainda a microrregião polarizada de Florianópolis, núcleo urbano em processo de metropolização. Ao Sul, a microrregião faz divisa com a microrregião de Tubarão; ao Norte com as microrregiões de Ituporanga e Tijucas; a Leste com a microrregião de Florianópolis e a Oeste com a microrregião de Campos de Lages (Mapa 1).

Cinco municípios compõe a microrregião: Alfredo Wagner, Anitápolis, Águas Mornas, Rancho Queimado e São Bonifácio. Eles reúnem uma população de 23,3 mil habitantes distribuída em um território de 2.357 quilômetros quadrados. A densidade demográfica é de 9,9 habitantes por quilômetro quadrado.

Nenhum dos municípios da microrregião tem população superior a 10 mil habitantes, sendo Alfredo Wagner o mais populoso, com 8.857 habitantes em 2000, cerca de 40 % da população residente na microrregião. O predomínio da população rural é marcante: em 2000, 69 % da população residia em áreas consideradas rurais.

MAPA 1 – Microrregiões do estado de Santa Catarina



LEGENDA: 01 MR ARARANGUÁ; 02 MR DE BLUMENAU; 03 MR DE CAMPOS DE LAGES; 04 MR DE CANOINHAS; 05 MR DE CHAPECÓ; 06MR DE CONCÓRDIA; 07 MR DE CRICIÚMA; 08 MR DE CURITIBANOS; 09 MR DE FLORIANÓPOLIS; 10 MR DE ITAJAÍ; 11 MR DE ITUPORANGA; 12 MR DE JOAÇABA; 13 MR DE JOINVILLE; 14 MR DE RIO DO SUL; 15 MR DE SÃO BENTO DO SUL; 16 MR DE SÃO MIGUEL D'OESTE; **17 MR DO TABULEIRO**; 18 MR DE TIJUCAS; 19 MR DE TUBARÃO; 20 MR DE XANXERÊ.

Captado na internet, site <<http://www.citybrazil.com.br>>

O relevo da região é marcado pelo predomínio de áreas acidentadas. Podem ser observadas muitas serras e vales, que formam paisagens exuberantes. Em alguns municípios, como Alfredo Wagner, o relevo escarpado e a alta velocidade dos rios provocam grande risco de enchentes. Esse é um fator importante que condiciona a prática da agricultura, principal atividade econômica da região. Se, por um lado, a condição do relevo ajuda a formar belas paisagens, por outro dificulta a prática da agricultura, limitando a mecanização e impondo ao agricultor uma série de riscos especiais, decorrentes das enchentes e da erosão. (ver foto no anexo 3)

Os recursos hídricos na microrregião são abundantes, contando com vários rios que compõe parte das bacias do rio Tijucas (Rancho Queimado); bacia do rio Cubatão do Sul (Águas Mornas); bacia do rio Cubatão (São Bonifácio e Anitápolis); além da bacia do rio Itajaí-Açu (Alfredo Wagner). (PBDEE, 1996) Além de uma grande disponibilidade de recursos hídricos, outra característica que também se observa na microrregião é uma ampla diversidade biológica. Assim, outro aspecto da microrregião é a existência de uma importante área de preservação ambiental: o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Dos cinco municípios da Microrregião, dois tem seu território tocado pelo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: Águas Mornas, que tem as comunidades de Rio Cubatão e Rio dos Porcos dentro dos limites do parque; e São Bonifácio, com as comunidades de Rio do Ponche e Alto Capivari nos limites do parque.

Mapa 2 Municípios da Microrregião do Tabuleiro



Captado na internet, site <<http://www.citybrazil.com.br>>

Todos os municípios da microrregião fazem parte da Associação do municípios da Grande Florianópolis, fundada em 26 de março de 1969. Rancho Queimado e Águas Mornas participam da Associação desde sua fundação; em 1971 filiaram-se Anitápolis e São Bonifácio. O último município a ingressar na Associação foi Alfredo Wagner, que filiou-se apenas em 1989.

O grande centro prestador de serviços da microrregião é Florianópolis, que se consolidou como pólo regional, em especial por estar geograficamente bastante próxima dos municípios da microrregião. (Tabela 5)

Tabela 5 Municípios da Microrregião do Tabuleiro – distâncias rodoviárias até Florianópolis (em km)

Águas Mornas	37
Alfredo Wagner	100
Anitápolis	96
Rancho Queimado	70
São Bonifácio	83

Fonte: PBDEE, 1996

O acesso a Florianópolis foi facilitado pela pavimentação asfáltica da BR – 282, que perpassa três dos cinco municípios da microrregião, desde Águas Mornas até Alfredo Wagner, passando por Rancho Queimado, já na década de oitenta. A cobertura asfáltica facilitou enormemente o deslocamento para a capital do estado. Um exemplo prático pode ilustrar bem essa afirmação: uma viagem de ônibus entre Alfredo Wagner e Florianópolis, que durava cerca de cinco horas, por estradas estreitas e de chão batido, passou a ser realizada em mais ou menos duas horas após a conclusão da pavimentação asfáltica.

Na BR – 282, em alguns pontos, tem sido observado um fluxo crescente de veículos, muito elevado se considerar-se a relação entre o volume de veículos e a capacidade da rodovia. O principal desses pontos é entre Florianópolis e a BR – 101, já próximo da saturação. Entre Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas o fluxo de veículos tem sido considerado bastante elevado. (PBDEE, 1996)

Junto com a BR – 282, que liga a microrregião a Florianópolis e Lages, a SC – 302 (no trecho que liga Alfredo Wagner a Ituporanga e Rio do Sul) é uma importante via de acesso à microrregião, e , também, recentemente, teve concluída sua pavimentação asfáltica.

O acesso aos municípios de São Bonifácio e Anitápolis ainda é realizado através de rodovias não pavimentadas, em condições extremamente precárias, tanto na SC – 407 (Anitápolis – BR – 282), como na SC - 431 (São Bonifácio). A situação desses acessos cria sérios problemas para o escoamento da produção agrícola desses municípios, e parece, para muitos, a principal causa que entrava o desenvolvimento local.

4.4 – A sócio-economia da Microrregião do Tabuleiro: Características básicas

No ano 2000 a microrregião contava com 23.336 habitantes, que em sua maioria expressiva residiam em áreas rurais. A baixa densidade populacional observada na microrregião (de 9,9 habitantes por Km²) contrasta com o conjunto da região de Florianópolis (que é a maior do estado de Santa Catarina, com 95,81 habitantes por Km²).

Nos últimos anos a microrregião segue tendência observada em nível nacional e estadual de envelhecimento da população. Contudo, nos municípios da região o envelhecimento tem sido mais rápido, fator que pode estar associado ao fato de que as migrações tendem a ocorrer com mais força entre os mais jovens.

Em relação aos indicadores sociais, a microrregião se posiciona em uma posição intermediária em relação as outras microrregiões do estado. Os dados mais recentes apresentados pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -, em nível municipal, em 1996, referentes ao início da década, colocam os municípios da região na categoria de médio desenvolvimento humano.

Utilizando uma metodologia proposta pelo instituto Pólis, o NIPP – Núcleo interdisciplinar de políticas públicas – da UFSC, montou um banco de dados de indicadores sociais que reflete as condições sociais observadas nas vinte microrregiões

catarinenses definidas pelo IBGE, entre elas a microrregião do Tabuleiro. (Relatório de Pesquisa, Cnpq, 2000)

O banco de dados é composto por vinte e um indicadores sociais, que são separados em cinco índices: saúde, habitação, renda, educação e ambiental. O melhor desempenho dos municípios da microrregião do Tabuleiro, em relação ao restante do estado, se dá nos indicadores de habitação. Ora, um desses indicadores é o número de pessoas por cômodo: quanto menor o número de pessoas por cômodo, melhor o indicador. Assim, nesse caso, uma hipótese interessante é que as melhores condições de habitação observadas na microrregião podem estar ligadas ao processo migratório que ali tomou curso ao longo dos últimos vinte anos.

A taxa de alfabetização, conforme pode ser observado na Tabela 6, varia entre o menor percentual, de 87,4 % da população, observado em Anitápolis e o maior, de 94,3 %, no município de São Bonifácio, números bem próximos do observado no conjunto do estado de Santa Catarina, que é de cerca de 89 % .

Tabela 6 Microrregião do Tabuleiro: População total, rural e taxa de alfabetização (2000)

	Pessoas residentes	Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade – taxa de alfabetização	Pessoas residentes - área rural
Alfredo Wagner	8.857	88,5	6.384
Águas Mornas	5.390	91,9	3.675
Anitápolis	3.234	87,4	2.120
Rancho Queimado	2.637	87,8	1.534
São Bonifácio	3.218	94,3	2.536

FONTE: Censo demográfico 2000, IBGE

Um dos piores indicadores observados na microrregião se refere ao uso de trabalho infantil. No estudo do Pnud, por exemplo, o município de Alfredo Wagner apareceu como um dos que mais utilizavam mão-de-obra infantil no estado, com mais de 40 % das crianças ente 10 e 14 anos trabalhando.

Em recente estudo, que abrangeu 35 municípios catarinenses, em 1998, a delegacia regional do trabalho de Santa Catarina, ligada ao ministério do trabalho, constatou o uso de mão-de-obra infantil em atividades agrícolas no estado. Da microrregião do Tabuleiro, foram pesquisadas três culturas (lavoura temporária, cebola e tomate), em três dos cinco municípios (Alfredo Wagner, Águas Mornas e Rancho Queimado).

No caso da cebolicultura, das vinte e cinco empresas visitadas²⁶, em vinte (ou seja, em oitenta por cento das empresas) foi verificada a utilização de mão-de-obra de crianças com até 14 anos incompletos. Em dezoito verificou-se ainda o uso de mão-de-obra de adolescentes com mais de 14 anos. (Ministério do Trabalho, 2002)

Nos outros cultivos o uso apareceu menos intenso. No caso da lavoura temporária, pesquisada em 24 empresas de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz, apenas uma utilizava mão-de-obra infantil. No tomate, pesquisado em Rancho Queimado e Caçador, oito das 22 empresas pesquisadas utilizam trabalho de crianças.

Em todos os casos, o uso de mão-de-obra infantil aparece associado ao caráter familiar da exploração agrícola, em sua maioria em pequenas propriedades. No estado de Santa Catarina, é marcante o fato de que as pequenas propriedades utilizam um contingente mais significativo de trabalhadores com menos de 14 anos, em comparação com as grandes propriedades. O uso de mão-de-obra de todos os membros da família, entre eles as crianças, pode ser considerado um elemento decisivo para a sobrevivência dos agricultores familiares. Assim, as crianças constituem parte importante da força de trabalho das pequenas propriedades de agricultura familiar, atuando como “forças marginais”, que ajudam a família a permanecer no meio rural.

O processo inicial de ocupação trouxe para microrregião do Tabuleiro imigrantes que se instalaram em pequenas propriedades e se dedicaram à produção agrícola, em especial para subsistência. Desde então o setor primário tem desempenhado um papel relevante na vida econômica da microrregião.

Em 1995 os 2.915 estabelecimentos agropecuários do Tabuleiro ocupavam 12.438 pessoas, o que evidencia a importância da agricultura nessa microrregião. Desses ocupados, 11.644 correspondiam a mão-de-obra familiar. A produção agrícola, portanto,

²⁶ Os municípios visitados foram Alfredo Wagner, Rancho Queimado e Ituporanga.

importante para a ocupação inicial, continua sendo hoje a base do desenvolvimento regional. A pequena propriedade rural, com mão-de-obra familiar, garante a sustentação da economia nos municípios da microrregião. O tamanho médio das propriedades varia entre 22 hectares em Águas Mornas e 51 hectares em Anitápolis.

Tabela 7 Valor da Produção Agropecuária (em mil R\$) em 12/ 1995 – Municípios da Microrregião do Tabuleiro

	Valor da Produção vegetal	Valor da Produção vegetal – Lavouras	Valor da Produção Animal
Águas Mornas	4431	2946	1144
Alfredo Wagner	7199	6040	2527
Anitápolis	3423	2693	1135
Rancho Queimado	2782	2335	1188
São Bonifácio	1925	1755	1950

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1996

O relevo acidentado dificulta a existência da agricultura em larga escala e de produção de culturas extensivas como trigo, soja, etc.. As atividades mais importantes estão ligadas ao cultivo de produtos da lavoura temporária. As culturas predominantes na microrregião são o milho, a cebola e o feijão, em seguida a batata inglesa e a mandioca. Juntas, os cinco mais importantes produtos da lavoura temporária ocuparam, em 2000, 13688 hectares na microrregião.

Embora a base da economia seja a agricultura, a produção da microrregião representa muito pouco da produção agrícola catarinense na maioria dos produtos. Assim, o milho ali produzido, que é o cultivo que ocupa a maior área na microrregião, representa apenas 0,52% do total produzido em Santa Catarina. (em 1990 representava 0,68%). O feijão produzido na microrregião representa apenas 0,60% da produção estadual. A exceção mais significativa é a cebola, cuja quantidade produzida na microrregião representa 16,8% do total estadual.

Tabela 8 Área Colhida dos principais produtos da lavoura temporário (em ha) na microrregião do Tabuleiro – 1990,1995 e 2000

	1990	1995	2000
Milho	8000	6450	5600
Cebola	4590	4830	4640
Feijão	2035	2275	1635
Batata-inglesa	1110	1080	913
Mandioca	1005	715	900
Fumo	798	525	545
Tomate	355	475	510
Cana	32	57	360
Arroz	694	524	174
Batata-doce	50	50	70

Fonte: IBGE, PAM- Produção agrícola municipal.

Em relação a produção em lavouras permanentes, pode ser notado um pequeno crescimento na última década, que se concentrou nas culturas de pêsego, pêra e uva. Mesmo assim, estas culturas continuam sendo pouco representativas em relação ao total que é produzido na microrregião. Banana, laranja, uva, pêra e pêsego – os 5 principais produtos da lavoura permanente na microrregião – ocupavam, juntos, no 2000, uma área de apenas 169 hectares. (Tabela 9)

Tabela 9 Área Colhida dos principais produtos da lavoura permanente (em ha) na microrregião do Tabuleiro – 1990,1995 e 2000

	1990	1995	2000
Laranja	56	57	46
Pêssego	8	15	65
Banana	37	40	29
Uva	6	17	16
Pêra	10	-	13

Fonte: IBGE, PAM-Produção agrícola municipal.

A produção animal também é importante na microrregião, mas não tão importante como a produção em lavouras. Em 1995 o município de Alfredo Wagner detinha o maior

rebanho bovino, com 19.454 cabeças, que representavam 35.5 % do efetivo total de bovinos da microrregião. A produção de suínos também é pouco significativa, contando a microrregião com 19.670 cabeças. (IBGE, 1996) Os rebanhos de bovinos, suínos, equinos, caprinos, ovinos, bubalinos apresentaram redução na década de noventa. O único que aumentou foi o contingente de frangos, pintos e galos, que passou de 183.051 em 1990 para 442.000 no ano 2000.

O mel, derivado animal, é outro produto de importância expressiva em alguns municípios da microrregião, em especial Rancho Queimado e São Bonifácio, os maiores produtores. (PBDEE, 1996) Os dados da tabela 10 ilustram a expressiva redução na produção de mel na microrregião ao longo dos anos noventa. A produção de mel na microrregião, em 1990, representou 14,1% da produção catarinense. Já em 1995 esse percentual recuou para 11,1%, e em 2000 a microrregião produziu apenas 4,5% do mel catarinense. Nos dois últimos anos, tem sido negociados importantes contratos de exportação do mel, especialmente o mel ecologicamente correto. Esse é um tipo de mel produzido em colméias que estão isoladas em matas, distantes a pelo menos 1 Km de qualquer área desmatada. O preço desse mel é também cerca de 70% maior do que o mel convencional no mercado interno. Esse pequeno estímulo não compensa a forte redução observada ao longo da década.

Tabela 10 Quantidade produzida dos principais produtos da pecuária na microrregião do Tabuleiro – 1990,1995 e 2000

	1990	1995	2000
Leite (mil litros)	19252	17138	15196
Lã (mil kg)	12800	7795	2835
Ovos (mil dúzias)	399	353	781
Mel	570000	427500	180500

Fonte: IBGE, Pesquisa pecuária municipal.

Capítulo 5 As transformações na economia local e as migrações: 1980 a 2000

5.1 Introdução

O estado de Santa Catarina é composto por 293 municípios, e possui uma distribuição relativamente equilibrada da população, se comparada a outros estados brasileiros. O maior município do estado, Joinville, abrigava, no ano 2000, cerca de 420 mil habitantes, o que representa apenas 8,04 % da população catarinense²⁷.

Dos 293 municípios catarinenses, 76,45 % possuem uma população inferior a 15 mil habitantes. No entanto, nos últimos anos, esses municípios tem representado uma parcela cada vez menor da população do estado. No período entre 1996 e 2000, 106 municípios apresentaram redução da população total²⁸. Cento e setenta e nove dos municípios catarinenses (ou 60,5 %) apresentaram ainda variação populacional inferior ao crescimento vegetativo. (Toresan e Oliveira, 2001)

Por um lado, tem sido observado um movimento no sentido do interior para o litoral. De fato, as várias regiões que se situam ao longo da faixa litorânea entre o centro e o norte do estado tem recebido um número expressivo de migrantes, provenientes tanto das outras regiões do Estado como de outros estados brasileiros. Essa área litorânea compreende desde Florianópolis até Joinville, e adentra o estado no vale do Itajaí, até a cidade de Blumenau. Vale lembrar que todas essas três cidades teriam ainda iniciado, ao longo da década de noventa, um processo de metropolização. O conjunto de cidades envolvido nessa faixa litorânea , que não é maior do que vinte e sete cidades, tem

²⁷ Nos outros estados brasileiros as maiores cidades representam parcelas muito maiores da população total. Entre os casos mais extremos estão os de São Paulo, onde a população da capital, de 10.434.252 habitantes, representa 28,176 % da população total do estado, e do Rio de Janeiro, onde a capital, que conta com 5.857.904 habitantes responde por mais de 40 % da população estadual. Na região Sul os outros estados também tem uma parcela mais significativa da população do estado vivendo nas principais cidades: Curitiba, com 1.587.315 habitantes representa 16,598 % da população paranaense e Porto Alegre, que com 1.360.590 habitantes responde por 13,36 % da população gaúcha.

²⁸ O período de 1996 a 2000 é escolhido para fugir do efeitos da criação de novos municípios. Isso porque a primeira metade da década de noventa foi marcada pelo grande crescimento no número de municípios em Santa Catarina, resultado do amplo processo emancipatório observado no período.

agrupado um grande contingente populacional, com um pouco mais que 2 milhões de habitantes.

Por outro lado, em Santa Catarina, as migrações no sentido rural-urbano continuaram, e se tornaram mais intensas ao longo das décadas de oitenta e noventa. Em várias regiões o processo de expulsão de população rural continuou. Além da perda de população rural, em alguns municípios, foi possível observar até mesmo perda de população urbana. Entre as regiões, que podem ser identificadas como regiões de expulsão, como as mais atingidas estão que fazem parte do Oeste catarinense, conforme recente estudo divulgado pelo Icepta. (1998) Mesmo nessa região, porém, algumas cidades podem ser identificadas como pólos receptores de população. Só para citar alguns casos, no Oeste há vários municípios que tem aumentado de população, como Joaçaba, Xanxerê e Concórdia, além do município de Chapecó, que também tem aumentado sua população a taxas expressivas. Essa situação se dá em forte contraste com o observado no conjunto da região e na maioria dos municípios. Na região da Grande Florianópolis, municípios como Palhoça, Biguaçu, São José e Florianópolis tem aumentado sua população rapidamente. Nessa mesma região, estão os municípios da microrregião do Tabuleiro, que podem ser classificados como áreas de expulsão de população. Na segunda seção deste capítulo, faz-se uma tentativa de posicionar a microrregião do Tabuleiro como foco de emigrações. Ao mesmo tempo, procura-se identificar possíveis efeitos das migrações no que se refere a mudanças na composição populacional, por exemplo, na estrutura etária da população. Também tenta-se captar possíveis diferenças na dinâmica populacional dos municípios, com alguns continuando a perder população, enquanto em outros os fluxos parecem, se não revertidos, ao menos contidos.

Um primeiro passo para entender essa situação é notar que, nos últimos vinte anos, há indícios de que os fatores de expulsão, na linguagem de Singer (1990), indutores dos fluxos migratórios, tenham atuado com vigor em todo o meio rural catarinense, o que tem implicações sobre o conjunto de municípios menores, cuja economia é baseada no setor primário, e nas pequenas propriedades de agricultura familiar. A intensificação da modernização da agricultura tem alimentado as migrações do campo para cidade e, por consequência, das menores cidades para as maiores.

Na seção três, procura-se elencar os principais fatores da transformação da agricultura observada na microrregião, no que se refere a utilização das terras e de mão-de-obra. Além disso, selecionam-se alguns dos principais indicadores da modernização da agricultura, e as variações na produtividade e nos preços observados para os principais produtos da agricultura da microrregião.

Conforme pretende-se expor, nos mais importantes cultivos têm sido obtidos expressivos ganhos de produtividade, em especial na última década. Por outro lado, os preços recebidos pelos produtores têm sido cada vez menores. Nem todos, porém, conseguem atingir os ganhos de produtividade necessários para fazer frente às reduções de preços. Como uma expressão disso, aparece um aumento no abandono de propriedades no meio rural na microrregião, o que é acompanhado por migrações.

Essa perspectiva de análise está amparada na idéia, desenvolvida no capítulo segundo, de que as migrações só podem ser entendidas como um processo social, o que, necessariamente, impõe a necessidade de refletir sobre as transformações estruturais observadas na economia e sentidas na microrregião. Esses são os primeiros elementos que respondem pelo movimento das pessoas no espaço. Reafirmando a posição que orienta esta investigação, pode-se dizer que a distribuição espacial da população é, portanto, apenas um fenômeno reflexo, produzido a partir de mudanças mais amplas, estruturais, ocorridas dentro de um sistema social particular, o capitalismo.

Para os agricultores familiares, porém, a incapacidade de continuar sobrevivendo apenas da agricultura tem outra face, além das migrações. Trata-se do recurso às atividades não-agrícolas, que poderia permitir uma redução nas migrações para fora da microrregião. Para entender melhor o papel da atividade não-agrícola na dinâmica migratória, na última seção do capítulo, faz-se um levantamento das possibilidades de ascensão dessas atividades em três municípios da microrregião, com a perspectiva de que essas atividades poderiam estar funcionando como um amortecedor dos fluxos migratórios. Essa abordagem é amplamente sustentada por pesquisa direta, por meio de entrevistas, junto a produtores locais.

5.2 As migrações a partir da microrregião do Tabuleiro

Antes de descrever os determinantes dos movimentos migratórios, deve-se tentar posicionar, de modo preciso, a microrregião como um foco de emigração no intervalo temporal considerado. Cabe assinalar que os esforços aqui concentrados tem o objetivo básico de posicionar a microrregião como um foco de emigrações, observar os efeitos desta condição sobre a dinâmica populacional, além de notar possíveis diferenças entre os municípios que fazem parte da microrregião.

A descrição de trajetórias, o destino dos fluxos ali originados, não precisam, necessariamente, ser explicadas para cumprir os objetivos deste trabalho. E, posta a insuficiência de dados, sequer podem ser explicados. Essa constatação, porém, não é impeditivo para que se assinalem indícios sobre quais seriam as possíveis áreas de destino dos fluxos migratórios originados na microrregião.

Tabela 11 Evolução da população nos municípios da Microrregião do Tabuleiro, Mesorregião de Florianópolis e Santa Catarina. 1980, 1991, 2000

	1980	1991	2000
Alfredo Wagner	9492	9795	8857
Anitápolis	4598	3564	3234
Águas Mornas	4626	4611	5390
Rancho Queimado	2514	2359	2637
São Bonifácio	3534	3373	3218
Microrregião do Tabuleiro	24764	23702	23336
Mesorregião de Florianópolis	454519	629183	803151
Micro-Tabuleiro / Meso-Florianópolis	5,45%	3,77%	2,91%
Santa Catarina	3628292	4542030	5356360

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1980, 1991, 2000.

Os dados censitários tem revelado que, no período compreendido entre 1980 e 2000, a microrregião do Tabuleiro sofreu uma expressiva perda de população. Pela tabela 11 é possível observar que a população se reduziu em termos absolutos, perdendo cerca de mil e quatrocentos habitantes.

Por certo essa perda de população, por si só, já é um forte indício da existência de movimentos migratórios a partir da microrregião. Essa situação, contudo, pode ser melhor ilustrada caso se recorra ao cálculo do saldo migratório. Essa medida, conforme descrita no capítulo segundo, considera, além da variação populacional entre os períodos censitários, o crescimento vegetativo da população. Ela pode fornecer, desse modo, uma estimativa mais precisa da quantidade de pessoas que migrou para fora da microrregião no período²⁹.

O cálculo do saldo migratório mostra que a microrregião perdeu cerca de dez mil habitantes no período de vinte anos, entre 1980 e 2000. (Tabela 12)

Tabela 12 Estimativa do Saldo Migratório, por município, microrregião do Tabuleiro – 1980 – 1991

	População residente/1980	População esperada/1991	População residente/1991	Saldo Migratório
Águas Mornas	4.626	5.628	4.611	-1.017
Alfredo Wagner	9.492	12.043	9.795	-2.248
Anitápolis	4.598	5.477	3.564	-1.913
Rancho Queimado	2.514	2.942	2.359	-583
São Bonifácio	3.534	4.096	3.373	-723
MR Tabuleiro	24.764	30.186	23.702	-6.484

Estimativa do Saldo Migratório, por município, microrregião do Tabuleiro – 1991 – 2000

	População residente/1991	População esperada/2000	População residente/2000	Saldo Migratório
Águas Mornas	4.611	5.225	5.390	165
Alfredo Wagner	9.795	11.218	8.857	-2.361
Anitápolis	3.564	3.990	3.234	-756
Rancho Queimado	2.359	2.675	2.637	-38
São Bonifácio	3.373	3.573	3.218	-355
MR Tabuleiro	23.702	26.681	23.336	-3345

Fonte: IBGE, Estatísticas do registro civil, 1981 a 2000, Censo Demográfico, 1980 e 1991 2000. Cálculos realizados pelo autor

²⁹ Essa medida, obviamente, é passível de algumas críticas, que, embora não a invalide, merecem ser consideradas. Os óbitos, por exemplo, podem ser registrados fora da área analisada. Se um morador da microrregião se deslocar, em busca de tratamento médico, para fora da microrregião, e vir a falecer, pode acontecer que o óbito seja registrado fora da microrregião.

Relacionando esse saldo migratório negativo à população residente na microrregião no ano 2000, pode-se ter uma idéia mais clara do que ela representa: para cada duas pessoas residentes na microrregião no ano 2000, há um pouco menos que uma que deixou a microrregião entre 1980 e 2000.

Obviamente que a movimentação de pessoas no espaço, em todas as suas dimensões, não pode ser totalmente captada a partir desses dados. Sem dúvida, porém, eles fornecem um panorama da condição da microrregião no cenário catarinense, sendo claramente uma área de expulsão de população.

Nesse sentido, um dado interessante é o que relaciona a população da microrregião como um percentual da população total da região da Grande Florianópolis, na qual ela está inserida. Em 1980 a microrregião do Tabuleiro contava com 24.764 habitantes, o que representava 5,45 % da população total da mesorregião de Florianópolis. Já em 1991 a população da microrregião caiu para 23.702, e, ao mesmo tempo, a participação na população da mesorregião de Florianópolis declinou para 3,77 %. Entre 1991 e 2000 também se observou um declínio na população total na microrregião do Tabuleiro, passando a contar com 23.336 habitantes, e, na participação da microrregião na população total da mesorregião de Florianópolis, passando para 2,91 % .

Esses dados evidenciam que, ao mesmo tempo que a microrregião sofre uma expressiva perda de população, a região, puxada pelo forte crescimento da microrregião de Florianópolis, obtém altas taxas de crescimento populacional. Nesse sentido, a partir da idéia de Myrdal (1968) sobre as desigualdades regionais no desenvolvimento capitalista, pode-se observar que os impulsos de crescimento estão se espalhando apenas sobre uma área muito pequena.

Desse modo os municípios do Tabuleiro, mesmo bastante próximos de uma área que pode se considerar favorecida (Florianópolis), não tem acesso aos efeitos da difusão do progresso. Estes efeitos, objetivamente, só atingem um espaço territorial muito pequeno, que parece ficar circunscrito aos municípios vizinhos de Florianópolis. Na linguagem de Myrdal, pode-se dizer que, antes de ter acesso aos benefícios do progresso,

os municípios do Tabuleiro sofrem com os efeitos regressivos que a área beneficiada emite sobre as regiões vizinhas.

Os dados até aqui expostos evidenciam a perda de população na Microrregião do Tabuleiro, área rural composta por pequenos municípios na Mesorregião de Florianópolis. De fato, em estudos anteriores já foi observado que a população na Mesorregião de Florianópolis tem se concentrado, cada vez mais, no Aglomerado Urbano de Florianópolis, que vem crescendo rapidamente, em detrimento dos municípios menores. (Guerini, 2000; IPARDES *et alli*, 2001)

Esse movimento migratório a partir da microrregião tem efeitos na composição populacional. Um deles é que essa perda de população tem-se concentrado na população residente no meio rural, que foi reduzida tanto em termos absolutos como em termos relativos. Ainda assim, a população da microrregião do Tabuleiro continua a ser fortemente rural, num forte contraste com as demais regiões do estado de Santa Catarina, exceção feita a algumas microrregiões do Oeste do Estado. A população rural, que representava 81% da população total passou, em 2000, a representar menos de 70%. Já a população urbana, no conjunto da microrregião, aumentou no período, passando de 4.726 habitantes em 1980 (19 % da população total da microrregião) para 7.087 em 2000 (ou 31 % da população total da microrregião). Assinale-se que uma parcela desse aumento apareceu imediatamente relacionada a expansão dos perímetros urbanos, em especial entre 1980 e 1991. Outra parcela, porém, parece refletir a migração de parte da população das áreas rurais para as áreas urbanas locais.

Conforme já assinalado no capítulo segundo, uma vez que fatores estruturais desencadeiam os movimentos migratórios, características individuais passam a atuar e determinam quem, num dado grupo social, migra antes. As motivações individuais para migrar podem ser associadas às mais diferentes características. Pode ser observado que mulheres têm propensão mais elevada a migrar, ou os mais bem instruídos, os solteiros, etc.

No caso de uma região que origina os fluxos de migrantes, uma tendência marcante, quase sempre observada, é a redução do percentual de jovens na população total. O fato dos jovens serem os primeiros a migrar tem sido associado a diferentes fatores, dentre os quais está a incapacidade de encontrar ocupação no mercado de

trabalho local. Conforme Singer (1990), porém, pode acontecer também que muitas pessoas acabem preferindo ficar na região, esperando melhores dias, vivendo às custas da família.

O envelhecimento populacional, observado na microrregião, é um fenômeno que seguiu uma tendência observada também em nível nacional. Isso pois, com o aumento da expectativa de vida e a redução na taxa de natalidade, a população idosa tende a representar uma parcela crescente da população total. Contudo, o padrão observado na microrregião tem sido um pouco mais intenso que no plano nacional³⁰. Entre os motivos que poderiam explicar essa diferença, pode-se dizer que, conforme assinalado anteriormente, os mais jovens parecem ter uma propensão maior a migrar, em especial na idade entre 15 e 24 anos, quando normalmente está se dando o ingresso no mercado de trabalho. Conforme se poderia esperar, o percentual de jovens entre 15 e 24 anos na população total da microrregião foi declinante (Tabela 13) Isso pode ser um indício de que o setor agrícola tem sido incapaz de absorver a mão-de-obra que entra no mercado de trabalho na microrregião.

Tabela 13 População por faixa etária, como percentual da população total, por município, microrregião do Tabuleiro – 1980, 1991, 1996 (em %)

	Águas Mornas	Alfredo Wagner	Anitápolis	Rancho Queimado	São Bonifácio	MR Tabuleiro	Santa Catarina
1980	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14	36,49	41,66	38,17	33,89	34,32	38,21	37,60
15 a 24	24,19	22,33	24,47	23,55	20,77	22,98	22,82
25 e m	39,32	36,01	37,36	42,56	44,91	38,81	39,58
1991	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14	32,94	34,79	31,37	29,84	28,40	32,52	33,10
15ª 24	20,71	20,45	19,87	19,46	18,68	20,06	19,40
25 e m	46,35	44,76	48,77	50,70	52,92	47,42	47,50
1996	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14	30,37	34,19	28,58	31,48	24,90	31,01	30,40

³⁰ Segundo dados do Censo demográfico 2000 do Ibge, a população com mais de 60 anos representou aproximadamente 8,5% da população brasileira. Na microrregião do Tabuleiro esse percentual é maior (10,35%). Em São Bonifácio, as pessoas com mais de 60 anos representam 14,36% da população total. É curioso o fato de que em Alfredo Wagner, que tem sofrido perda de população nos últimos anos, a população idosa represente apenas 8,35% da população total, destoando fortemente do restante da microrregião.

15ª 24	17,19	17,10	16,71	16,60	16,89	16,98	18,79
25 e m	52,44	48,71	54,71	51,92	58,22	52,00	50,81

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980, 1991 e PNAD, 1996

Poderia esperar-se que esse envelhecimento da população fosse acompanhado por uma relativa masculinização, já que as mulheres parecem migrar mais. A explicação, normalmente, pode aparecer associada à natureza do trabalho agrícola, no meio rural, ou a maior receptividade às mulheres no mercado de trabalho urbano. De fato, o percentual que elas representam na população, ao contrário do observado em nível nacional, embora seguindo tendência estadual, é sempre bem menor que o de homens. Na microrregião do Tabuleiro, em 1996, o número de homens foi 8.17 % superior ao número de mulheres. Os dados apontam ainda para um leve declínio da população feminina em termos percentuais ao longo do período estudado. (Tabela 14)

Tabela 14 População feminina residente como % da população total, por município, microrregião do Tabuleiro – 1980,1991 e 1996

	1980	1991	1996
	% de Mulheres	% de Mulheres	% de Mulheres
Águas Mornas	48,51	48,49	48,22
Alfredo Wagner	48,94	48,22	48,33
Anitápolis	47,87	47,39	47,59
Rancho Queimado	46,78	48,03	45,56
São Bonifácio	48,33	48,71	48,02
MR Tabuleiro	48,35	48,20	47,87

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980, 1991 e PNAD, 1996

Em relação a variação populacional nos municípios da microrregião, pode notar-se a emergência de algumas pequenas diferenças, mas que parecem apontar para diferentes dinâmicas no período mais recente. Embora todos os municípios da microrregião tenham apresentado saldo migratório negativo entre 1980 e 1991, em alguns essa perda parece ter sido, se não revertida, pelo menos estancada nos últimos anos.

Assim, em Águas Mornas pôde ser observado um aumento de população, que concentrou-se em especial entre 1991 e 2000. O aumento populacional garantiu também

que, entre 1991 e 2000, Águas Mornas se posicionasse como o único município da microrregião que apresentou saldo migratório positivo (em outros termos,. recebeu migrantes).

A maior perda absoluta de população foi observada no município de Alfredo Wagner, em ambos os períodos. A maior perda relativa, porém, aconteceu no município de Anitápolis. A perda de população entre 1980 e 1991 representou, nesse município, perto de 55 % da população residente em 1991. Aproximadamente, para cada duas pessoas residentes em Anitápolis em 1991 havia um pouco mais de uma que deixara o município na década anterior.

Na maioria dos municípios, tanto de 1980 a 1991, como de 1991 a 2000 foi observada redução da população total.

5.3 As transformações na agricultura da microrregião

Conforme proposto anteriormente, deve-se procurar entender esses movimentos migratórios através da identificação de possíveis fatores de expulsão, nas áreas de origem dos fluxos. As áreas de origem de fluxos migratórios são aquelas onde ocorrem - ou aquelas que são atingidas pela ocorrência de - transformações sócio-econômicas que levam um ou mais grupos sociais a migrar.

Nesses últimos vinte anos pode-se observar que os fatores de expulsão, indutores dos fluxos migratórios, tenham atuado intensamente na microrregião do Tabuleiro, resultando no quadro desenhado na seção anterior. Tanto a intensificação da modernização agrícola, como a incapacidade de fazer frente aos avanços obtidos por outros produtores podem ser apontados como elementos que fazem parte da dinâmica econômica da microrregião. Para captar as mudanças na economia local, esta seção está subdividida em cinco partes.

5.3.1 Estrutura fundiária

Em 1995/96 o censo agropecuário³¹ registrou o predomínio de pequenos estabelecimentos na microrregião do Tabuleiro. Os estabelecimentos com até cinquenta hectares responderam por 82 % do total de estabelecimentos, embora representassem apenas cerca de 35 % da área. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de cem hectares representaram 5% do número de estabelecimentos, mas concentram quase 40 % das terras.

A concentração fundiária é um problema muito presente no meio rural brasileiro. No caso da microrregião do Tabuleiro, como em Santa Catarina, a posse da terra está relativamente mais bem distribuída do que no restante do país. No entanto, não se sustenta a afirmação de que o estado e a microrregião tem uma distribuição equitativa da posse da terra.

O cálculo do índice de Gini para os dados da distribuição fundiária na microrregião revela uma concentração forte, ficando em 0,60496, numa escala que vai de 0 (concentração nula) até 1 (concentração tendente a absoluta)³². Vale ressaltar que o índice obtido deve estar subestimado, pois, na forma como foi calculado, não mede a desigualdade existente dentro dos estratos, mas apenas a desigualdade entre os estratos³³.

³¹ Antes de iniciar os comentários sobre os dados do Censo Agropecuário para a microrregião, que são a fonte básica de toda essa terceira seção, cabe ressaltar que esses dados do Censo Agropecuário 1995/96 não são, na maioria dos aspectos, diretamente comparáveis com os censos agropecuários dos anos anteriores. Isso acontece porque o IBGE realizou uma mudança metodológica a partir do Censo 1995/96, passando a tomar como data de referência para a pesquisa o ano agrícola e não mais o ano civil, como era até então.

³² O índice de Gini é usado mundialmente como uma medida da concentração em qualquer amostra. Ele varia entre 0 e 1: quanto mais perto do 1, maior é a concentração de terras. Uma escala para definir o grau de concentração da propriedade da terra pode ser: - até 0,100 - concentração nula; - de 0,101 a 0,250 - concentração fraca; - de 0,251 a 0,580 - concentração média; - de 0,581 a 0,700 - concentração forte; - de 0,701 a 0,900 - concentração muito forte; - acima de 0,900 - concentração tendente a absoluta. O índice foi calculado a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (1985 e 1995/96) para a microrregião e para Santa Catarina.

³³ Os estratos de área adotados pelo IBGE são: menos de 10ha; de 10 a 100 ha; 100 a menos de 1000 ha; 1000 a menos de 10000 ha e mais de 10000.

Os mesmos dados, calculados da mesma forma, revelam que a posse da terra é mais concentrada na microrregião do que no conjunto do estado³⁴.

No período entre 1985 e 1995/96, o índice calculado para os dados da microrregião passou de 0,6099 para 0,6049, o que sinaliza que a distribuição da posse da terra nesse período não foi significativamente alterada. Ainda assim, seguindo uma tendência também observada em nível nacional e estadual, verificou-se na microrregião o fechamento de cerca de trezentos estabelecimentos agropecuários, em sua maioria no estrato de menos de cinquenta hectares.

Houve, entre 1985 e 1995, uma redução no número de estabelecimentos no grupo de área com até 10 hectares em toda microrregião do Tabuleiro. Apenas em Águas Mornas e em Rancho Queimado o número de estabelecimentos com até 10 hectares aumentou. Rancho Queimado foi o único município em que o número total de estabelecimentos cresceu no período. Esse dado, que por um lado pode atestar tanto a existência de um processo de desconcentração fundiária nesse município, pode também ser indício de uma pulverização fundiária, com a criação de estabelecimentos muito pequenos, inviáveis economicamente. Em parte, essa situação pode ser creditada ao crescimento no número de chácaras e sítios de final de semana, intenso na última década, em especial no município de Rancho Queimado. A área média dos estabelecimentos no município de Rancho Queimado, que era de 96,6 hectares em 1980 – a maior da microrregião –, caiu para 47 hectares em 1996.

5.3.2 Uso das terras

A área dedicada ao cultivo de lavouras temporárias, atividade típica dos pequenos produtores, e que ocupa muita mão-de-obra, declinou, em especial no período entre 1985 e 1995. A redução nas áreas destinadas ao cultivo em lavouras temporárias, no período em análise, foi de cerca de 3.000 hectares. Entre 1980 e 1985, a utilização de terras pela lavoura temporária aumentou mais de 1.000 hectares, mas, entre 1985 e 1995,

³⁴ Para os dados de 1995/96, o índice de Gini obtido para desigualdades entre os estratos foi de 0,5706 para o estado de Santa Catarina.

algo em torno de 4.000 hectares em lavouras temporárias deixaram de ser plantadas. (Tabela 15)

Tabela 15 Utilização das terras (ha), Microrregião do Tabuleiro - 1980, 1985, 1995

	1980	1985	1995
Lavouras Permanentes	687	1094	796
Lavouras Temporárias	17768	18878	14 886
Lavouras Temporárias em descanso	20170	13708	3 645
Pastagens Naturais	51202	46208	37 699
Pastagens Plantadas	15227	18882	18 467
Matas e Florestas Naturais	26405	26301	43 396
Matas e Florestas Plantadas	8233	7740	9 789
Produtivas não utilizadas	17366	12223	3 594

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário – 1980, 1985, 1995

Entre as culturas que perderam mais espaço estão o feijão e o milho, que apenas nos primeiros oito anos da década de 90 perderam, respectivamente, 600 e 1450 hectares. A área dedicada a cultura do alho reduziu-se mais de 5 vezes. Essa cultura, porém, foi pouco representativa na região. De qualquer forma, de 59 hectares de área plantada com alho em 1990, restaram 11 hectares em 1998. Assim também o arroz (perda de cerca de 500 hectares), a batata inglesa (perda de cerca de 450 hectares), a mandioca (perda de 435 hectares), entre outros. Como resultado do crescimento da produtividade, em particular pelo uso mais intenso de práticas mais modernas, a produção aumentou, mesmo com a redução da área cultivada nas principais culturas.

As terras utilizadas para o cultivo de produtos da lavoura permanente também apresentaram redução entre 1980 e 1995. Embora sejam pouco representativas, as culturas de uva, pêra e pêsego foram as que mais cresceram nesse período.

A área de terras produtivas não utilizadas também diminuiu, em especial entre 1985 e 1995. O aumento de terras destinadas a outros fins que não a produção agrícola tem o efeito de reduzir a necessidade de mão-de-obra, e provocar, por conseguinte, migrações.

5.3.3 Indicadores da modernização

O aprofundamento da modernização da agricultura foi, na forma como foi desenhado e implementado, um processo que gerou - e gera - um grande contingente de excluídos no meio rural brasileiro. Embora a literatura assinala que os maiores efeitos desse processo tenham se concentrado nos anos setenta, ele não ficou circunscrito a esse período. (Martine, 1994)

Segundo Toresan e Oliveira (2001) também nos anos noventa, o campo continuou desestimulando a permanência de muitos agricultores no meio rural. Assim, “a diminuição do apoio público à agropecuária e as mudanças estruturais impostas à produção, forçando o aumento das escalas e da produtividade, excluíram e reduziram as possibilidades de reprodução econômicas de muitos pequenos produtores”. Para os autores, as migrações continuaram, mesmo com o arrefecimento da atração das cidades, que era muito mais forte nos anos setenta.

Já desde os anos setenta o processo de modernização da agricultura brasileira, que seguiu os moldes da revolução verde, vem tendo implicações sobre a agricultura familiar em pequenas propriedades.

Por um lado, estão os produtores que não sobrevivem pois não conseguem fazer frente aos ganhos de produtividade dos grandes estabelecimentos, uma vez que esses se tornam capazes de reduzir seus preços. A tentativa de modernizar a produção agrícola familiar encontra uma série de impeditivos, já descritos no capítulo terceiro.

Por outro lado, quando é possível para o pequeno produtor tecnificar-se, o processo ainda se mantém fortemente seletivo: nem todos podem ter acesso à adoção das técnicas mais modernas. Além disso, cabe lembrar que os resultados obtidos por pequenos produtores tecnificados nem sempre são positivos. (Lamarche, 1998)

A especialização produtiva é outro processo que normalmente acompanha a modernização. Nesse caso, o agricultor acaba se tornando extremamente vulnerável ao mercado. Conforme Kautsky (1980), a integração ao mercado, pode fazer o que a seca, a enchente, o granizo e outras desgraças do clima não faziam: condenar o produtor familiar à dissolução, ao desaparecimento. A incapacidade de sobreviver fora do mercado é um produto da especialização. Na região, é muito comum que muitos produtores

cheguem ao limite de adquirir produtos para seu sustento básico, como verduras e legumes, queijos, etc. nos mercados urbanos.

Na microrregião do Tabuleiro, nas décadas de oitenta e noventa, se observa um uso bem mais intensivo de insumos modernos do que o observado na década de setenta. Os insumos químicos, como fertilizantes e defensivos agrícolas são os mais utilizados.

Tabela 16 Número de tratores e uso de defensivos, irrigação e fertilizantes nos municípios da Microrregião do Tabuleiro – 1980, 1995/96

	Tratores		Fertilizantes		Defensivos		Irrigação	
	1980	1995/96	1980	1995/96	1980	1995/96	1980	1995/96
Alfredo Wagner	416	858	1464	1574	1380	1655	1464	53
Águas Mornas	101	305	699	628	688	609	699	203
Anitápolis	105	144	786	545	749	605	786	51
Rancho Queimado	105	276	287	411	283	471	287	110
São Bonifácio	411	283	640	513	621	560	640	19
Tabuleiro	513	621	3876	2097	3721	2245	3876	436

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário – 1980, 1995/96

A motomecanização tende a ser bem mais limitada, uma vez que o uso de máquinas é dificultado pela condição do terreno e pelo tamanho reduzido dos estabelecimentos. Essa dificuldade se reflete no pequeno número de máquinas de colheita e plantio observados na microrregião.

Mesmo assim, no caso da microrregião, o uso de tratores aumentou muito nas últimas duas décadas, em especial os microtratores (até 14 cavalos). Em algumas cidades, como Alfredo Wagner, esses microtratores, que são chamados de “tobatas”- em referência a uma das empresas produtoras - , além de serem utilizados nas lidas do campo, servem ainda como meio de transporte para as viagens até a sede do município. O uso dos “tobatas” como meio de transporte vai desde a missa semanal até os chamados

“ranchos”(compras mensais de produtos nos supermercados da cidade), normalmente segundas ou sextas-feiras, quando o centro da cidade fica tomado por esses veículos.

De qualquer forma, a maior intensidade no uso de insumos modernos pode ser um primeiro fator capaz de explicar as migrações, uma vez que sua intensificação reduz fortemente a necessidade de mão-de-obra na atividade agrícola. Assim, com a redução da necessidade de mão-de-obra na economia local, a população tende a abandonar a microrregião em busca de meios de vida.

Num primeiro momento, a mudança de técnica se reflete em redução dos empregados, ao reduzir a demanda por força de trabalho, forçando os desempregados a buscar outras áreas que lhes assegurem meios de vida. Esse grupo é formado pelos não proprietários de terras e até mesmo por membros das famílias de agricultores que aderem à mudança de técnica. Além disso, pode ser que a modernização, ampliando a produtividade, libere também membros das famílias, que também podem ser levados a migrar. Obviamente, os agricultores que possuem terras, mas que não tem os recursos necessários para acompanhar a mudança na técnica de produção podem também serem forçados a migrar, num segundo momento.

Tabela 17 Uso de Insumos modernos na agropecuária em Santa Catarina e na Microrregião do Tabuleiro em 1995/96

Em % de estabelec.	Tratores	Fertilizantes	Defensivos	Assist. Técnica	Irrigação
Santa Catarina	25,2	84,6	67,8	65	6,6
Tabuleiro	39,45	51,84	55,5	22,9	10,78

Fonte: Censo Agropecuário, 1995/96.

No caso da cebolicultura, o que implica falar de quatro dos cinco municípios da microrregião, e, em particular, de Alfredo Wagner, Guivant et al (2001), afirmam que a adoção de muitas das tecnologias ditas modernas foi intensificada nos municípios produtores a partir de 1984, estimulada por programas desenvolvidos pelo governo estadual. O uso de animais para a execução dos trabalhos do cultivo da cebola foram, a partir de então, fortemente reduzidos. Para os autores, o aumento no uso das tecnologias modernas, como os herbicidas e a motomecanização, manifesta, na região, efeitos

perversos, ao “contribuir para a expulsão de pequenos produtores para o meio urbano e reduzir a população dos municípios produtores.” A partir daí começa a ser delineado um cenário de crise na cebolicultura. De fato,

“(...) a crise ligada a produção de cebola deve-se aos seguintes fatores: aumento de produção e de produtividade com base no incremento no uso de insumos modernos; diminuição no preço da cebola; uso excessivo de agrotóxicos, causando danos de saúde e degradação ambiental; degradação do solo. Essa crise também agravou problemas sociais tais como o êxodo rural, migração para outras regiões e as consequências econômicas advindas destes processos” (Guivant et all, 2001: 3)

No entanto, embora a modernização tenha se intensificado na microrregião no período, na produtividade obtida nos principais cultivos ela perde espaço para as demais regiões do estado. Na busca de respostas, vale destacar que a microrregião, em relação ao conjunto do Estado de Santa Catarina, em variáveis importantes, como uso de fertilizantes e assistência técnica, tem ainda um menor acesso à modernização.(Tabela 17) Além do mais, as características do solo e do relevo podem também ajudar a entender essa situação, que, conforme se observará na próxima subseção, pode também ser identificada como uma das causas para a continuidade das migrações.

5.3.4 Produtividade das principais culturas

Nos principais cultivos da microrregião do Tabuleiro, ligados à olericultura, foram alcançados expressivos ganhos de produtividade no período entre 1980 e 2000. Esses ganhos de produtividade podem ser associados a utilização de técnicas mais modernas de produção, em especial dos insumos químicos, defensivos e fertilizantes que controlam as pragas e também aumentam violentamente a fertilidade das terras.

Calculando os índices de produtividade das principais produtos da lavoura da microrregião, com base em 1980, para o conjunto do estado, pode-se observar o acúmulo de grandes ganhos ao longo dos últimos vinte anos. No caso da cebola a produtividade mais do que dobrou no período, impulsionada pela intensificação no uso de insumos modernos.

Ao considerar-se a produtividade obtida pelos agricultores da microrregião nos principais produtos da lavoura, observa-se que a produtividade obtida é bastante inferior àquela obtida no restante de estado. De fato, mesmo nessas culturas, nas quais a região é mais especializada, a produtividade é sempre menor que a obtida em outras regiões do estado. A tabela 18 sintetiza essas informações.

No caso da cebola, o rendimento obtido por hectare na década de noventa é sempre menor que o obtido no conjunto do estado. Vale ainda destacar a alta produtividade de outras regiões do estado, principalmente a de Ituporanga. Um produto dessa situação é que os produtores da microrregião do Tabuleiro tendem a perder espaço para os produtores de outras regiões.

Tabela 18 Rendimento por ha do tomate, cebola, batata e feijão na Microrregião do Tabuleiro e em Santa Catarina (1985 a 2000)

	Tomate		Cebola		Batata		Feijão	
	Tabuleiro	SC	Tabuleiro	SC	Tabuleiro	SC	Tabuleiro	SC
1985	16,41627	10,63027	8,191608	7,724816	3,861004	5,938054	0,810924	0,72755
1992	25,97468	35,51447	10,33333	10,37985	10,89394	9,909662	1,002538	1,095311
1994	17,28118	27,95448	7,811521	9,399	10,1009	10,64319	0,744163	0,876384
1996	49,54545	47,78182	10,49002	11,08537	11,26395	10,3362	0,875698	0,654088
2000	48,03922	50,52289	16,28448	18,81259	11,34392	11,83011	0,849541	1,061701

Fonte: ICEPA

Gráfico 2 Produtividade (por ha) do Tomate na microrregião do Tabuleiro e em Santa Catarina (1985, 1992, 1994, 1996, 2000)

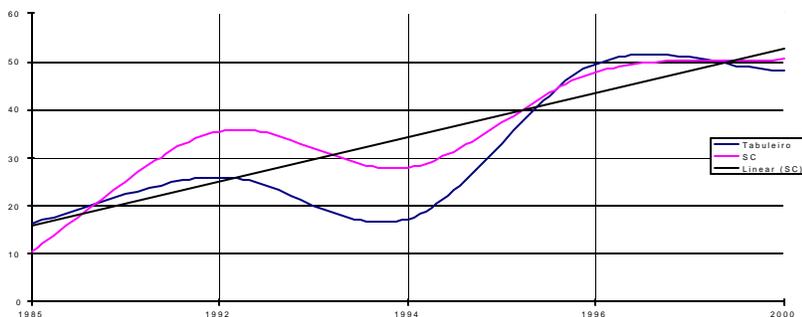
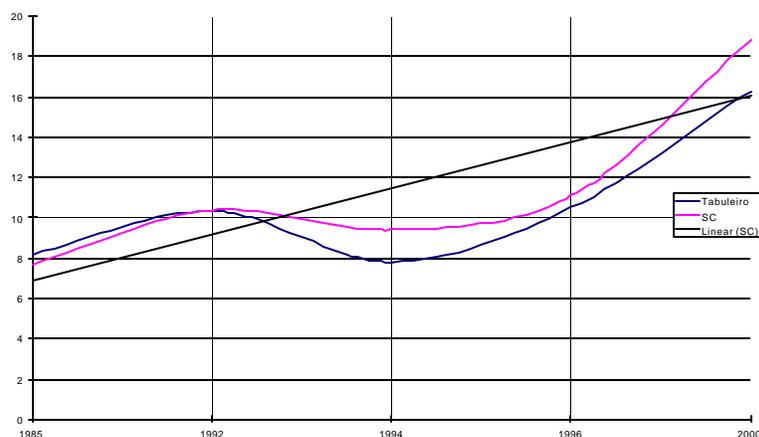


Gráfico 3 Produtividade (por ha) da Cebola na microrregião do Tabuleiro e em Santa Catarina (1985, 1992, 1994, 1996, 2000)



5.3.5 Ocupados no setor agrícola e composição da mão-de-obra ocupada

A queda do número de ocupados na agropecuária na microrregião do Tabuleiro foi uma consequência esperada das dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola na região. Entre 1980 e 1985 pode-se observar que o número de ocupados permaneceu estável, mas entre 1985 e 1995 se observou uma perda de 3.000 ocupados, ou seja, menos 20 % em relação ao total de ocupados em 1985. Essa perda de ocupados no setor agropecuário da microrregião coincide com a observada no estado de Santa Catarina, que ficou em 19 % no mesmo período.

Um dado significativo é que o percentual de mulheres ocupadas reduziu-se mais do que o percentual de homens. Enquanto entre os ocupados do sexo feminino a redução na ocupação agrícola foi de 21 %, entre os homens a redução atingiu apenas 16 %, o que mostra que tem se observado uma relativa masculinização entre os ocupados no setor agropecuário.

Um dado comum a todos os municípios da microrregião é a predominância da mão-de-obra familiar, que é superior a todas as demais formas de ocupação agrícola. A redução no número total de ocupados tem impactado fortemente sobre a mão-de-obra

familiar, reduzindo o número absoluto de membros da família ocupados, e também tem tido efeitos sobre as demais formas de ocupação. Embora o efeito líquido da redução de membros da família ocupados seja muito mais expressivo, e dite a dinâmica de perda de ocupações na agricultura da microrregião, vale mencionar que as demais formas de ocupação perderam espaço até mesmo em relação à mão-de-obra familiar. Os empregados permanentes, que representavam 3 % do total de ocupados em 1980, passaram a representar 2 % em 1995. Entre os empregados temporários a redução foi maior ainda, uma vez que eles respondiam por 6.9 % do total de ocupados em 1980, e essa participação foi de apenas 3.4 % em 1995. Também o número de ocupados classificados como parceiros sofreu, além de uma redução absoluta no número de ocupados, uma redução relativa. (Tabela 19)

Tabela 19 Composição da mão-de-obra ocupada na Agropecuária, por município, microrregião do Tabuleiro – 1980, 1985, 1995

		Familiar	Empregados permanentes	Empregados temporários	Parceiros / outra condição
Águas Mornas	1980	2170	8	20	17
	1985	2839	13	0	3
	1995	2035	15	10	11
Alfredo Wagner	1980	4848	176	700	171
	1985	5192	148	418	91
	1995	4514	53	80	21
Anitápolis	1980	2420	205	183	34
	1985	2555	52	28	5
	1995	2012	47	75	27
Rancho Queimado	1980	1095	62	35	25
	1985	1223	123	259	6
	1995	1112	92	108	18
São Bonifácio	1980	2268	11	76	108
	1985	2059	43	39	6
	1995	1971	44	154	39
MR Tabuleiro	1980	12801	462	1014	355
	1985	13968	379	744	111
	1995	11644	251	427	115

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1980, 1991 e PNAD, 1996

Como resultado desse movimento, a mão-de-obra familiar – mesmo sofrendo uma redução expressiva no número de ocupados -, passou a responder, em termos reais, por uma parcela ainda maior da mão-de-obra ocupada, chegando em 1995 a representar, na microrregião, 93,6 % do total de ocupados.(em 1980 a mão-de-obra familiar representou apenas 87% do total de ocupados).

No município de Rancho Queimado, observou-se uma tendência contrária aos demais municípios da microrregião, com a mão-de-obra familiar perdendo espaço, percentualmente, para empregados permanentes e, principalmente, para temporários. Foi também em Rancho Queimado que se observou, em 1995/96, a menor participação de mão-de-obra familiar no total de ocupados: 83,6 %.

5.4 Atividades não-agrícolas: indicadores e evidências a partir de um estudo de campo nos municípios de Alfredo Wagner e Águas Mornas

5.4.1 O ‘Novo Rural’ na microrregião: Algumas observações

No capítulo 3 assinalou-se que o mundo rural tem passado por uma série de mudanças no Brasil, em especial na última década. O fato novo, que vem sendo observado, é a emergência de novas funções, antes restritas aos espaços urbanos, e que passam a desempenhar um papel cada vez mais importante na estrutura ocupacional. Essas novas atividades passaram a contribuir com uma parcela crescente da ocupação, o que fez a atividade agrícola perder a condição de atividade hegemônica no meio rural. Dessa forma, as atividades agropecuárias tomadas isoladamente não poderiam mais dar conta de explicar a dinâmica econômica do meio rural brasileiro. (Mattei, 2000)

Nesse contexto, uma das hipóteses que orientam este trabalho, conforme explicitado no início deste trabalho, é que, no caso da microrregião do Tabuleiro, o crescimento dessas atividades não-agrícolas poderia mitigar o movimento migratório em direção à outros locais. Os dados disponíveis nas estatísticas oficiais, que poderiam ser utilizados para captar a evolução das atividades não-agrícolas no meio rural da microrregião – ocupados por setor - limitam a análise. No caso dos dados do Caged

(Cadastro geral de emprego e desemprego), do Ministério do Trabalho, e do BIM (Base de informações municipais) do Ibge, o problema é que eles não consideram a condição do domicílio do ocupado. Assim, no caso de considerar apenas os ocupados, sem a condição do domicílio, não é possível descobrir se são os moradores das áreas rurais que estão, de fato, ocupando-se nessas atividades. Além disso, é comum que muitas (talvez a maioria) dessas ocupações não-agrícolas de membros de famílias de agricultores sejam exercidas fora dos municípios da microrregião. Por outro lado, a Pnad do Ibge, considera a condição de domicílio dos entrevistados, mas, sendo uma pesquisa amostral, não pode ser desagregada ao nível de microrregião.

No entanto, se é que os dados estatísticos da Bim/Ibge e do Caged podem, pelo menos, sinalizar esse movimento que se pretende captar, vale observar que as atividades não-agrícolas estão em ascensão na microrregião. O crescimento expressivo das atividades industriais, de comércio e de serviços no período sinaliza a importância crescente de outros tipos de ocupação na microrregião³⁵. Possivelmente, os agricultores também figuram entre os novos ocupados nesses setores.

A necessidade de buscar um maior nível de compreensão do papel das atividades não-agrícolas na dinâmica migratória, motivou a realização de uma pesquisa de campo³⁶. Objetivamente, tal tarefa mostrou-se tão prazerosa quanto difícil, face a

³⁵ O setor de comércio e serviços passou a ocupar um número maior de pessoas em todos os municípios da microrregião. No total da microrregião, observou-se um crescimento de 240 % no número de ocupados no setor de comércio e serviços, entre 1980 e 1996. O maior aumento concentrou-se no período entre 1985 e 1996, crescendo em 157 % o número de ocupados. No município de Alfredo Wagner o aumento foi de 420 % nesse período, com 500 ocupações criadas no setor. O município com o menor crescimento entre 1985 e 1996 foi Rancho Queimado, com aumento de apenas 6 %. Considerando todo o período, o município com maior crescimento foi Águas Mornas, com aumento de 604 % no número de ocupados. Rancho Queimado e Anitápolis tiveram o menor acréscimo, 23 % e 39 %, respectivamente. As ocupações industriais tiveram um desempenho mais modesto. Entre 1980 e 1985 observou-se uma redução de 37 %, compensada por um aumento de 170 % entre 1985 e 1996. Ao final do período, o crescimento foi de 71 %. Os maiores aumentos por município foram observados em Alfredo Wagner e Rancho Queimado. Anitápolis contabilizou também no setor industrial as maiores perdas de ocupados, com redução de 88 %. (ver tabela no anexo 4)

³⁶ Antes de mais nada, vale ressaltar que a mais importante preocupação que orientou a realização da pesquisa foi a importância da atividade não-agrícola na manutenção do estabelecimento agropecuário,

limitação de recursos financeiros, materiais e de tempo. Por isso, é preciso advertir que o sentido dessa investigação não é quantificar a existência de atividades não-agrícolas no meio rural da microrregião. A proposta é, isto sim, abordar qualitativamente essas atividades na microrregião, e examinar em que medida a opção por atividades não-agrícolas representa (ou não) estímulo à permanência da população na área estudada. Será, portanto, testada, a hipótese de que a presença de atividades não-agrícolas pode produzir alguma diferença na dinâmica migratória, e portanto, na dinâmica demográfica (envelhecimento, masculinização, etc.)

A amostra selecionada foi extraída do público alvo da pesquisa, ou seja, famílias de agricultores, moradores da zona rural e envolvidos com atividades não-agrícolas³⁷. Durante a primeira quinzena de dezembro de 2002 foram entrevistadas doze famílias nos municípios de Alfredo Wagner (9) e Águas Mornas (3). Além disso, também foram visitadas algumas comunidades do município de Rancho Queimado, onde foram feitas algumas conversas com moradores locais. Na próxima seção são apresentados os principais resultados dessa pesquisa.

5.4.2 Os resultados da pesquisa de campo

Há fortes sinais de que o redesenho do meio rural observado no Brasil tem correspondente nos municípios visitados. Muito embora o número de entrevistas realizadas não pretenda refletir a quantidade de membros de famílias de agricultores que se dedicam às atividades não-agrícolas, em todas as entrevistas tem-se pistas de que o número desses casos é bastante expressivo. “Isso é o que mais tem!” era a resposta quase sempre ouvida quando perguntava-se aos entrevistados sobre agricultores ocupados em atividades não-agrícolas. Essas novas ocupações floresceram e se fortaleceram ao longo da década de noventa, e tem se tornado comuns nos municípios visitados. Elas são geradas em diferentes setores, tanto nos municípios da microrregião como nos municípios

permitindo que as pessoas continuem residindo nas áreas rurais. O que vale, portanto, é a condição de domicílio. Fica, assim, em um segundo plano, considerar o local onde essa atividade é exercida (se na microrregião ou fora dela).

³⁷ As famílias foram selecionadas a partir de indicações obtidas entrevistas preliminares realizadas nos municípios visitados.

vizinhos, e em especial no AUF (Aglomerado Urbano de Florianópolis). Além disso, no que é mais importante para este trabalho, pode-se notar que essas novas atividades tem uma importância decisiva na manutenção da maioria absoluta dos estabelecimentos em que as entrevistas foram realizadas.

Em relação às atividades, no levantamento foi possível identificar que os agricultores familiares estão envolvidos, nos municípios pesquisados, com comércio, olarias, serrarias, prestação de serviços - como distribuição de bebidas, tratorista e motorista -, agroturismo, produção de doces e compotas, fabricação de móveis, entre outros. Algumas podem ser vistas em todos os locais visitados, em alguns com mais força, em outros com menos, variando conforme as especificidades de cada município.

Embora em Rancho Queimado não tenha sido aplicado nenhum questionário, na passagem pelo interior do município pode-se verificar uma paisagem onde há uma presença muito marcante de chácaras e até mesmo de luxuosos condomínios rurais. Isso, por certo, cria também algumas novas ocupações, como as de chacreiro, conzinheria, diaristas, por exemplo, além de estimular uma série de outras de prestação de serviços. É verdade que essas chácaras muitas vezes ocupam propriedades que anteriormente eram estabelecimentos agropecuários. No entanto, não se pode negar que, na medida em que geram e estimulam novas ocupações na economia local, podem assegurar a permanência de outras famílias no meio rural. Ressalte-se, porém, que fazer essa constatação empírica não significa dizer que tais empreendimentos devam ser estimulados como uma alternativa de sobrevivência para a população da microrregião.

Rancho Queimado parece ser também o município onde o turismo é mais forte na microrregião, muito embora a região da grande Florianópolis esteja ainda muito abaixo do restante do estado na prática das várias modalidades de turismo rural³⁸. Há, na região de Taquaras, Rio Bonito e Rio dos Bugres vários restaurantes coloniais. No distrito de Taquaras também desenvolve-se uma agroindústria que beneficia o produtos dos agricultores locais. O principal produto beneficiado é o morango, e a partir dele se produz a geléia, que é o carro-chefe do empreendimento. Estão envolvidas diversas famílias da comunidade local, que dividem seu tempo entre o trabalho na agricultura – em especial

³⁸ Segundo dados do ICEPA, em estudo divulgado em 2002, apenas 8% dos empreendimentos turísticos rurais catarinenses estão localizados na região da Grande Florianópolis.

no cultivo do morango – e na agroindústria. Uma vez por ano realiza-se a tradicional festa do morango, que atrai para Taquaras visitantes de todo o estado.

Em Águas Mornas e em Alfredo Wagner o levantamento foi um pouco mais minucioso. Ali, podem ser encontrados um bom número de agricultores trabalhando em atividades não-agrícolas. Uma das atividades encontradas foi o comércio de produtos coloniais. Esse tipo de comércio é característico da agricultura familiar, e permite que o agricultor, ao comercializar o que produz, agregue valor aos produtos da lavoura. As perspectivas para o crescimento das atividades de venda direta de produtos da agricultura familiar são bastante promissoras, segundo recente estudo do Icepta (2002). A tradição e os hábitos dos consumidores, impulsionam fortemente a demanda por produtos artesanais ou coloniais, que vem crescendo, tanto no país como no estado.

A indústria local, embora débil, também gera algumas ocupações para os membros de famílias de agricultores. São ocupações em serrarias, olarias, indústria de móveis. Junto dessas atividades, há lugar para outras, como a produção de doces e compotas, que são vendidas na região. Além disso, há outros serviços, como o de tratorista, a distribuição de bebidas, ou ainda o trabalho em restaurantes e postos de gasolina que crescem as margens da BR 282.

Em Lomba Alta, distrito de Alfredo Wagner, as várias olarias ocupam mão-de-obra de agricultores. Nesta localidade, funciona também uma indústria de móveis, que conta com 20 funcionários. A maioria, porém, não trabalha mais na agricultura comercial, mas produz apenas para subsistência. Após a conversa com o proprietário da empresa, J.R.G., não ficou difícil entender essa situação. Segundo ele, as horas extras trabalhadas na indústria de móveis rendem muito mais para os agricultores do que o trabalho na roça. Junte-se a isso que, nas suas palavras,

“O empregado bom não faz outra coisa. Eu pago o funcionário pelo mês inteiro. Se ele passa os fins de semana, ou as horas depois do trabalho aqui na fábrica, cultivando a roça, chega aqui no outro dia cansado, com a língua de fora, e não produz nada.”

De seu ponto de vista, portanto, o empregado não poderia dispor de seu tempo fora da empresa como quisesse, uma vez que o empregado é remunerado inclusive pelas

horas de folga(!). Naturalmente, o fato de que o empregado descontente pode ser rapidamente substituído parece um motivo suficiente para que ele se dedique apenas ao trabalho na fábrica de móveis.

Também em Lomba Alta foi entrevistado um agricultor, J.G., que divide seu tempo trabalhando na roça e prestando serviço para outros agricultores como tratorista. Ele, a mulher M.G. e duas filhas plantam roças de cebola para vender no mercado, além de também cultivarem produtos para o auto-consumo. Embora o trabalho como tratorista seja considerado por ele muito importante para a manutenção da família, o expressivo aumento no número de tratoristas nas proximidades tem reduzido muito os seus ganhos no período recente. Rapidamente ele citou cinco ou seis casos de vizinhos que compraram trator e trabalham prestando serviços no últimos anos. O aumento no preço do combustível, desde a implantação do Plano Real, também, segundo ele, diminui sua rentabilidade. Outra ocupação encontrada foi a de intermediário, que se diz “motorista de caminhão”. Em uma entrevista em Águas Mornas o motorista V.W., que é agricultor em tempo parcial, explicou a forma como “trabalha” com os colonos, onde salta a vista a importância da relação de confiança entre o agricultor e o intermediário.

“Eu pego (o produto) dos colonos e levo pro CEASA (Central de abastecimento do estado, em São José), depois vejo quanto eu consigo pegar – porque o preço é todo dia diferente - tiro a minha parte e passo o resto pra eles”

Com efeito, os prejuízos com as variações de preço no mercado, dessa forma, caem diretamente sobre os produtores, que aceitam as perdas confiando na palavra do intermediário.

Além dessas ocupações geradas na economia local, há uma grande parte que é exercida fora da microrregião, em especial nos municípios do AUF (Aglomerado Urbano de Florianópolis). Tal situação pôde ser observada nos dois municípios visitados. Neles, a proximidade do AUF permite que as pessoas se ocupem nos municípios da região metropolitana, onde permanecem durante toda a semana. Nos finais de semana eles retornam para suas casas, trazendo junto, na maioria dos casos, uma parcela da renda que auxilia na manutenção da unidade familiar.

A ocupação de moradores do Tabuleiro no AUF guarda relação também com o asfaltamento da BR 282. Como até os anos oitenta a decadência de microrregião do Tabuleiro era associada a dificuldade de acesso ao centro maior (o AUF), o discurso dos políticos locais exaltava o progresso que a microrregião colheria após o asfaltamento. O asfalto se tornou a reivindicação básica dos moradores locais, entendido como o único modo de trazer o “progresso” para a região e acabar com a fuga de população. Pelo contrário, porém, o fluxo de população em direção ao AUF foi antes facilitado pelo asfaltamento. O asfalto, que, por um lado, facilitou as migrações para fora da microrregião, por outro permitiu que uma parte da população continuasse a morar na microrregião, mesmo trabalhando no AUF. É evidente que, em alguns casos, estar ocupado fora da microrregião pode ser um primeiro movimento, que desemboca no abandono definitivo da região. Mas o fato de estar ocupado em atividades não-agrícolas fora da microrregião não significa exatamente que a pessoa vai migrar. Pode acontecer que o indivíduo pretenda continuar morando na área rural, mesmo que tenha que submeter-se a um permanente movimento de ida e volta entre a área onde está ocupado e a área onde reside. Nesse caso, a única forma de explicar as diferenças entre os que ficam e os que migram é recorrendo a identificação dos motivos (individuais) que impelem uns ao movimento e outros não.

A construção civil (em geral, homens) e os serviços domésticos (mulheres) parecem ser os principais setores em que essa mão-de-obra é utilizada. Cabe destacar que as condições de exercício dessas ocupações, em especial na construção civil, mereceriam ser mais bem discutidas. O que pode ser percebido é que esses trabalhadores, em geral, são empregados sem carteira assinada, que cumprem grandes jornadas, trabalham por empreitada e podem ser dispensados sempre que a empresa achar necessário. Isso é, aliás, visto com bons olhos pelos agricultores, que vêm no trabalho por empreitada uma possibilidade de aumentar seus rendimentos, e se destacar frente aos demais operários, pois “o pessoal do interior é mais trabalhador”. Numa das entrevistas, o pai, I.S. se refere com orgulho ao fato de o filho, que começou trabalhando como servente, após dois anos indo para Florianópolis, já estar trabalhando como pedreiro. Além disso, ressalta que o filho só ficou sem trabalho uma duas ou três vezes, nunca porque ele não era um bom trabalhador, mas sempre porque “a empresa estava sem serviço”. O fato do filho ficar

desocupado, nessas condições, não é demérito algum, nem para o trabalhador nem para o empregador. Estar desocupado em alguns períodos é, visto por ele, uma consequência natural para quem escolhe envolver-se nesse tipo de atividade.

Esses trabalhadores normalmente viajam para o AUF levando apenas uma bolsa com roupas, e ficam alojados, durante toda a semana, em precários barracos, construídos no terreno em que a construção está sendo realizada. Ali é onde comem, dormem e tomam banho em banheiros improvisados. A vantagem de morar nesses “barracos” é que se economiza o aluguel, com o que “sobra mais dinheiro”. O custo de reprodução dessa força de trabalho fica, portanto, significativamente menor.

Na grande maioria dos casos, a contribuição da ocupação não-agrícola para a manutenção da unidade familiar de produção é tão expressiva que o estabelecimento fecharia caso tal ocupação fosse perdida³⁹. Em uma família entrevistada em Alfredo Wagner, a esposa, dona V.S., se desloca semanalmente para Florianópolis onde cuida de uma senhora idosa. Nos finais de semana ela volta para casa, em Catuíra, uma comunidade rural do município, onde o marido planta milho, cebola e cria gado de corte. Além de trabalhar toda a semana, nos finais de semana dona V. ainda ajuda o marido na propriedade.

Nessa família (como é comum na agricultura familiar), a renda não é dividida⁴⁰, o que permite a continuidade da exploração agropecuária, que recebe constantemente investimentos de recursos que dona V. obtém em sua ocupação em Florianópolis. A pecuária, aliás, já se tornou mais importante que a agricultura, que era a atividade predominante nos últimos anos. Nas palavras do marido de V.S.,

³⁹ Apenas um dos entrevistados, que tem os filhos ocupados na construção civil na Grande Florianópolis, disse que baixos rendimentos obtidos muitas vezes não permitem sequer que esses indivíduos auxiliem na reprodução da família. O agricultor de Águas Mornas, M.V., quando perguntado se eles contribuem para a renda familiar de alguma forma, foi enfático: *“eles só vem aqui final de semana pra incomodar. E não ajudam em nada, e até pedem dinheiro pra gente”*

⁴⁰ A renda familiar recebida por cada membro da família é do conjunto da família e não apenas do indivíduo.

a agricultura não dá mais nada, agora criar gado é que está salvando. Na agricultura não estava dando nem pra sobreviver. (...) Se não fosse o trabalho dela eu não sei o que ia ser....a gente sempre precisa investir antes, um tratinho pro gado, sal, adubo...

Após esse depoimento parece redundante falar que, nos casos pesquisados, um fator importante que empurra as famílias para a atividade não-agrícola são as dificuldades enfrentadas na atividade agrícola. A impossibilidade de sobreviver unicamente da agricultura, face às dificuldades enfrentadas – baixo rendimento, pouco crédito, alto custo dos insumos, etc. –, que foram acirradas na última década, tem feito com que a ocupação em atividades não-agrícolas se torne uma alternativa – por vezes a única - ao abandono da propriedade. As formas de expressar essa situação são várias. O jovem agricultor A. S., de Caeté, distrito de Alfredo Wagner, por exemplo afirmou que a coisa que mais gosta de fazer é trabalhar na agricultura. No entanto, trabalhar só na agricultura já não é mais possível, e, há três anos, ele e a esposa dividem seu tempo entre o trabalho em uma serraria e a lavoura.

“Se for pra sustentar a casa (trabalhando só na agricultura), não dá conta, tirar da roça pra comprar comida...você só trabalha pra comer. Sem passear, sem comprar roupa nem nada, vivendo ‘quinem’ um bicho do mato. Eu tô achando que a agricultura tá ficando em último lugar. Como é que o agricultor vai viver só da cebola? Eu investi (esse ano) 2,8 mil e tirei quase 5 mil. Mas a gente tem o outro serviço na serraria. Mas o colono, que vai viver disso, tendo que comer e passar o ano todo, como é que vai dar?” (A S.)

Esse é também o caso da família de A N. . Ele, a mulher e dois filhos (um de 14 e outro de 8 anos) cultivam roças de cebola, também em Alfredo Wagner, só que na comunidade de Demoras. Há 3 anos, A N. também vende adubo que traz de cidades próximas com o caminhão que – como gosta de destacar - recebeu de herança (“não veio da roça!”). Sua esposa, dona E.B.N., ajuda na renda familiar fabricando doces, bolos, etc. que são vendidos, por ela mesma, na cidade de Alfredo Wagner, de casa em casa.

“de uns anos pra cá (a agricultura) não dá mais nada. A gente até continua, mas cada vez mais desacorçoado. E só na agricultura não dá mais. Comprar uma peça de roupa com o dinheiro da roça tá ruim. Aí a gente foi obrigado a fazer também outras coisas, a gente tira um pouquinho daqui, um pouquinho dali e dá pra viver, vive dos dois lados, metade cada um. (A N,)

Tanto em Águas Mornas como em Alfredo Wagner, os agricultores entrevistados fizeram referência à piora nas relações de equivalência entre os produtos da agricultura e produtos comprados, tanto para o consumo pessoal quanto os necessários para a realização de plantações.⁴¹ Assim, é ilustrativo que, enquanto o preço do adubo e dos defensivos aumentaram muito desde 1994, a cebola, um dos principais produtos da lavoura em Alfredo Wagner, continue sendo vendida praticamente pelo mesmo preço. O agricultor I. S., de Águas Mornas, que planta predominantemente batatas, também expressou esse situação,

“a agricultura tá muito desvalorizada. Antes, com um saco de batatinha eu comprava um bujão de gás. Agora dois sacos de batatinha compram um bujão de gás.”(I.S.)

Além disso, os “remédios” utilizados na produção agrícola são cada vez mais caros, e substituir por outros não é possível. Isso porque para obter algum resultado e não correr o risco de perder a produção, “tem que usar veneno, e tem que ser o melhor veneno, e é caro.”⁴²

⁴¹ No anexo 5 exemplificamos as relações de equivalência entre os produtos da agricultura (tomate e cebola) e o adubo, um dos insumos mais importantes no processo de produção de tais cultivos. O cálculo desse indicador é realizado anualmente pelo ICEPA em Santa Catarina.

⁴² Na esteira dessa constatação, cabe um breve relato sobre a produção agroecológica. Segundo pode ser captado em algumas entrevistas, ela tem sido estimulada em fóruns locais, incentivados pela AGRECO (Associação do Agricultores ecológicos das encostas da serra). No entanto, os agricultores entrevistados entendem que a opção pelo agroecológico pode ser, para eles, muito arriscada, pois nem a associação, nem o governo lhes asseguram garantias de comercialização da produção. A queda na produtividade observada quando se adota a chamada produção limpa representa, desse modo, um risco aos agricultores, podendo comprometer sua sobrevivência. Assim, os agricultores consultados sobre o tema mostraram-se convictos

Mas apesar de todos os riscos e dificuldades associadas à atividade agrícola, foram narrados casos particularmente interessantes, em que agricultores recorrem ao não-agrícola apenas como uma forma imediata de sobreviver e de recompor perdas sofridas em safras anteriores. Assim que é possível pagar as dívidas e ser capaz de tomar novos financiamentos, eles retornam para a agricultura, sempre esperando “acertar uma safra”.

Tem pessoas que trabalham em outras atividades muitas vezes pra se ajeitar, e pra pagar as dívidas no banco. Tem famílias quem ganham até mil reais por mês, aí se ajeita. As vezes os pais continuam e os filhos saem pra trabalhar fora. Ficam um ano, dois anos se preparando, ganhando dinheiro pra voltar pra roça. Os filhos trabalham final de semana também na agricultura, e durante a semana trabalham fora pra ganhar dinheiro pra família comer. (...) Eles não são justos com o patrão também, porque logo que podem sai fora, volta pra agricultura.” (AS.)

Embora, nesse caso, não haja regra geral, pode-se afirmar que o mais comum é que, após a safra, a situação se repita. Assim, o agricultor, frustrado, volta a ocupar-se nas olarias e serrarias da região, se submete à longas jornadas de trabalho fatigante, para novamente pagar as dívidas adquiridas. Esse caso ilustra um tipo de agricultor que prioriza a atividade agrícola, e que abandonaria a atividade não-agrícola caso fosse possível sobreviver unicamente da agricultura.

Em outros casos, o agricultor não tem interesse em continuar investindo na agricultura, e pretende até mesmo abandonar a atividade agrícola nos próximos anos, embora continue no meio rural. Esse é o caso de E.H., morador de Picadas, em Alfredo Wagner, que já retira cerca de 90% da renda da família de um pequeno estabelecimento comercial que mantém às margens da BR 282. Quando ele começou na atividade, há 7 anos, vendia apenas os produtos coloniais que a família produzia. Hoje, a maior parte do que produz é para auto-consumo, negociando apenas um pequeno excedente e vendendo produtos de agricultores vizinhos, “só gente de confiança”.

de que “sem remédio não funciona” e de que “esse pessoal (que se envolve com agroecologia) vai tudo morrer de fome”.

O mais comum, no entanto, foi encontrar agricultores que dividem seu tempo entre as atividades agrícolas e não agrícolas, nas quais retiram rendimentos mais ou menos semelhantes. Assim, apenas um dos entrevistados afirmou que, caso perdesse a ocupação não-agrícola, a família não ficaria em piores condições. Para a maioria, a impossibilidade de exercer a ocupação não-agrícola, além de piorar a condição do estabelecimento, resultaria em abandono da propriedade e migração. Constitui-se, desse modo, o papel da atividade não-agrícola na dinâmica migratória: o reforço dessas atividades se torna uma condição básica para a manutenção das famílias na microrregião, face a redução da renda obtida na atividade agrícola. Enquanto a agricultura, dessa forma, cria condições para a intensificação dos fluxos migratórios para fora da microrregião, o crescimento das atividades não-agrícolas atenua esse movimento, garantindo condições para a sobrevivência da população local.

A decisão de migrar, porém, está cercada de diversos outros condicionantes. As condições estruturais, até aqui expostas, atingem diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos, e os seus efeitos são também diferentes. A forma de captar essas diferenças é separando, numa dada população, aquilo que Singer (1990) chama de motivos das migrações. Os motivos da migração estão, para esse autor, relacionados a determinadas características dos indivíduos. Com efeito, como já foi afirmado anteriormente nesse trabalho, alguns indivíduos, como os mais jovens e os mais instruídos, por exemplo, tem uma tendência maior a migrar. Sem pretender esgotar os motivos que estão envolvidos na decisão de migrar, podem ser feitas algumas observações.

Uma primeira poderia se feita em relação à idade. No caso dos jovens, aliás, até mesmo o envolvimento em atividades não-agrícolas parece ser mais comum. Parece ser mais fácil que eles procurem atividades não-agrícolas para se ocuparem, principalmente quando se trata de atividades exercidas fora do estabelecimento. Os motivos que levam os mais jovens à ocupação não-agrícola e à migração podem ser parecidos também. Um agricultor nos disse que ,

“Hoje em dia só os velhos querem saber de ficar na agricultura, os novos não querem nem saber de plantar. Até pra comer, o que é comprado no supermercado é (para eles) melhor. Só comem coisa do supermercado.” M.V.

Já outro jovem entrevistado em Demoras, Alfredo Wagner, que trabalha como técnico administrativo em uma fábrica de móveis do município disse que, embora os pais ainda trabalhem na roça, ele saiu: *“Eu saí da roça porque não gostava”*. Na maioria dos casos, migrar significa trocar o certo pelo duvidoso, arriscar *“passar dificuldades vivendo num barraquinho na cidade depois de vender tudo o que tem”*. Isso assusta os mais velhos, que parecem ter muito mais a perder. Para os jovens, quase sempre há a garantia do “porto seguro” dos pais na agricultura, para o caso da tentativa de migrar ser malsucedida.

Além da idade, o grau de instrução, junto com a baixa qualificação profissional pode ser apontado como um outro motivo importante para entender porque alguns não migram.

“Não tem saída. Com cinquenta e poucos anos, sem estudo, pra viver numa cidade...se tivesse um curso, um estudo meio alto...é obrigado a ficar ali. E depois a gente gosta, a gente faz a vida toda. Diz que quando sai a vontade é sempre voltar.” M.S.

Há diferença de percepção em relação a migração dentro de algumas famílias. Quando perguntou-se a uma família em Alfredo Wagner o que faria se a situação piorasse, a esposa, que até então não havia se manifestado, rapidamente disse que *“aí tem que sair mesmo. Ir pra uma cidade maior, tipo Blumenau...”* O marido reagiu, também rapidamente: *“não, não, a gente dá um jeito! Planta um pouquinho pra não ficar parado e trabalha no frete. Os dois dá.”*

Podem ser mencionados ainda outros motivos, como o agravamento, na cidade, dos problemas típicos do congestionamento urbano numa sociedade capitalista, com o aumento da violência, do desemprego, etc. A impressão de que *“a cidade já está grande demais”* e de que *“a cidade já tá cheia”* apareceu como argumento para não migrar. Há ainda as respostas românticas como *“Tem raízes na roça, aí é o capeta!! O cara sente saudades do tempo da roça.”* ou *“diz que, quando sai, a vontade é sempre voltar”*.

Por fim, vale mencionar um último motivo, menos romântico, citado para explicar a permanência na área rural: o baixo custo de reprodução da família. Um agricultor em Águas Mornas foi direto ao ponto:

“No meio rural um salário mínimo vale muito: vale mais que dois na cidade. Aqui tem lenha e tem água com fatura, não tem desperdício!”

*

*

*

Uma palavra sobre a ação estatal. Embora pareça que a necessidade de intervenção estatal é premente, pouco tem sido feito nos últimos anos. As políticas públicas não parecem, de forma alguma, suficientes para a manutenção dos estabelecimentos agropecuários. Isso não significa dizer que elas não ajudam em nada, pelo contrário. O atendimento nas áreas de saúde e educação, por exemplo, foi apontado como “muito bom”.

No plano local, em alguma medida transparece a impressão de que a prefeitura tem pouca margem para investir. A escassez de recursos na prefeitura se transforma, assim, num argumento para a não ação estatal. Além disso, justifica que alguns tipos de serviços que são feitos pela prefeitura sejam cobrados da população local. Um exemplo curioso disso apareceu em Águas Mornas. As vésperas de uma eleição o agricultor recebeu a promessa de um vereador de que a ligação de sua casa com a estrada do distrito seria feita pela prefeitura. A distância era de cinco metros, e era necessário apenas alargar um pouco a estrada com uma máquina. Duas semanas depois que o serviço tinha sido feito, o padre, na missa, alertou que *“havia gente da comunidade devendo pra prefeitura.”* Na primeira semana o agricultor achou normal,

“ Uma vez eu nem me incomodei, mas quando o padre pediu pela segunda vez eu vi que tinha alguma coisa errada...”

Após ir até a prefeitura, o agricultor descobriu que o devedor era ele, e a dívida era de R\$ 23,00, o preço do combustível gasto na abertura da estrada. Cobrar por alguns serviços é um procedimento normal também em Alfredo Wagner. Ali, as pessoas que precisam de atendimento médico especializado (oftalmologistas, endocrinologistas,

cardiologistas, etc.) pagam R\$ 10,00 e embarcam em um ônibus contratado pela prefeitura para levá-los para os hospitais de Florianópolis ou São José.

No caso da assistência técnica, predomina a impressão de que há um vácuo enorme no apoio público. *“Antes os técnicos da EPAGRI vinham, mas hoje em dia...só ficam lá na cidade ganhando dinheiro. Não fazem mais nenhuma visita”*.

Em relação ao Pronaf, que é o grande programa do governo federal para a agricultura familiar, há algumas limitações que merecem ser apontadas. Em primeiro lugar, o crédito é insuficiente. Segundo os agricultores, o limite de 5 mil reais que o programa oferece garante apenas a produção de um pouco mais que 1 hectare de cebola. Em segundo lugar, só crédito é insuficiente. O agricultor não precisa apenas de crédito, mas também de subsídios, de preços mínimos, de seguro agrícola. Mesmo se o programa de apoio à agricultura familiar continuar com seu viés fortemente agrícola (o que já é um grave erro), para garantir a manutenção dos estabelecimentos de agricultura familiar há necessidade de garantir muito mais do que crédito aos agricultores. Uma questão levantada diz respeito ao seguro agrícola. *“Se a pedra (granizo) come a cebola não dá mais nada, e tu vai fazer o que? Se tivesse, pelo menos te salvava da dívida no banco.”*

Além do mais,

“(...) O cara tem tudo na mão pra produzir mais(em um país onde dezenas de milhões passam fome), tem terra, tem recursos, mas não vale a pena produzir”

Conforme já discutido no capítulo três, outro ponto crucial em relação ao Pronaf é a questão de quem são os agricultores que podem ter acesso aos benefícios do programa. O colono forte⁴³, naturalmente, não encontra dificuldades para obter generosos empréstimos. No entanto,

“O colono pobrezinho, que precisa mesmo, chega no banco e é humilhado e não consegue nada. Quando você tá bem, o cara do banco é teu amigo, vem na tua casa com

⁴³ Colono forte é uma expressão que designa o agricultor em boa situação econômico-financeira. Traçando um paralelo com o tipo de agricultor definido no Pronaf, seriam os agricultores “consolidados” e, em alguma medida, os agricultores “em transição”.

uma bacia quando tu mata um porco(pra levar carne). Quanto tu te apura, ele nem te cumprimenta mais, só te cerca as vezes e diz: ei fulano, tua conta já tá estourada!”

Capítulo 6 - Considerações finais

Nos últimos anos a economia capitalista mundial tem passado por uma série de transformações, que implicam na crescente pressão por ganhos de produtividade e eficiência no uso de recursos. Essas transformações afetaram também o meio rural, e produziram efeitos que podem ser observados e sentidos no plano local. Não é difícil notar que, muitas vezes, essas mudanças podem simplesmente solapar as bases da existência de populações inteiras.

Tendo essa problemática como pano de fundo, este trabalho procurou estabelecer uma relação entre a decadência econômica de uma microrregião específica e os fluxos migratórios ali originados. Estes podem, sem dúvida, ser considerados como um dos principais subprodutos daquela decadência. Assim, ao longo desse trabalho procurou-se descobrir e estabelecer nexos causais entre as migrações e as transformações econômicas observadas na microrregião do Tabuleiro, em Santa Catarina, ao longo dos anos oitenta e noventa.

De fato, notou-se que é possível entender as migrações conforme proposto por Singer (1990), ou seja, como um resultado de transformações estruturais que ocorrem na economia. O movimento de pessoas no espaço é percebido como um fenômeno reflexo, produto daquelas transformações e sujeito a elas.

Embora admita-se que os motivos individuais possam atuar na decisão de migrar, considera-se que essa atuação tende a ser secundária, ocorrendo só depois que o primeiro impulso à migração já foi dado pelos fatores estruturais. A partir daí, atuam os motivos individuais, e pode ser observado que os jovens migram mais, os velhos menos, os mais instruídos, as mulheres, etc.

Assim, o determinante primeiro das migrações, o que de fato deflagra o processo, são as transformações estruturais na economia. A partir do momento que uma região sofre transformações(ou sofre com as transformações), está dado o impulso fundamental para que as pessoas se ponham em movimento. Nessa linha, Singer propõe também a adoção de uma análise que considere a ação de fatores de expulsão e dos fatores de atração para entendimento dos fluxos migratórios. Naturalmente, os fatores de atração

apenas exercem algum efeito a partir do momento em que os fluxos já foram gerados pela ação dos fatores de expulsão, conforme descrito no capítulo dois.

Contemplando essa visão, buscou-se continuamente elencar causas e motivos que pudessem ser capazes de explicar a geração dos fluxos migratórios para fora da microrregião do Tabuleiro e seus efeitos sobre a dinâmica demográfica. Observou-se que, na economia dessa microrregião, podem ser identificados elementos que permitem explicar a dinâmica migratória ali observada nas duas últimas décadas.

Ora, a base da economia na referida microrregião é a agricultura, praticada em pequenas propriedades e utilizando mão-de-obra familiar. Conseqüentemente, sua evolução no período recente foi considerada a peça chave para a explicação das migrações a partir daquele espaço.

Desde os anos setenta a agricultura brasileira sofreu um amplo processo de modernização, a chamada “revolução verde”. Na forma como foi concebida e implementada, essa modernização desfavoreceu os pequenos produtores e beneficiou os grandes. No caso da microrregião do Tabuleiro, esse processo teve efeitos e pôde ser percebido nos anos oitenta e, talvez ainda mais fortemente, nos anos noventa. Pode ser verificado um uso cada vez maior de insumos ditos modernos pelos agricultores do Tabuleiro. O número de tratores, o uso de fertilizantes, defensivos, etc. ganharam o lugar de técnicas mais primitivas de produção, como a tração animal, que perderam espaço e se tornaram mais raras.

O crescente uso desses insumos modernos tem efeitos importantes. Um primeiro deles é reduzir significativamente a necessidade de mão-de-obra. Inicialmente, os dispensados tendem a ser os contratados. Os dados do Censo Agropecuário mostram que, na microrregião do Tabuleiro, a mão-de-obra de empregados reduziu-se significativamente no período estudado. No entanto, os próprios agricultores familiares podem ser forçados a se deslocar para outras atividades. Ao serem retiradas as condições de sobrevivência dessas pessoas, pode não restar para elas nenhuma alternativa, a não ser migrar para as débeis áreas urbanas da microrregião ou mesmo para as regiões vizinhas.

Como um resultado da intensificação da modernização, a produtividade daqueles que são os principais cultivos da lavoura na microrregião aumentou expressivamente ao longo do período estudado. No entanto, mesmo com aumentos expressivos, a

microrregião perdeu espaço para as demais microrregiões do estado no que concerne a produtividade desses cultivos. De fato, em três dos quatro produtos investigados, o Tabuleiro, que possuía uma produtividade superior ao restante do estado em 1980, apresentava uma produtividade bem inferior em 2000. Assim a maioria dos agricultores familiares da microrregião não conseguiu atingir níveis de produtividade suficientes para competir no mercado. A exclusão de produtores familiares, incapazes de sobreviver no meio rural, deu impulso às migrações.

Os dados levantados mostram muito claramente que a microrregião do Tabuleiro se posiciona no Estado de Santa Catarina como uma área de expulsão de população. O saldo migratório negativo, a perda absoluta de população, e, em alguns casos, até mesmo a perda de população urbana, podem ser ali observados. Essa perda de população segue tendência observada em outras áreas rurais catarinenses, tanto em seus condicionantes como em seus efeitos sobre a composição demográfica.

Assim, os mais jovens representam um percentual cada vez menor da população microrregional, pois tendem a migrar mais. O envelhecimento populacional por certo tem efeitos perversos sobre aquele espaço, podendo até mesmo comprometer o desenvolvimento regional. A população rural também perdeu espaço para a população urbana na microrregião. Embora a população do Tabuleiro continue a ser essencialmente rural (cerca de 70%), a urbanização avançou no período. Em parte esse processo pode ser creditado à expansão dos perímetros urbanos ao longo dos anos noventa.

Embora não se tenha procurado descrever a orientação dos fluxos ali originados, parece correto considerar a hipótese de que eles estejam se dirigindo em especial para os municípios do aglomerado urbano de Florianópolis (AUF). Um dado a ser considerado é que o percentual que a microrregião do Tabuleiro representa da população da Mesorregião da Grande Florianópolis, na qual ela está inserida, é declinante. Ressalte-se que o AUF é localizado a menos de 100 quilômetros da sede de Alfredo Wagner, que é o município da microrregião mais distante do AUF. Há autores que sinalizam a existência desse movimento de microrregiões vizinhas em direção ao AUF, mas deve-se assinalar que ele ainda não foi cuidadosamente estudado.

A perda de população sofrida pelo conjunto da microrregião se deu de forma diferente em cada um dos municípios que a compõem. Mesmo que não se tenha

pretendido explicar essa diferença, pode ser notado um comportamento heterogêneo dos fluxos em cada um dos municípios. Enquanto Águas Mornas e Rancho Queimado apresentam sinais de que o movimento de perda de população parece ter sido estancado, em outros, como Anitápolis, a perda de população continuou ao longo dos anos noventa. O diferente desempenho do setor agrícola poderia explicar porque, em especial a partir dos anos noventa, essa situação pode ser observada. O crescimento dos cultivos agroecológicos, poderia estar mais concentrado nesses municípios. Uma outra pista para explicar essa diversidade é o possível sucesso no desenvolvimento de atividades não agrícolas. As atividades não-agrícolas são objeto de especial interesse nesse trabalho.

As transformações econômicas anteriormente citadas ensejam vários tipos de reações, na medida em que seus efeitos são sentidos pela população local. Uma delas é a migração, ilustrada pelos dados obtidos. Mas, no período recente, pode ser verificado que a migração não constitui a única alternativa. Não se duvida que a sobrevivência dos agricultores familiares unicamente a partir de atividades agrícolas tradicionais está cada vez mais difícil. Tanto em termos de geração de renda, como em relação à criação de oportunidades de trabalho, a sobrevivência das famílias na agricultura parece estar comprometida. O fato novo é que, com essa situação, muitos agricultores têm sido levados a buscar novas formas de ocupação, tanto dentro quanto fora da propriedade, seja na microrregião do Tabuleiro, seja em outros locais, sem necessariamente migrar. Embora o movimento migratório continue marcando bastante o meio rural, nos anos noventa se verificou que as dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar na atividade agrícola podem não se traduzir em migração e abandono da área rural. O motivo básico é que as atividades não-agrícolas ganharam terreno, e passaram a assumir uma importância cada vez mais decisiva na manutenção das famílias de agricultores nas áreas rurais. Em alguns casos, até mesmo para a manutenção da atividade agrícola as atividades não-agrícolas se tornaram importantes.

Como se observou na pesquisa de campo, essa situação mostra que os agricultores familiares são capazes de buscar fontes alternativas de renda para sobreviver, mesmo que essas fontes alternativas estejam fora da atividade agrícola. E mais: mesmo que estejam em outro município, mas sem que essa busca se traduza em migração. As famílias de agricultores que puderam ter acesso a fontes alternativas de renda na microrregião em

análise, conseguiram manter o estabelecimento agrícola e permanecer no meio rural. É verdade que não na melhor das condições, pois, afinal, trata-se de capitalismo, mas ainda assim não tiveram que migrar.

O comentário anterior, sobre as condições dos contingentes que ficam, enseja a seguinte postulação: deve-se rechaçar qualquer visão idílica que, porventura, se possa ter a respeito dessas atividades não-agrícolas no meio rural. Embora elas possam contribuir para assegurar a permanência das pessoas no meio rural, contendo as migrações, como transparece ao longo do trabalho, isso pode não significar propriamente melhoria de condições de vida. Alguns dos ocupados fora da microrregião, como os ocupados em atividades nos municípios visitados da microrregião, se sujeitavam a trabalhos braçais e mal remunerados. No entanto, pode-se dizer que o movimento de expulsão de população pode ser, em alguma medida, freado, em especial ao longo da última década, quando as atividades não-agrícolas começaram a assumir maior importância na microrregião.

As alternativas à migração observadas na microrregião pouco ou nada tiveram de intervenção estatal. Em nenhuma instância o poder público atuou de maneira decisiva para a diminuição dos fluxos migratórios. Tanto em relação à agricultura quanto em relação às outras atividades, o governo não se preocupou em formular políticas específicas que desestimulassem a fuga de população daquela microrregião. Talvez por causa desse desinteresse, de um modo geral, o tema das migrações tenha se revelado tão importante no discurso de muitos candidatos aos cargos eletivos no Estado de Santa Catarina em 2002.

No plano federal, o Pronaf representa, por certo, uma iniciativa importante, capaz de reverberar na questão das migrações, mas contém ainda uma série de problemas que comprometem seus resultados. Excluir os agricultores ditos “periféricos”, que são os que mais precisam dos benefícios do programa, não parece ser uma medida adequada, ainda mais quando esses agricultores têm condições de continuar se reproduzindo no meio rural por meio da complementação da sua renda com o que proporcionam ocupações em outras atividades. Além disso, o limite estipulado como teto de auxílio no programa, de cinco mil reais, é considerado insuficiente pela maioria dos agricultores.

À parte essa discussão acerca da questão do crédito, sobre ser caro ou não, e ser suficiente ou não, há que se considerar que crédito, embora necessário, não constitui a

única necessidade para os agricultores familiares. De fato, há casos em que o agricultor, mesmo possuindo condições de investir, não o faz porque não vale a pena, em virtude dos baixos preços recebidos e da baixa produtividade que eles podem obter. Incapazes de aumentar a produtividade, não lhes resta senão parar de produzir. Nesse caso, obviamente, as possibilidades associadas à atividade não-agrícola acabam tornando-se cruciais para a sobrevivência da família de agricultores, e o apelo inerente é quase irresistível. O olhar para esse novo mundo rural, portanto, percebendo os seus traços e demandas, deveria orientar as políticas públicas.

Por fim, cabe apresentar uma última reflexão, ensejada pela pesquisa que embasou esta dissertação, sobre a temática das migrações. É claro que o fato das pessoas estarem em movimento não pode, em si, ser entendido como um problema social. Sendo assim, poderia parecer que qualquer ação estatal que visasse regular esses fluxos seria injustificada. Dentro da modelagem neoliberal, é defendida a idéia de que é necessário buscar uma mobilidade do fator trabalho próxima da perfeição. Isto é, desde que seja – e até onde for - interessante, que haja liberdade aos fluxos de trabalho.

No entanto, é difícil questionar o fato de que as migrações ocorrem de forma desequilibrada no capitalismo. Por um lado, com o despovoamento, são geradas grandes áreas subutilizadas, sendo notados grandes desperdícios de recursos. Na outra ponta, os centros urbanos vão se tornando cada vez mais congestionados, concentrando uma população cada vez maior, o que agrava todos os problemas típicos das áreas com inchaço urbano. Não por acaso, a urbanização, processada em um ritmo muito rápido, e sem a contrapartida da geração de empregos e da criação de condições de vida adequadas, continua a produzir um grande contingente de marginalizados. O crescimento da violência, da prostituição, do tráfico de drogas e da miséria nas cidades que se expandem em Santa Catarina, portanto, parece guardar uma relação estreita com o aprofundamento das migrações a partir de diferentes locais do estado, entre os quais se encontram os municípios da microrregião do Tabuleiro.

Assim, a formulação de políticas públicas que efetivamente permitam aos moradores do meio rural, como se observa na microrregião do Tabuleiro, garantir a própria sobrevivência, desenvolvendo atividades agrícolas e não-agrícolas, configura,

talvez, uma alternativa interessante às políticas de segurança pública ou mesmo às políticas assistencialistas nas periferias urbanas ou áreas rurais.

Capítulo 7- Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.
- ALENTEJANO, Paulo R. **O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90**. Cadernos do CEAAS, n. 10.7. Salvador, jan/fev/mar 1997
- ANJOS, Flávio Sacco dos. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos operários de Massaranduba(SC)**. Pelotas: Editora da UFPEL, 1995.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. São Paulo: Editora da USP, 1980.
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 2ª ed., 1970.
- CARLEIAL, L. M. F. Integração Internacional e (i) mobilidade da Força de Trabalho: Alguns Comentários. In: CARLEIAL, L.M.F.; LAVINAS, L.; NABUCO, M.R. **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- CARNEIRO, Maria J. **Agricultores familiares: tipologias e políticas**. In COSTA, L.F.C. *et al* . Mundo rural e tempo presente. São Paulo: Mauad, 1999.
- DIAS, G.L.S. e AMARAL, C.M. **Mudanças estruturais na agricultura brasileira, 1980-1998**. In BAUMANN, R. (org.) **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrícola e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.
- FRITSCH, Winston. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo Paiva. **A Ordem do Progresso**. São Paulo: Campus, 1990.
- GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Fina Estampa, 1977.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Ocupações rurais e mercantilização do espaço agrário. In GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo rural brasileiro**. Campinas, Ed. Unicamp, 1999b.

- GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999a.
- _____. **O novo rural brasileiro**. In Revista nova economia. v 7, n 1. Maio.1997.
- GUERINI, Eduardo. **Metropolização e impactos sócio ambientais em Florianópolis (1986 – 1996)**. Dissertação de mestrado em Sociologia política/UFSC, 2000.
- GUIVANT, Julia et alli. **Transformações da agricultura convencional para a agroecológica: o caso da cebola no vale do Itajaí – SC**. Anais do XXXVII Congresso da Sober: 2001.
- HARRIS, John e TODARO, Michael P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In Moura, Hélio A . **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980.p. 173-210
- IBGE. Censo demográfico. Vários anos.
- IBGE. Censo Agropecuário – Santa Catarina. IBGE: Rio de Janeiro, 1996
- ICEPA – Instituto de Planejamento Agrícola de Santa Catarina. **Migração rural e estrutura agrária no Oeste catarinense: aspectos recentes**. ICEPA: Fpolis, 1998.
- ICEPA – Instituto de Planejamento Agrícola de Santa Catarina. Levantamento dos empreendimentos turísticos no espaço rural de Santa Catarina. ICEPA: 2002.
- IPARDES, IBGE, UNICAMP. Rede Brasil: Sul. São Paulo:2001.
- JARAMILLO, Samuel. **Crise dos Meios de Consumo Coletivo Urbano e Capitalismo Periférico**. In: Espaço e Debates, nº18, vol. 2, 1986.
- JOCKEN, Toni V. **A colônia de Santa Isabel**. Texto captado na internet, em 22/08/2002. Site: <http://www.webevandro.hpg.ig.com.br/colonia_santaisabel.htm >
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova cultural, 1980.
- KONZEN, Otto. **A pequena propriedade rural em Santa Catarina**. In: Análise econômica, ano 4, nº7, nov\86.pp. 39-62.
- LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Volume 1.Campinas: editora da Unicamp, 1997.
- LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Volume 2.Campinas: editora da Unicamp, 1998.
- LEITE, Sérgio. **A pequena produção e o quadro recente da agricultura brasileira**. Revista Perspectiva, n. 12/13. São Paulo: 1990.

LEE, Everet. Uma teoria sobre a migração. In Moura, Hélio A . Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980.p.89-115

MANOEL, Álvaro. **Política Agrícola, Eficiência e Concentração na Agricultura Brasileira: Um Estudo do Setor Canavieiro**. SP: IPE/USP, 1986.

MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In AFFONSO, R.B. e MARTINS, José de Souza.(org.) **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro primeiro, v. 1. SP: Nova Cultural, 1985.

MATTEI, Lauro. A evolução do emprego agrícola no Brasil. **São Paulo: ABET, 1998**.

_____. **Novas formas de ocupação da população rural catarinense nos anos 90**. No prelo. 1999a.

_____. **Novas dimensões sócio econômicas do espaço rural brasileiro**. Texto para discussão. Departamento de Economia/UFSC. 2000.

_____. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: balanço e perspectivas**. Texto para discussão. Departamento de Economia/UFSC. 2001.

_____ e LINS, Hoyêdo N. **A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI**. Texto para discussão. Departamento de Economia/UFSC. 2001.

_____ Lauro. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. Tese de Doutorado. Campinas: 1999b.

MTB–Ministério do trabalho. **Diagnóstico do trabalho infantil no meio rural catarinense:1998**. Captado na internet, em 2002. site <<http://www.cfh.ufsc.br/~forum./publicacoes/diagnostico-atividades-rurais.html>>

MYRDAL, Gunar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro, Saga, 1968.

NIPP – Núcleo Interdisciplinar de Políticas públicas. **Indicadores Sociais: Gestão de Políticas Públicas e Institucionalidade**. Relatório de Pesquisa, Cnpq, 2000

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5ªed. RJ: Vozes, 1988

ONU – Organização das Nações Unidas. Conceitos básicos, definição e mensuração da migração interna. In Moura, Hélio A . **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980.p. 313-354

- PAULILO, Maria Igenes. **Terra à vista...e ao longe**. Florianópolis: editora da UFSC, 1998.
- PBDEE – **Plano básico de desenvolvimento econômico e ecológico**. Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente– SC, 1996.
- PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. BRDE, 1982.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. São Paulo: Campus, 2000.
- PORTUGAL, Alberto. D. e CONTINI, Elisio. **As grandes transformações na agricultura brasileira**. In Revista de Política Agrária, ano 4, n. 2, abr/maio/jun 1997.
- PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: 1967.
- RAMOS, Carlos. A.; ARAÚJO, H. **Fluxos Migratórios, Desemprego e Diferenciais de Renda**. Texto para discussão, n ° 657. RJ: IPEA, 1999.
- RAVENSTEIN, Ernest. As leis da migração. In Moura, Hélio A . Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980.p.19-88
- RENNER, Cecília e PATARRA, Neide. Migrações. In Santos et all. **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: TA Queiroz, 1980.
- SACHS, Ignacy. A primeira revolução agrícola beneficiou quem... Folha de S. Paulo, 2000.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças Estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. v. 1, SP: Brasiliense, 1982.
- SILVA, P.L.(Org.) **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Da UNICAMP, 1994.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SILVA, Zedar P. **O Vale do Itajaí. Documentário da vida rural**. Número 6. RJ: Serviço de informação agrícola, 1954.
- SINGER, Paul. **A economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- TEDESCO, João Carlos. **Pluriatividade: estratégias, alternativas ou o fim da agricultura familiar?** Revista Redes, v.4, n. 1. Santa Cruz do Sul: 1999.
- TEIXEIRA, Gerson. **Fatos e mitos da política agrária do governo FHC**. Brasília: SAN(secretaria agrária nacional), 1997.

TORESAN, Luiz e OLIVEIRA, Gilberto de . **Imigração, urbanização e concentração litorânea: a dinâmica populacional de Santa Catarina nos anos noventa.** Captado na internet em 25/08/2002. Site < <http://www.icepa.com.br> > 2001.

VIDOR, Vilmar. **Indústria e Urbanização no nordeste de Santa Catarina.** Blumenau: Editora da FURB, 1995.

WALLERSTEIN, I Immanuel. **The Modern World-system.** New York: Academic, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El modierno sistema mundial.** V. 2. México, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The age of transiction.** New York, 2001.

Anexos

Anexo 1



PROJETO DE PESQUISA : ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO TABULEIRO

*PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA*

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

CONTROLE DA PESQUISA E IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Número do Questionário 0_ AW
Nome do entrevistado:
Localidade:
Município:

Data da visita-----/-----/-----

**QUADRO A - DESCRIÇÃO DEMOGRÁFICA DOS RESIDENTES NO DOMICÍLIO NO
PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2001 ATÉ NOVEMBRO DE 2002.**

Q1) Nome	Q2) Parentesco ^a	Q3) Sexo ^b	Q4) Idade (anos)	Q5) Escolaridade ^c
01-				
02-				
03-				
04-				
05-				
06-				
07-				
08-				
09-				
10-				

a) Parentesco

01- pessoa de referência/responsável;
02- cônjuge;
03- filho(a);
04- pai/mãe/sogro/sogra;
05- genro/nora;
06- neto (a);
07- agregado(s);
98- outro(s).

b) sexo

01- masculino;
02- feminino.

c) escolaridade

01- analfabeto;
02- apenas lê e escreve;
03- mobral;
04- 1^a. a 4^a. série completo;
05- 1^a. a 4^a. série incompleto;
06- 5^a. a 8^a. série completo;
07- 5^a. a 8^a. série incompleto;
08- 2^o. grau completo;
09- 2^o. grau incompleto;
10- nível técnico;
11- superior completo;
12- superior incompleto;
96- não soube informar.

QUADRO B - PERFIL OCUPACIONAL DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE NA ÚLTIMA SEMANA DE NOVEMBRO DE 2002.

Nome	Q6) Ocupação Principal	a)	Q8) Ocupação secundária	a)	Q10) Empreendimento da ocupação principal ^{c)}	d)
	Q7) Posição na ocupação	b)	Q9) Posição na ocupação	b)		

a) ocupação das pessoas com dez anos ou mais de idade			b) posição na ocupação das pessoas com dez anos ou mais de idade	
01- empregador agrícola;	08- ocupações técnico-científ;	17- motorista;	01-trabalhador por conta própria;	06- empreg. assalariado;
02- empregador não-agrícola;	09- agricultor conta própria;	18- ocup. De comunic.;	02- empregador;	07- empreg. doméstico;
03- gerente/adm. agrícola;	10- trabalhador rural;	19- serviço doméstico;	03- trabalhador não remunerado em ativ. de autoconsumo;	08- desempreg. procur. emprego;
04- gerente/adm. não-agric.;	11- operador agrícola;	20- serviços pessoais não domésticos;	04- trabalhador não remunerado em ativ. de autoconstrução;	09- inativo com renda;
05- administrador público;	12- serviços de construção civil não-exclusivo;	21- outros serv. Pessoais aux. De conta própria;	05- trabalhador não remunerado;	10- inativo sem renda.
06- prof. E outros da educação;	13- ocupações agroindust.;	22- sem ocupação;		
07- outras não-agrícolas.	14- indústria da transform.;	23- outros;		
	15- comércio não específico;	24- autoconsumo;		
	16- ambulante em geral;	25- caseiro.		

c) Deve-se descrever sucintamente a função e o tipo de empreendimento, negócio em que a pessoa está engajada ou tem vínculo empregatício.

Por exemplo: recepcionista de empresa de comunicação, escriturário de serviço público, balconista de comércio atacadista, motorista de transporte de cargas, professor de escola privada, caseiro de chácara de lazer etc.

d) Não preencher.

Q11) Qual o setor dessa atividade não-agrícola (indústria, comércio, serviços) ? Qual o ramo de atividade? _____

QUADRO C – POSIÇÃO DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE EM RELAÇÃO AO LOCAL DE EXERCÍCIO DA OCUPAÇÃO, TEMPO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NÃO AGRÍCOLA E EM RELAÇÃO A MIGRAÇÃO

Nome	Q12) Local de exercício da ocupação não-agrícola	a)	Q14) Em relação a migração	c)
	Q13) Desde quando está ocupado em atividade não-agrícola	b)	Q15) Motivos das migrações (Importância das atividades não agrícolas na decisão de migrar)	d)
		a)		c)
		b)		d)
		a)		c)
		b)		d)
		a)		c)
		b)		d)
		a)		c)
		b)		d)
		a)		c)
		b)		d)
		a)		c)
		b)		d)
<p>a) Local onde o indivíduo exerce, efetivamente, a ocupação não agrícola: 1 - no domicílio; 2 – vizinho ao domicílio e na zona rural; 3 – Longe do domicílio e na zona rural; 4- na zona urbana.</p> <p>b) Tempo, em anos, a partir do qual o indivíduo passou a desenvolver atividades não agrícolas. Utilizar as faixas de menos de 1 ano, 1 ano, 2 anos, até o limite de mais de 5 anos.</p> <p>c) Perspectivas futuras em relação ao local de domicílio: 1 – não pretende migrar; 2 – pretende migrar para área urbana no mesmo município; 3 – pretende migrar para área urbana fora do município; 4 – pretende migrar para área rural no município; 5 – pretende migrar para área rural fora do município</p> <p>d) Duas etapas: i) As três mais importantes dificuldades que o indivíduo enfrenta e que podem levá-lo a migrar para fora do município: 1 – baixo rendimento da atividade agrícola (baixos preços, alto custo dos insumos, etc.) 2 – insuficiência de recursos (terra, mão-de-obra, etc) 3 – ausência/insuficiência de serviços públicos (saúde, educação, lazer, etc) 4 - falta de política agrícola 5 – dificuldades de acesso/distância 6 - problemas de comercialização 7 – falta de empregos 8 – falta de perspectivas ii) A importância de estar ocupado em atividades não agrícolas na decisão de migrar: 1b – muito importante: sem ocupação em atividades não agrícolas o indivíduo migraria; 2b – pouco importante: mesmo sem essas ocupações o indivíduo não migraria</p>				

QUADRO C – Questões dissertativas

- 1) Que tipo de atividade você desenvolvia anteriormente? _____
- 2) Quais os motivos que o levaram a envolver-se em atividades não-agrícolas? _____
- 3) Você conhece outros casos de pessoas envolvidas com esse setor na região? _____

QUADRO D –FAMÍLIA: RENDIMENTO DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E POSIÇÃO EM RELAÇÃO A OCUPAÇÃO

Família	Q16) Estimativa de rendimento no último ano com atividades agrícolas	a)	Q18) Posição em relação a ocupação agrícola	c)
	Q17) Estimativa de rendimento no último ano com atividades não-agrícolas	b)	Q19) Posição em relação a ocupação não-agrícola	d)
		a)		c)
		b)		d)
a) Em R\$ por ano	b) Em R\$ por ano	c) Nos próximos anos, em relação a atividade agrícola, pretende: 1 – torná-la a única atividade; 2 – torná-la mais importante; 3- torná-la menos importante; 4- abandoná-la; 5 – continuar igual		d) Nos próximos anos, em relação a atividade não-agrícola, pretende: 1 – torná-la a única atividade; 2 – torná-la mais importante; 3- torná-la menos importante; 4- abandoná-la; 5 – continuar igual

QUADRO D - Questões dissertativas

1) Há quanto tempo desenvolve a atividade não-agrícola? _____

QUADRO E –FAMÍLIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E MANUTENÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Q20) Em relação a importância da atividade não-agrícola na manutenção do estabelecimento	a)	Q21) Em relação as políticas públicas de estímulo às atividades agrícolas e não agrícolas	b)
a) Avaliação da importância das atividades não-agrícolas na manutenção do estabelecimento: 1 – sem atividades não agrícolas o estabelecimento fecharia 2 – sem atividades não agrícolas o estabelecimento não fecharia, mas ficaria em piores condições 3 – o estabelecimento pode manter-se nas mesmas condições mesmo sem as atividades não-agrícolas		b) o papel do poder público local tem sido no sentido de : 1 – fomentar o surgimento e/ou auxiliar na consolidação de atividades não agrícolas; 2 – auxiliar na manutenção e/ou consolidação das atividades agrícolas; 3 - tem atuado em ambas as frentes; 4 - tem atuado através de outra forma de política; 5 - não tem atuado	

QUADRO E- Questões dissertativas

1) Sobre as políticas públicas: se são realizadas, qual a esfera da política? (Estadual, municipal, federal??) Quem faz a política? (Prefeitura, Santur, EPAGRI, etc.) Que tipo de política? _____

2) O que essas políticas representam para sua permanência na atividade agrícola e na não-agrícola? _____

3) Quais aspectos da política deveriam ser melhorados/ampliados ou então implementados para dar conta de problemas específicos à sua família? _____

Anexo 2

Relação dos principais núcleos de colonização alemã fundados no período de 1829 a 1900 no estado de Santa Catarina – Brasil (em negrito, as colônias fundadas na MR do Tabuleiro)

Nº	NOME DA COLÔNIA	EXTENSÕES OU SUB-DIVISÕES DA COLÔNIA	REGIÃO POLARIZADA	FUNDADOR	DATA/ANO DA FUNDAÇÃO	CIDADE/MUNICÍPIO
01	São Pedro de Alcântara	Sede de Colônia	Grande Florianópolis	Governo Provincial/Imperial	01/03/1829	São Pedro de Alcântara
02	São Pedro de Alcântara	Santa Filomena	Grande Florianópolis	Núcleo Espontâneo	1830	São Pedro de Alcântara
03	São Pedro de Alcântara	Colônia Itajahy	Médio Vale do Itajaí	Governo Provincial	05/05/1835	Gaspar e Brusque
04	São Pedro de Alcântara	Vargem Grande	Grande Florianópolis	Núcleo Espontâneo	1837	Águas Mornas
05	São Pedro de Alcântara	Leopoldina	Grande Florianópolis	Seridan Telghuís	1848	Antônio Carlos
06	Santa Isabel	Sede de Colônia	Grande Florianópolis	Governo Provincial//Imperial	1847	Águas Mornas e Rancho Queimado
07	Piedade	Sede de Colônia	Grande Florianópolis	Governo Provincial/Imperial	1847	Governador Celso Ramos
08	Blumenau	Sede de Colônia	Médio Vale do Itajaí	Hermann Blumenau	02/09/1850	Blumenau e Região
09	Blumenau	Rio do Testo	Médio Vale do Itajaí	Núcleo Espontâneo	1860?	Pomerode
10	Blumenau	Indaial	Médio Vale do Itajaí	Núcleo Espontâneo	1866	Indaial
11	Blumenau	Benedito – Timbó	Médio Vale do Itajaí	Friedrich Donner	1869	Timbó
12	Dona Francisca	Sede de Colônia	Nordeste Catarinense	Sociedade Colonizadora de Hamburgo	09/03/1851	Joinville e Região
13	Dona	Jaraguá	Vale do	Emílio Carlos	1876	Jaraguá do Sul

3	Francisca		Itapocu	Jourdain		
14	Dona Francisca	São Bento do Sul	Alto Rio Negro	Sociedade Hamburguesa de Colonização	1873	São Bento do Sul
15	Col. Militar Santa Teresa	Sede de colônia	Rio do Itajaí do Sul	Governo Provincial/Imperial	08/11/1853	Alfredo Wagner
16	Itajahy - Brusque	Sede de Colônia	Vale do Itajaí Mirim	Maximiliano de Schneeburg	1860	Bruesque e Região
17	Teresópolis	Sede de Colônia	Grande Florianópolis	Governo Provincial/Imperial	03/06/1860	Águas Mornas e São Bonifácio
18	Teresópolis	Quadro Braço do Norte	Vale do Rio Tubarão	Núcleo Espontâneo	1873	São Ludgero e Região
19	Col. Nacional Angelina	Sede de Colônia	Grande Florianópolis	Governo Provincial	10/12/1860	Angelina
20	Grão-Pará	----- -	Vale do Rio Tubarão	Joaquim Caetano Pinto Júnior	02/12/1882	Grão-Pará
21	Hansa - Humboldt	Sede de Colônia	Vale do Itapocu	Sociedade Colonizadora Hanseática	1897	Corupá
22	Hansa - Hamônia	Sede de Colônia	Alto Vale do Itajaí	Sociedade Colonizadora Hanseática	1897	Ibirama e Região

A presente relação não esgota o rol dos núcleos, extensões ou subdivisões de Colônias Alemãs fundadas no período de 1829 a 1900 no Estado de Santa Catarina. Um estudo mais acurado poderá complementar a presente tabela. Informamos ao leitor que em algumas dessas Colônias(Santa Teresa e Angelina) os imigrantes alemães eram minoria.

Captado na internet, no site <<http://www.webevandro.hpg.ig.com.br>>

Anexo 4

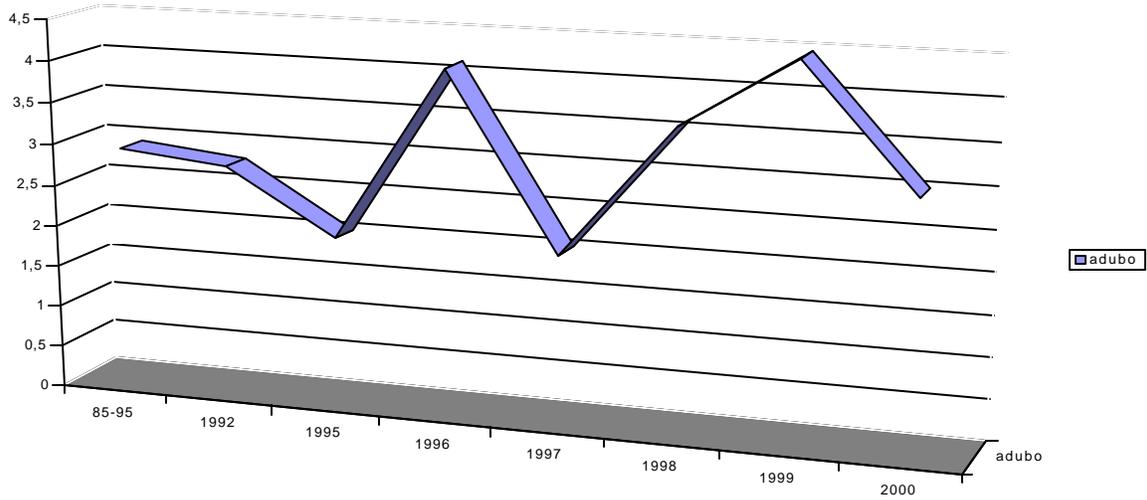
Ocupados nos setores industrial, comercial e de serviços, por município, microrregião do Tabuleiro (1980, 1985 e 1996)

Ocupados no setor industrial, por município, microrregião do Tabuleiro 1980, 1985, 1996	1980	1985	1996
Águas Mornas	101	22	85
Alfredo Wagner	76	45	494
Anitápolis	211	82	25
Rancho Queimado	54	65	186
São Bonifácio	64	103	73
MR Tabuleiro	506	317	863
Ocupados nos setores comercial e de serviços, por município, microrregião do Tabuleiro – 1980, 1985, 1996	1980	1985	1996
Águas Mornas	23	129	162
Alfredo Wagner	137	119	618
Anitápolis	79	101	110
Rancho Queimado	39	45	48
São Bonifácio	86	87	298
MR Tabuleiro	364	481	1236

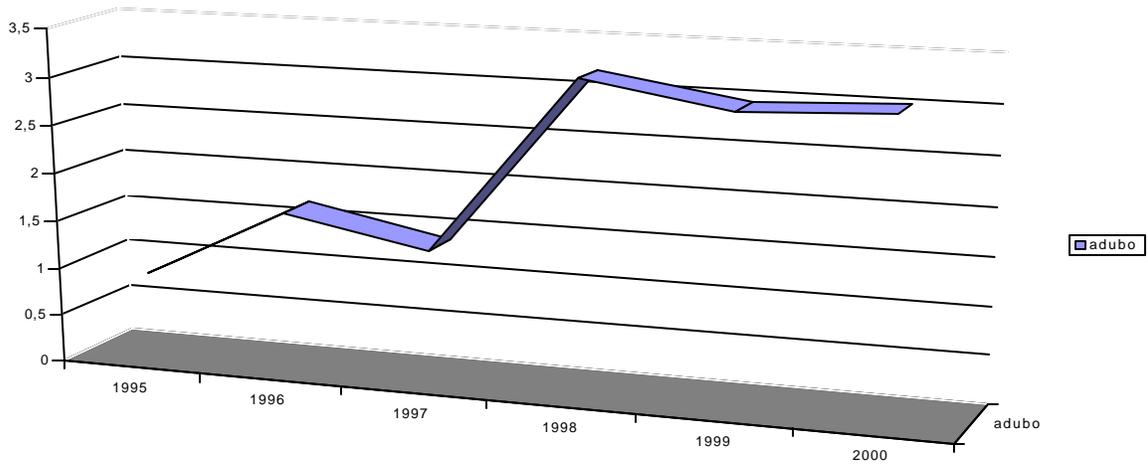
Fonte: Anuário Estatístico – Santa Catarina, 1980, 1985, e BIM - IBGE, 1998

Anexo 5

Relação de equivalência entre preços pagos e recebidos pelo agricultor (sacos de 20 kg de cebola X sacos de 50 kg de adubo)



Relação de equivalência entre preços pagos e recebidos pelo agricultor (caixas de tomate X sacos de 50 kg de adubo)



Fonte: Icepa